

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (UNIARP)

MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

THAIS IVETE KUSINSKI GATTI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

CAÇADOR

2017

THAIS IVETE KUSINSKI GATTI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na linha de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

CAÇADOR

2017

Catálogo Fonte, elaborada pela Bibliotecária: Célia De Marco / CRB14-692 da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador – SC.

G263d

Gatti, Thais Ivete Kusinski

Desafios da educação para o desenvolvimento regional: um estudo de caso no município de caçador. Thais Ivete Kusinski Gatti. Caçador, SC. EdUNIARP, 2017.

137p.

Orientador: Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na linha de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

1.Desenvolvimento Regional. 2. Desenvolvimento Humano. 3. Educação. 4.Legislação. 5.Caçador.

CDD: 370.15

THAIS IVETE KUSINSKI GATTI

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade, Linha de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento e Sociedade**.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Joel Haroldo Baade (UNIARP)
(Presidente da Banca/ Orientador)

Dra. Mareli Eliane Graupe(UNIPLAC)
(Membro da banca)

Dr. Kleber Prado Filho (UNIARP)
(Membro da banca)

Caçador, SC, 10 de agosto de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, primeiramente, a Deus por despertar em mim o interesse aos estudos.

Aos meus pais, Salete Luiza Grassi Kusinski e Venancio Roque Kusinski, por ampararem-me com muito amor.

Ao meu marido, Camilo Castilho Gatti, por ter me ajudado nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha professora Dra. Marialva Moog Pinto e ao meu Orientador Dr. Joel Haroldo Baade por me acompanharem em todos os passos do meu trabalho e, acima de tudo, confortaram-me com sua sabedoria nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus professores pelos momentos de aprendizagem e amizade.

Aos meus colegas, que souberam compartilhar experiências e conforto nos momentos de desespero.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), pela concessão da bolsa que viabilizou a realização do mestrado.

EPÍGRAFE

Jamais desista daquilo que você realmente quer fazer. A pessoa que tem grandes sonhos é mais forte do que aquela que possui todos os fatos

Jackson Brown

RESUMO

A presente dissertação teve como questão central analisar as interfaces e elos que relacionam a problemática dos indicadores de desenvolvimento regional, especificamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com a problemática da educação empreendida na cidade de Caçador, Santa Catarina. O Desenvolvimento Regional pode ser considerado um valor a ser fomentado na educação fundamental, o que se evidencia, de modo mais ou menos explícito, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na proposta curricular de SC, no Plano Nacional (20 Metas), na lei municipal da educação (Caçador-SC) e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas EMEBHG de Sousa, EMEB Esperança, EMEBI Venâncio e EMEBHJ Berger. A pesquisa mostrou, simultaneamente, características básicas e aplicadas com abordagem qualitativa e finalidade descritiva e exploratória. Epistemologicamente, apoia-se em autores como: Dowbor, Dalabrida, Fazenda, Heemann, Canivez, Lenoir e Morin e em dados da Unesco. Tais referenciais subsidiaram a análise e a definição de conceitos como Desenvolvimento Regional, índice de Desenvolvimento Humano, cidadania e educação. Também, foi documental e bibliográfica em relação à análise das temáticas na LDB, PCSC, PNE e IDH. A pergunta norteadora baseou-se na prática dos gestores e professores em sala de aula para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sua região. Para tal, aplicou-se questionário semiestruturado aos docentes e gestores do ensino fundamental anos iniciais das escolas supramencionadas. Os resultados analisados à luz do referencial teórico mostraram que a educação tem proposta cidadã e fomento ao desenvolvimento regional nas dimensões social, ambiental e cultural. Já as ações escolares demonstraram preocupação com a preparação dos alunos em termos de conteúdo, sendo que a reflexão em torno do desenvolvimento regional à luz do IDH ficou pouco evidente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Humano. Educação. Legislação. Caçador.

ABSTRACT

The present dissertation had as main concern the analysis of the interfaces and links that relate to the problems of regional development indicators, naming the Human Development Index (HDI) with education problems in the city of Caçador, Santa Catarina. Regional development can be considered a value to be fostered in basic education, which is somewhat highlighted in the National Education Law (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)), curricular proposals of SC (CPSC), Education National Plan (ENP) (20 goals), municipal education Law (Caçador – SC) and Political Pedagogical Projects (PPPs) of the schools EMEBHG de Sousa, EMEB Esperança, EMEBI Venâncio and EMEBHJ Berger. The research has both basic and applied characteristics with qualitative approach and descriptive and exploratory purposes. Epistemologically, it relies on authors such as: Dowbor, Dalabrida, Unesco, Fazenda, Heemann, Canivez, Lenoir and Morin. These references have supported the analysis and definition of concepts such as Regional Development, Human Development Index, citizenship and education. It was also documental and bibliographical with the analysis of LDB, CPSC, ENP and HDI. The guiding question was the practice of teachers and principals in the classroom to train citizens committed with the development of their region. For that, a semi-structured questionnaire was applied to basic education teachers and principals of elementary public schools of Caçador, SC. The results analyzed according to the theoretical reference showed that the education has a citizen proposal and promotion of regional development in the social, environmental and cultural dimensions. Whereas the school actions demonstrate concern with the preparation of students in terms of content, since the reflection on regional development according to HDI is hardly noticeable.

Keywords:Regional development. Human development index. Education. Legislation. Cacador.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FIGURA 1- DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS.....	24
FIGURA 2 - SOBRE A DIVERSIDADE.....	67
FIGURA 2 – SOBRE CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) POR DIMENSÕES: EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA DO ANO DE 2010.....	44
GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO ENTRE OS DADOS DO IDH/2010 POR MUNICÍPIOS DA AMARP E A MÉDIA DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO.....	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM).....	30
TABELA 2 - 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	30
TABELA 3 – 17 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO PNUD	37
TABELA 4 – ÁREA DE CONHECIMENTO QUE OS PROJETOS DO PNUD CONTEMPLAM	38
TABELA 5 - CRITÉRIOS DO CÁLCULO DO IDH POR DIMENSÕES.....	43
TABELA 6 - COMPARATIVO ENTRE IDH/2010, POR MUNICÍPIOS DA AMARP E A MÉDIA DE CADA DIMENSÃO EDUCAÇÃO, SAÚDE E RENDA	46
TABELA 7 – QUATRO MOMENTOS IMPORTANTES NO FLUXO DA POPULAÇÃO JOVEM DO CÁLCULO DO IDHM	48
TABELA 8 – AS 20 METAS DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO	50
TABELA 9 – COMPARAÇÃO ENTRE AS METAS DO PNE, AS CONSIDERAÇÕES DO CÁLCULO DO IDHM E DAS METAS NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO	51
TABELA 10 - NO TÍTULO II, DO ART. 2º DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL..	56
TABELA 11 – COMPARAÇÃO DOS DISCURSOS DA LDB E IDH	59
TABELA 12 – AS 20 METAS DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	61
TABELA 13 – METAS DO PNE E PROGRAMAS IMPLANTADOS	70
TABELA 14 – COMPARAÇÕES ENTRE OS PROGRAMAS DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO E DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	72
TABELA 15 – 8 COMPARAÇÕES DA PCSC E IDH	84
TABELA 16 – PROJETOS REALIZADOS NA ESCOLA	89
TABELA 17 – PROJETO REALIZADOS NA ESCOLA	90
TABELA 18 – PROJETOS REALIZADOS NA ESCOLA	91
TABELA 19 – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA:.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC - Agencia Brasileira de Cooperaçãõ
- ACCC - Associação do Colleges Comunitário do Canada
- AMARP - Associações dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
- AI/GM- Acessória Internacional do Gabinete do Ministro
- BRICS - Brasil, Rússia, Índia e China
- BPC - Benefício da Prestação Continuada
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CARE - Cooperative for American Remittances to Europe
- CAIC- Escola Municipal Esperança
- CIDA - Agencia Canadense para o Desenvolvimento Internacional
- CEFETS - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- CONCEFET - Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- CNAS - Conselho Nacional da Assistência Social
- ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- EIVJ- Escola Irmão Venâncio José
- EHGS- Escola Hilda Granemann de Souza
- EHJB- Escola Henrique Júlio Berger.
- FDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
- FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
- FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento
- FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FUMDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- GEF - Fundo para o Meio Ambiente Mundial
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHAD - Índice Do Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDG - Índice de Desigualdade de Gênero
IFETS - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
INCLUIR - Acessibilidade na Educação Superior
IPM - Índice de Pobreza Multidimensional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MI - Ministério Integração Nacional
MF - Ministério da Fazenda OIT - Organização Internacional do Trabalho
NBD - Novo Banco de Desenvolvimento
ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONU - Organizações das Nações Unidas
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PBF - Programa Bolsa Família
PBF - Bolsa Família
PCSC - Proposta Curricular de Santa Catarina
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano
PET - Programa de Educação Tutorial
PIB - Produto Interno Bruto
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNB - Produto Nacional Bruto
PNE - Plano Nacional da Educação
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAIC - O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNPG - Programa Nacional de Pós-Graduação
PNUD – Programa Das Nações Unidas

PNLD - Programa Nacional Livro Didático

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PROEMI - Programa Ensino Médio Inovador

PROINFO - Educação Digital

PRONOCAMPO - Programa Nacional de Educação no Campo

PRONATEC - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

REDENET - Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica

RFB - Receita Federal do Brasil

SASE- Articulação com os Sistemas de Ensino e Controle Social

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIDEMS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

SUS - Sistema único da Saúde

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UF - Unidade Federativa

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS	21
1.1 CONCEITO SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	21
1.2 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: LIMITES E DESAFIOS DOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES.....	26
1.2 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)	28
1.3 OS PROJETOS DO PNUD	31
1.4 INTERDISCIPLINARIDADE	34
1.5 METAS DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) E DESAFIOS PARA UM TRABALHO INTERDISCIPLINAR.....	39
1.5.1 Índice de Desenvolvimento humano e os Desafios da educação da associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.....	42
1.5.2 As três dimensões do índice de desenvolvimento humano: educação, renda e longevidade	43
1.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: DESAFIOS DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO	47
1.7 PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO: COMPREENDENDO AS METAS ...	49
2 REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	54
2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	55
2.2 O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (20 METAS).....	60
2.3 A PROPOSTA CURRICULAR DE SC.....	76
2.3.1 Educação Básica e Formação Integral	76
2.3.2 Percurso Formativo	77
2.3.3 Diversidade e a Identidade.....	78
2.3.4 Sustentabilidade	78
2.3.5 Contribuições das áreas de conhecimento.....	80
2.3.6 Área das Ciências Humanas.....	81
2.3.7 Ciências da Natureza e Matemática	82
2.4 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR.....	85
2.5 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS ANALISADAS	86
2.5.1 Escola Municipal de Educação Básica Hilda Granemann de Sousa	87
2.5.2 Escola Municipal de Educação Básica Esperança	89
2.5.3 Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio José	90
2.5.4 A Escola Municipal Educação Básica Henrique Júlio Berger	92
2.6 CIDADANIA.....	94
2.6.1 Tipos de comportamento cidadão.....	95
2.6.2 A educação como processo de formação cidadã.....	97
3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA CIDADE DE CAÇADOR	101
3.1 VIDA SAUDÁVEL, SAÚDE E MELHORIA DA EXPECTATIVA DE VIDA	102
3.2 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TENDO POR CRITÉRIO O IDH	108

3.3 A PROPOSTA DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS.....	130
ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

No Brasil, há 5.565 municípios distribuídos em 26 estados, com população de 202.656.788 IBGE (2017). Em pesquisa realizada pelo PNUD (2016), o Brasil, com índice no IDH, ou seja, de 0,755, está no ranking da posição de 75° entre os 188 países.

Apenas, 90% dos brasileiros são alfabetizados e 21% ainda se encontram abaixo de linha pobreza (BRASIL 2017), sendo que a renda de extrema pobreza é de menos de 70 reais por mês (ATLAS, 2017).

Os estados que o compõem o Brasil possuem disparidades de desigualdade humana demonstrados pelo IDH. O município de Melgaço, no estado do Pará, está com índice baixo, isto é, 0,418. A cada mil crianças que nascem, 22 falecem, sendo 38,5% da população analfabeta (IBGE, 2017).

A educação pode auxiliar na construção de jovens dispostos a modificar ou transformar a realidade acima exposto, por exemplo. O Brasil possui 59,2% do PIB comprometido em dívida de empréstimos (BRASIL, 2017).

Isso prejudica investimentos em áreas importantes como educação e saúde. A cidadania para melhorar o cenário brasileiro pode ser construída em sala de aula. Os alunos podem compreender os fenômenos econômico, político e social em nível mundial e local nas práticas em sala de aula para transformar esse cenário.

Além disso, a contribuição da educação pode levar os alunos a exercerem um papel ativo conhecendo seus direitos, exercendo os deveres e escolhendo quais beneficiam a todos (CANIVEZ, 1998).

Por isso o tema se apresenta importante por verificar as práticas dos professores em sala de aula para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de sua região.

O envolvimento da comunidade com a educação pode contribuir para solucionar problemas educacionais da aprendizagem e contribuir para a inexistência do analfabetismo e analfabetismo funcional. A comunidade dentro da escola pode

envolver um trabalho pela qualidade da educação, incluindo propostas e planejamentos políticos.

A questão que norteia a pesquisa busca compreender como as quatro escolas de educação básica do ensino fundamental, anos iniciais, do município de Caçador estão fomentando práticas para uma formação cidadã tendo em vista ao Desenvolvimento Regional?

Contudo a investigação se detém nos seguintes objetivos específicos: definir o que é desenvolvimento regional e os fatores que podem indicar que um país está desenvolvido nas dimensões da saúde, educação e renda.

Compreender a proposta da legislação da educação básica no Brasil, em Santa Catarina e no município de Caçador, possibilita perceber quais são as diretrizes fomentadas para o desenvolvimento de qualidade da educação e se está potencializando práticas de Desenvolvimento Regional.

Com este estudo, quer-se conhecer a realidade das instituições escolares no município de Caçador e verificar quais são suas características. Também, se existe um trabalho que possibilite aos alunos refletirem sobre o desenvolvimento regional, levando em conta o IDH.

Compreende-se que a educação pode fomentar práticas cidadãs e tem um papel primordial, essencial ao desenvolvimento do município.

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo. Cada capítulo exigiu o emprego de metodologia específica e, por isso, os detalhes sobre elas são apresentados no início de cada capítulo. Basicamente, a investigação combina pesquisa documental e pesquisa de campo, confrontando os dados obtidos em cada um dos momentos.

A pesquisa documental recorre especialmente a documentos legais, tais como a LDB, Proposta Curricular de Santa Catarina, Plano Nacional de Educação, a Lei Municipal de Educação do município de Caçador e os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das quatro escolas sediadas em Caçador, que foram campo de pesquisa: Escola Municipal de Educação Básica Hilda Granemann de Souza, Escola Municipal Esperança, Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio e Escola Municipal de Educação Básica Henrique Julio Berger.

Para a definição e a compreensão dos índices de desenvolvimento regional, estudou-se sobretudo os documentos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A pesquisa de campo consistiu, preponderantemente, de entrevistas com diretoras e professoras das quatro escolas. A análise das entrevistas ocorreu de modo qualitativo.

Sendo assim, esta dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro tem o objetivo contextualizar o conceito sobre Desenvolvimento Regional e as dimensões que o caracterizam. Ainda, a importância das dimensões sociais, econômicas e ambientais para potencializar a região de Caçador. Os principais teóricos mencionados, nessa seção, são: Dallabrida (2011); Dowbor (2016); Furtado (2005) e Lenoir (2016).

No segundo, trata-se das legislações do ensino o PNE (2016); LDB (2016) e PCSC (2016), analisando as metas e as propostas para uma educação de qualidade e universal, com garantia de educação obrigatória e preparação à cidadania. Também, o estudo da Lei Municipal de Educação do Município de Caçador e as análises dos PPPs das seguintes escolas: EMEBHG de Sousa, EMEB Esperança, EMEBI Venâncio e EMEBHJ Berger.

No terceiro, apresenta-se uma análise de acordo com os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas com as diretoras e as professoras, a fim de avaliar se estão sendo efetivadas práticas benéficas ao desenvolvimento do IDH (2016).

Por fim, é importante ressaltar que o projeto base para esta dissertação foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) da UNIARP. O mesmo foi aprovado e tem o seguinte código 55383816.9.0000.5593.

1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS

Em face disso, os objetivos do presente capítulo são: definir o que é desenvolvimento regional, procurando compreender quais as dimensões necessárias para uma região se desenvolver; analisar quais os critérios para garantir que ocorra o desenvolvimento regional; também, utilizar a plataforma da ONU, o IDH, para entender quais critérios os países estão considerando como indicadores de desenvolvimento regional.

Metodologicamente, o primeiro capítulo é uma análise documental e bibliográfica. Refere Lakatos e Marconi (2003, p. 175) que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

E a pesquisa bibliográfica segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 182) “e colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debate[...]”.

Para apresentação dos dados do IDH, usou-se o recurso de tabelas. Lakatos e Marconi (2003, p. 72):

As tabelas apresentadas confirmam ou refutam as hipóteses levantadas, permitindo que, a cada passo, se acompanhe o raciocínio que leva às conclusões do trabalho. Estas são apresentadas por tópicos e divididas conforme a parte a que se referem, permitindo ao leitor uma confrontação entre o texto comprobatório e a conclusão dele resultante.

Como conceito fundamental para a presente análise, apresenta-se a seguir as noções básicas sobre desenvolvimento regional.

1.1 CONCEITO SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao longo de tema Desenvolvimento Regional se decorre as seguintes expressões: a região, o local e o território. Esses termos se diferem da seguinte maneira:

Espaço onde é natural sem governança e pessoas.
A região presume uma extensão maior, como sul ou sudeste.
A localidade é o território menor que possui uma residência, por exemplo onde moramos.

E o território onde os agentes sociais e políticos assumem a governança e a gestão do espaço.

Conforme as colocações de Dallabrida (2011) pode-se dizer que o Desenvolvimento Regional é um conjunto de fatores que potencializam ações numa região a fim de melhorias estruturais (materiais ou imateriais) e qualidade de vida das pessoas.

Como consideração aqui, podemos dizer que um conjunto de fatores formam o Desenvolvimento Regional. Esses fatores são subdivididos em partes e essas partes se totalizam e compõe um todo. Desse modo uma região em que as ações políticas estão sendo embasadas no meio ambiente, por exemplo, são elencados o cuidado com a natureza, com as leis que a regem, com o saneamento básico das comunidades e assim por diante. Ou seja, o Desenvolvimento Regional é um conjunto de estratégias e gestão a fim de desenvolver um território.

Segundo Dallabrida (2011 p. 15)

[...] o termo governança para designar os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes (referindo-se aos protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas), aos contratos e à aplicação de normas (quando ele se abre à terceirização).

A “gestão política” é um fator, responsável pela governança territorial, para o autor dessa gestão é capaz de descentralizar funções a todos os envolvidos diretamente ou indiretamente. O governo, por exemplo, ele é a autoridade que zela pelos direitos do Estado, desse modo ele possui o poder, para gerenciar uma determinada região (DALLABRIDA, 2011).

Como a política pública que inclui o federal, o estado e o município, ele deve projetar estratégias para o Desenvolvimento Regional, pois ele é responsável pelas leis e seguimentos nas áreas da educação, saúde e economia.

Entretanto se o fator “cidadão” não cumprir ativamente seu papel, em cobrar, estar cientes de suas obrigações com a comunidade, conhecer seu território e sua cultura, e planejar ações para melhorar suas condições de vida, ele não cumpre e não potencializa o desenvolvimento da sua região.

Essa cidadania que faz parte e faz acontecer o Desenvolvimento Regional tem um sentido, em que as pessoas conhecem seus direitos e deveres, possuem uma identidade nacional, são ativos e cobram das autoridades, participam das

discussões políticas e se opõem para a organização e construção da sua economia e funções sociais.

Contudo Canivez (1991, p. 23) refere "hoje cidadão é em primeiro lugar um trabalhador, é pelo trabalho que ele ocupa um lugar na sociedade e conquista direitos políticos. Para outros o cidadão integra-se à comunidade e conquista direitos políticos".

Sendo assim cidadão é aquele que assume o seu papel social e as suas condições sociais. E assume também a autoria da sua história e da sua comunidade e nacionalidade, pois ele vai exercer o papel de articular os seus interesses para se organizar na sociedade, seja nos departamentos instituições privadas, públicas ou sociais.

Para Dallabrida (2011, p. 19) isso se refere ao sócio territorial:

O termo governança territorial passa ter sentido assemelhado a outros termos, tais como a gestão social e gestão territorial. A governança territorial articula-se com a gestão social na medida em que ambas compartilham a ideia da inserção da ação coletiva organizada na participação e decisão do destino dos rumos da sociedade.

No entanto podemos dizer que Desenvolvimento Regional são planejamentos e execuções que pretende favorecer mudanças e ativar dinâmicas para a melhoria da população. E sócio territorial porque a sociedade faz parte de uma localidade e direciona funções sociais e políticas. E o Desenvolvimento Regional é cursada por essas pessoas que assumem planejamentos e exercem funções, para a melhoria do seu território.

Para Dallabrida (2011, p.19):

O desenvolvimento (local, regional, territorial) pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos, materiais e imateriais) existentes no local, com vista à dinamização socioeconômica e a melhoria na qualidade de vida de sua população.

Não basta apenas existir uma gestão política territorial organizada se a sociedade não e ativa nas suas escolhas e não reconhece sua realidade social, econômica, ou sua própria cultura regional.

O outro fator importante é o “conhecimento territorial” que para Dowbor (2011, p.1) "devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas

mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços".

Nessa esteira de ideias de que as pessoas podem incorporar individualmente ações para mudar a sua realidade, seja na área da economia ou social, ela se torna dinâmica e construtiva com as forças aliadas à gestão territorial.

Se as pessoas desenvolvem conhecimento sobre sua região e conhecem suas potencialidades territorial se torna possível trabalhar para desenvolvê-la.

Dowbor (211, p.2) refere que

a ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas.

Se as pessoas desde cedo possuírem uma formação para conhecer a sua região, e compreender como elas podem contribuir para o seu território e localidade o Desenvolvimento Regional se torna possível. Esse é o papel da cidadania, explorar nos indivíduos as suas capacidades e conhecimentos para se tornar ativo no lugar onde mora.

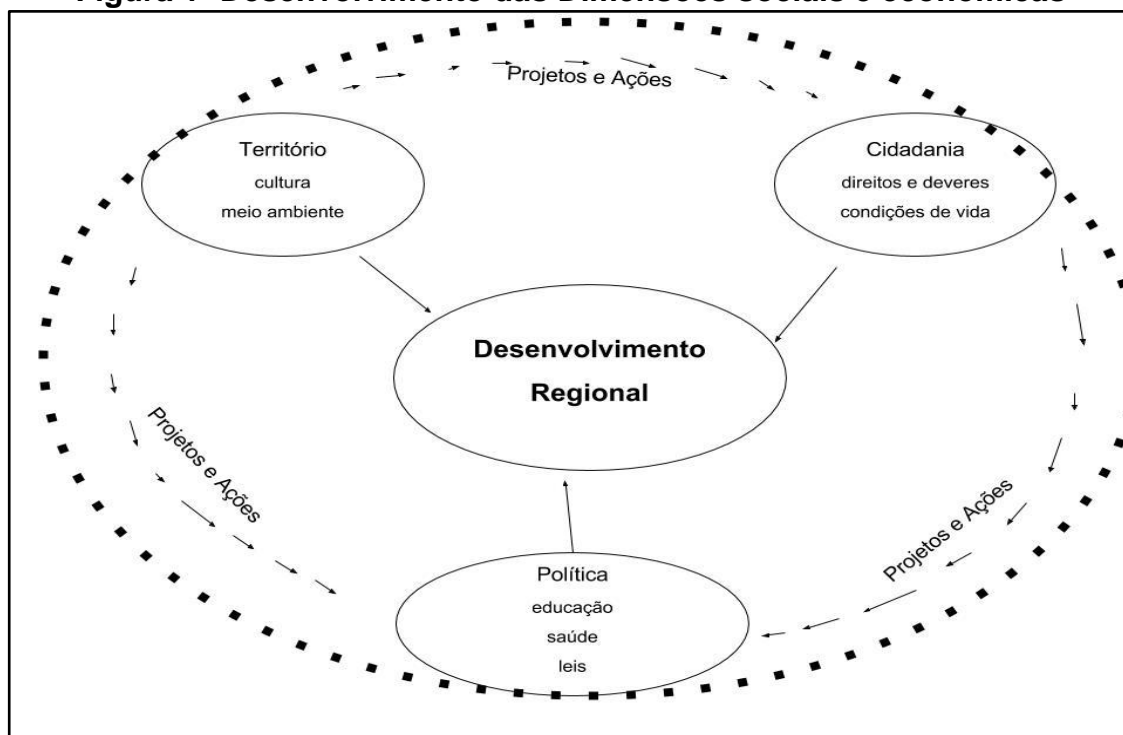
O termo Desenvolvimento Regional está em debate tanto pelas ONGS, pelas universidades ou organizações, civis e governamentais.

Os órgãos governamentais possuem um papel importante, pois implementam políticas públicas para fornecer ajuda aos países considerados subdesenvolvidos ou países pobres. No dicionário de português Dicio (2016) o significado de desenvolvimento é a "ação de crescer ou progredir; progresso [...] crescimento que, sendo social, político e econômico". E o termo Regional é "característico ou próprio de uma região".

Portanto Desenvolvimento Regional é a busca pela equidade entre o desenvolvimento qualitativo e quantitativo das regiões. O IDH possui ambas variáveis, a qualitativa que em seus índices mostram a expectativa de vida e o fluxo dos estudantes na escola. E a variável quantitativa que soma a renda per capita da população e a desigualdade social, pelo índice de pobreza.

A imagem a seguir representa o Desenvolvimento Regional, se percebe que ele decorre em espiral, no qual todas as dimensões trabalham para o desenvolvimento com equidade num determinado local, vejamos:

Figura 1- Desenvolvimento das Dimensões sociais e econômicas



Salientar o desenvolvimento econômico, apenas, como a única dimensão para desenvolver uma região, não permite desenvolvê-la com equidade. Apesar da economia ser significativa para manter as outras dimensões, a economia não pode crescer sem acompanhar a saúde, educação e meio ambiente de qualidade. Entretanto, quanto maior a renda das pessoas, maior serão as oportunidades de viver com qualidade de vida.

Exemplificando os cálculos do Produto Interno Bruto - PIB, uma variável quantitativa, que soma todos os bens e serviços fornecidos por uma região, ou o próprio Produto Nacional Bruto - PNB que afere os bens e serviços só em nível nacional, são indicadores que demonstram o quanto se produz financeiramente, e também quais os produtos que são produzidos e comercializados nas regiões. O uso dos dados do PIB e PNB podem favorecer para conhecer as especificidades de cada localidade em nível econômico.

No Brasil, ambos (PIB e PNB) são demonstrados e utilizados pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IBGE é um dos mecanismo utilizados pelo IDH para aferir a desigualdade da renda que são considerados importantes para o Desenvolvimento Regional.

Quanto maior as condições econômicas maior a possibilidade de estudar, de garantir a saúde, ter uma habitação com saneamento básico e estrutura sustentável da cidade.

Portanto o desenvolvimento Regional não está limitada ao caráter quantitativo, determinado pela renda ou a economia das micro e macrorregiões, como no caso o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH, que avalia em seus cálculos a renda total da população dividido pelo número de habitantes, apesar de ser um critério do Desenvolvimento Regional, entretanto não é apenas quantitativo. É também qualitativa por isso o IDH também tem em seus cálculos a preocupação com a saúde, que medida pela expectativa de vida ao nascer, visando se as pessoas possuem qualidade de vida e condições básicas de sobrevivência.

1.2PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: LIMITES E DESAFIOS DOS PROJETOS INTERDISCIPLINARES

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma plataforma estabelecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH é padronizado por meio de índices com o intuito de informar os países sobre sua realidade.

Esses índices são calculados a partir de três dimensões: educação, renda e longevidade. A educação é aferida a partir do nível-série e tempo de estudos da população adulta; a renda é calculada pela quantidade total da renda per capita, dividida pelo número de habitantes e a longevidade pela taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida ao nascer.

Existem projetos desenvolvidos pelo PNUD para ampliar as oportunidades dos países desenvolverem-se e alcançarem um IDH com índices alto.

O IDH é um indicador sintético¹, que desempenha o papel de informar a sociedade sobre a sua situação, mas possui limitações, pois apresenta um panorama sobre três dimensões, não contemplando, assim, todos os problemas sociais para um país se desenvolver. Serve, ainda, como uma ferramenta da ONU e

¹Termo utilizado pelo Programa das Nações Unidas (PNU), referenciando que somente o uso de indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sem trazer os indicadores para resolução dos problemas apontados não empodera a participação social.

países desenvolvidos para implantar soluções aos problemas indicados em nível nacional e internacional.

A partir do IDH conhecido, o PNUD desenvolve projetos, que ampliam oportunidades sociais e econômicas, reforçando os órgãos governamentais para atuarem na melhoria dos indicadores do IDH e, conseqüentemente, na melhoria de determinada região. O trabalho do PNUD é ampliar, com projetos ao atendimento microrregional², a fim de favorecer, atender, oportunizar e combater problemas como a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental.

Sabe-se que o objetivo dos indicadores do IDH é apontar índices em setores³ para os quais os países e municípios precisam dar maior atenção, visando ao desenvolvimento humano e ao bem-estar social. Entende-se que, com recursos governamentais e com a participação social, o IDH pode melhorar.

No entanto a participação social está limitada por diversos fatores, e, aqui, cabe dizer, pelo desconhecimento sobre os projetos desenvolvidos pelo PNUD, a falta de informação e participação.

Nessa esteira, de indicadores para o desenvolvimento humano, projetos voltados à melhoria desses indicadores, algumas perguntas norteiam este estudo: qual é o papel dos índices apontados pelo IDH? Os Projetos desenvolvidos pelo PNUD possuem limitações para efetivar a solução dos problemas sociais com a coletividade? Os Projetos são interdisciplinares? A população está ciente dos problemas e sabe como pode auxiliar na sua solução? É possível um único problema indicado pelo IDH unir várias pessoas para atuarem na solução do problema apontado? Será que, se os projetos do PNUD forem trabalhados num caráter interdisciplinar, podem favorecer a participação da comunidade?

Pode-se dizer que o trabalho interdisciplinar fica bem distante da realidade quando a população não possui informação sobre esses indicadores, desconhece seus problemas e sente-se distante para poder atuar a fim de mudar a sua realidade. Impotente, apenas reclama da sua realidade, mas não age e não busca conhecer possibilidades de participação ativa nas questões sociais e econômicas.

²Atendimento em nível de municipal. O programa do IDH possui 5.565 municípios em seus cadastros.

³Setores: termo utilizado pelo PNUD que indica índices por área, saúde, educação, renda, meio ambiente, segurança social, etnia, etc. São mais de 200 indicadores que podem ser encontrados no <http://www.atlasbrasil.org.br>.

Nesse caso, também o modelo interdisciplinar pode auxiliar num trabalho mais participativo pela comunidade.

A importância do estudo em questão está em contribuir para a reflexão sobre o trabalho coletivo a partir do IDH e dos Projetos do PNUD e a possibilidade de beneficiar a sociedade no desenvolvimento dos países e dos municípios pelo Brasil.

1.2 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um mecanismo chamado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que pressupõe, por meio de critérios pré-estabelecidos, se um país ou município está em estado desenvolvido ou em desenvolvimento. Machado e Pamplona (2008, p.2) referem que o PNUD “é o principal órgão da ONU para o desenvolvimento e é responsável por trabalhar conjuntamente com os países procurando alcançar soluções para os desafios do desenvolvimento em seus diferentes níveis”.

O PNUD foi criado no Brasil em 1960. Nesse período, os objetivos eram acabar com a desigualdade social, sustentabilidade para melhoria das condições climáticas e segurança devido ao índice de violência. Hoje, o PNUD é uma organização que favorece discussões, realiza reuniões e cria objetivos com o intuito de oportunizar mudanças favoráveis aos países em desenvolvimento.

A fim de desenvolver desde a macro e das microrregiões, buscando transformar seus indicadores baixos em potencialidade de ações e implementações de políticas, buscando superar suas limitações, os projetos do PNUD intervêm nessa perspectiva, procurando atender amplamente situações que geram países sem condições de desenvolvimento ou que não possuem um trabalho interdisciplinar a favor deles.

Segundo a ONU (2016), “o PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes”.

Ademais, segundo a UNESCO (2016), “o PNUD incentiva a participação do setor privado nas atividades de desenvolvimento, ressaltando a importância da responsabilidade social corporativa nas plataformas do Pacto Global”⁴.

Ainda, menciona-se que o PNUD (2016), por meio da “coleta, fornece evidências sobre o que funciona e o que não funciona, realiza pesquisas e análises e atua como uma fonte interna de recursos para o treinamento de colegas dos escritórios e das equipes de país”

O mecanismo do PNUD é apoiar a solução de problemas que as regiões apresentam, e, partindo dos seus projetos, deve coexistir parceria dos órgãos governamentais e da população para seu efetivo. O caráter interdisciplinar surge por um tema gerador, as ciências e as práticas são voltadas à resolução do problema gerador.

Machado e Pamplona (2008) reafirmam, em vários momentos, que PNUD tem sido apontado como “uma das mais importantes fontes de assistência aos países em desenvolvimento e como um dos maiores ‘programas operacionais’”.

Sendo assim, a Agenda criada pela ONU contém Metas e Planos de Ações, que, segundo a Organização (2016), “é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade”. A preocupação é possibilitar que os países se desenvolvam com equidade em todas as metas e objetivos.

Em Nova York, em 2010, ocorreu o encontro dos líderes mundiais de 191 países e a ONU, incluindo o Brasil, com o objetivo de reduzir a pobreza e formular a Declaração do Milênio, cujos oito objetivos foram traçados para ser realizados até 2015. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) têm como princípio reunir parceria global em favor da pobreza extrema e, como proposta, ações para o desenvolvimento sustentável do planeta, levando em consideração que a pobreza é também um desafio.

Os líderes mundiais assumiram o compromisso com as metas dos Projetos propostos para o desenvolvimento do país, que estão voltados para a área da saúde, educação, meio ambiente e qualidade de vida social.

⁴Segundo a ONU, no ano de 2014, representou um ponto de virada significativo. Conquistas realizadas pela maior rede: o Pacto Global obteve participação de mais de 140 países. As atividades promovidas pela Rede Brasileira do Pacto Global trouxeram temas de sustentabilidade social, ambiental e de governança ética.

A tabela 1 apresenta os oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Tais metas formuladas em 2000 estenderam-se, em termos de prazo, até 2015 para que os governantes dos países durante esses 15 anos mobilizassem esforços para alcançá-las.

Tabela 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
Redução de Pobreza
Atingir o ensino básico universal
Igualdade entre os sexos e autonomia
Reduzir a mortalidade na infância
Melhorar a saúde materna
Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças
Garantir a sustentabilidade ambiental
Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Fonte: Dados obtidos do PNUD

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), foram criados em 2000 com objetivo inicial de acabar com a pobreza nos países.

Cada país fica responsável por acompanhar os objetivos, e se estão sendo desenvolvidos trabalhos para o seu alcance.

Segundo a ONU (2016), “o prazo para o alcance dos ODM é dia 31 de dezembro de 2015”, porém os países não conseguiram efetivar as Metas, precisando de um trabalho de maior atuação.

Em 2015, a mobilização em favor da sustentabilidade tornou-se importante para também combater a pobreza e as doenças como um esforço para contemplar o desenvolvimento dos países e a qualidade de vida.

A Tabela 2 apresenta ⁵Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram construídos em assembleias pela ONU, intentando assegurar que os municípios trabalhassem em favor do desenvolvimento sustentável e não apenas do aspecto econômico.

Tabela 2- 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

⁵Dentre os 17 objetivos, existem 169 metas acopladas para complementar o trabalho (acesso em <http://www.pnud.org.br/ods.aspx>)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos

Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva

Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes

Assegurar padrões de consumo e produção sustentável

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima

Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável as florestas

Promover sociedade pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável

Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parcela global

Fonte: Dados obtidos do PNUD

Os objetivos contemplam um trabalho interdisciplinar envolvendo meio ambiente e consumo sustentável, saúde de qualidade, igualdade social e melhoria da renda.

Segundo a ONU (2016), “no dia 25 de setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

Sendo um plano global com as ações voltadas para melhorar o IDH, não está apenas focado para uma das dimensões (renda, educação ou longevidade), pois o PNUD amplia possibilidades de empoderamento.

Dowbor (2016) relata que “a riqueza da estatísticas local é que você casa um nível em que as pessoas podem se organizar para participar, com um grau de informação, onde as resoluções dos problemas pode ser enfrentado diretamente”.

1.3 OS PROJETOS DO PNUD

Segundo a Unesco (2016), os Projetos do PNUD “são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental”. Os projetos são interdisciplinares;

pressupõem, assim, que o problema gerador para a criação do PNUD foi a extrema pobreza existente em todos os países na década de 60, 70,80 e 90.

O **Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Produtiva** procura favorecer a diminuição da pobreza e do respeito ao modo de vida de cada população.

Também, existe o trabalho da **Justiça e Segurança Cidadã**, que requer como objetivo o desenvolvimento humano, assegurando à população com quadro drástico de violência urbana um suporte à atuação policial.

O projeto **Cooperação Sul-Sul**, segundo PNUD (2016), “é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns”. Abre oportunidades de compartilhar conhecimentos para outros países e culturas a favor de maior renda e redução de pobreza. Além disso, a favor da educação e saúde e seu fortalecimento por meio da cooperação entre os países.

Há iniciativas com o **Setor Privado e a Sociedade Civil**, para o PNUD, Unesco (2016) “com o objetivo de fortalecer a promoção e o respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, o escritório do Brasil faz parte do Comitê Brasileiro do Pacto Global e hospeda sua secretaria na estrutura do escritório do Brasil”. Parcerias foram realizadas a fim de de proteger a população de baixa renda com a preservação da biodiversidade, fornecimento de água, saneamento e eletricidade sustentável.

Outro projeto a **Redução da Pobreza** para uma sociedade se desenvolver é necessário: igualdade, emprego e crescimento econômico. Assim, vários projetos são realizados pelo PNUD para promover oportunidades sociais.

A Unesco (2016) **Com a Governança Democrática** promove uma iniciativa de que os países mais pobres possam se desenvolver. “O PNUD ajuda os países a fortalecer os sistemas eleitorais e legislativos, melhorar o acesso à justiça e à administração pública e desenvolver uma maior capacidade de prestar serviços básicos aos mais necessitados”.

A Unesco (2016), também, com o programa a **Prevenção de Crises e Recuperação** (PNUD) refere-se a “desastres e conflitos violentos estão entre as duas maiores ameaças ao progresso do desenvolvimento humano, e é por isso que a prevenção de crises e a recuperação são uma pedra fundamental no trabalho do PNUD”. Segundo Frischtak (2013, p. 240), “a importância dos programas de

seguridade social e transferência de renda [...] a promoção do empreendedorismo urbano e apoio”, relatando que é um meio de incluir todos na melhoria econômica e na igualdade social.

Outro projeto é o **Desenvolvimento Sustentável e Energia**, com projetos pilotos. A partir disso, PNUD auxilia para os países pobres e de degradação ambiental e com falta de acesso a serviços de energia e água limpa a terem oportunidade de se estruturarem. Para a UNESCO (2016):

Ajudamos os parceiros a construir a capacidade de integrar as preocupações ambientais aos planos e estratégias de desenvolvimento; estabelecer parcerias eficazes; aplicar recursos seguros; e implementar programas que apoiem meios de desenvolvimento sustentáveis, de baixo carbono e resilientes às mudanças climáticas.

Já na área da saúde, o **HIV/AIDS**, um trabalho que visa a apoiar países com grande número de aidéticos, reforça novos planejamentos para evitar o quadro. A UNESCO (2016) atua “promovendo os direitos humanos e a igualdade de gênero e respondendo ao HIV/Aids entre as populações de maior risco”.

Pensando na questão social, há o **Empoderamento das Mulheres** com o objetivo de igualdade de gênero e empoderamento feminino e de melhoria na pobreza e crise ambiental. Sobre isso a UNESCO (2016) expõe que:

Através da nossa rede global, trabalhamos para assegurar que as mulheres tenham voz ativa em todas as instituições de governança, para que possam participar em igualdade com os homens no diálogo público e nas tomadas de decisão e influenciar as decisões que irão determinar o futuro de suas famílias e países.

E, por último, existe o **Desenvolvimento de Capacidades** por um conjunto de pessoas com o objetivo de formular e executar políticas, que orientem para a melhoria ao desenvolvimento de cada região.

O PNUD garante, ainda, a sobrevivência do projeto **Fundo para o Meio Ambiental Mundial** (GEF). A UNESCO (2016) expõe que os “projetos são financiados nas áreas de biodiversidade, mudanças climáticas, águas internacionais, desertificação e proteção da camada de ozônio”.

Há a preocupação com a expansão excessiva das indústrias, tendo em vista essas terem trazido impactos à vida do ser humano com o meio ambiente. Giddens (2012) diz que o meio ambiente significa todos os meios naturais e não humanos, o planeta Terra como um todo.

Nesse sentido, a UNESCO (2016) entende que “a emergência dessas novas questões- a preocupação com a equidade socioeconômico e um equilíbrio ambiental, levaram ao surgimento de preocupação com o desenvolvimento social”.

1.4 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade é um termo gerador de polêmica e dúvidas por ser de difícil compreensão, exigindo reflexão. Além disso, o termo para ser definido por qualquer pessoa precisa de uma pesquisa detalhada, buscando formular interpretações e ser praticada conforme as necessidades para o seu desenvolvimento.

Conforme Lenoir (2006, p. 15), a interdisciplinaridade também é “[...] propor outras maneiras de conceitualizar a sociedade, outras abordagens da ação de formação e, assim, outras visões de relações sociais, mais respeitosas da dimensão humana”.

A interdisciplinaridade é olhar o projeto e integrá-lo pelas instâncias sociais para a construção de um pensamento coletivo que atenda às necessidades de toda a população. Assim, a interdisciplinaridade não pode ser resumida em projetos, ou apenas em conhecimento, mas propõe um estudo beneficiador entre a prática de ação e a reflexão com autonomia.

Segundo Fazenda (1999), a partir do século XX, os aspectos das ciências e da existência possibilitaram novos paradigmas a serem discutidos entre o ser humano e as questões do ambiente natural. Com essa distinção dos dois termos na década de 1970, 1980 e 1990, apareceram as questões da interdisciplinaridade.

A vida na sociedade ⁶moderna exigia o conhecimento teórico e o conhecimento da vida cotidiana do indivíduo, por isso a interdisciplinaridade foi inserida como prática inovadora e trouxe novos caminhos para solucionar grandes problemas sociais. A partir disso, surgem novas exigências e um novo olhar, necessitando de um trabalho que envolva diversos saberes para resolver um só problema. Nesse contexto o trabalho interdisciplinar vai tomando lugar e espaços de discussões por todo o mundo.

⁶Expansão de indústrias no século XIX contribuiu para aceleração da colonização da rural à urbana, crescem aceleradamente as cidades, causando problemas como poluição, pobreza e doenças.

Ser interdisciplinar não é apenas praticar sem sentido, mas é pensar nas especificidades de cada realidade, trabalhando sem perder o objetivo. O resultado de qualidade vem de um excelente planejamento, ressaltando assim que o trabalho interdisciplinar não pode vir de um improviso, portanto é necessário compreender o significado e verificar os benefícios dos projetos, antes de pensar em aplicar apenas como solução dos problemas existentes. É preciso pensar na estrutura do espaço, tempo e condições de parceria para acontecer o trabalho.

A relação entre o ser humano biológico e o ser humano atuante, transformador da natureza, que está inserido para resolver os problemas do seu tempo é uma questão que chama atenção, sendo uma importante discussão na interdisciplinaridade. É o pensamento de ser e de existir.

O perfil do trabalho interdisciplinar exige um olhar de pesquisador que parte da teoria para atuar com diálogo na realidade, registrando as situações vividas na sociedade, motivando-se a pensar sobre um determinado problema que aflige.

Informar os sujeitos contemporâneos sobre seus problemas e pensar como se pode resolvê-los é fundamental. Uma vez que as pessoas estejam informadas sobre suas limitações sociais, econômicas e políticas, elas detêm o conhecimento da sua realidade e iniciam o processo de⁷“incomodação”, partindo para a ação transformadora.

A partir disso, os sujeitos informados e incomodados poderão empoderar-se,⁸ iniciando um trabalho interdisciplinar comprometido com a solução de problemas em parceria para novas possibilidades na melhoria do ambiente em que vivem.

Segundo Morin (2000), é necessário que o sujeito conheça sua realidade em nível planetário, desde o seu nascimento até sua fase atual, pois conhecendo o processo histórico global, as práticas do macro e microrregional passam a ter sentido do individual para o coletivo, identificando sua cultura, etnia, aspectos geográficos e econômicos.

⁷Cidadão, conhece sua realidade, sente no desejo de atuar para mudar. Participa das questões políticas, sociais e econômicas, exercendo críticas e cobrando mudanças.

⁸Empoderar termo utilizado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em que a população conhece sua realidade e trabalha para cooperar.

No entanto, falar e contribuir pelo senso comum recebendo uma informação e não a tornar processo de conhecimento, sem embasamento científico, não contribuirá para transformar a realidade.

Afirma Lenoir (2006, p. 5) que “pessoalmente, ao contrário, nós ousamos esperar que esta unificação do saber não acontecerá jamais, porque nada de pior que temer o totalitarismo de um pensamento único e normalizado”.

O desenvolvimento macro e microrregional sustentável parte do coletivo para o individual e, assim, o sujeito empoderado pensa no seu interior e age conscientemente sobre o seu território planetário.

Morin (2003, p. 68) defende que “devemos contribuir para a auto formação do cidadão e dar-lhe consciência do que significa uma nação. Mas precisamos também estender a noção de cidadania a entidades que ainda não dispõem de instituições prontas”. O significado de cidadania para Canivez (1998, p.151) parte da ação como elemento fundamental para construir cidadãos, pois “a ação mais eficaz, de fato, é aquela que goza da adesão ativa da comunidade, da contribuição das vontades individuais”.

As parcerias são determinantes para se realizar um trabalho interdisciplinar, pois possibilitam o diálogo, o debate e a troca de experiências até chegar a um conhecimento mais elaborado. É mais que encontro, é um espaço de transformação pessoal, no qual os conhecimentos são compartilhados e a prática torna-se uma pesquisa constante e minuciosa, pois conforme a realidade será a estratégia de atuação.

Fazenda (1999, p. 25) refere-se sobre a interdisciplinaridade como meio de “facilitar a comunicação entre os membros da equipe, dizer das exigências em se delimitar o problema ou a questão a ser desenvolvida, de repartição de tarefas e de comunicação dos resultados”.

Morin (2000, p.37) menciona ser necessário conhecer as partes para se chegar a apreender o todo. Assim, “o conhecimento, ao buscar construir-se com referência ao contexto, ao global e ao complexo, deve mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo”.

O desafio do trabalho interdisciplinar está, também, no incômodo pessoal por sair da zona de conforto por um trabalho que integre todas as ciências na prática. É

uma tarefa árdua, que exige dedicação e conhecimento, pois fica mais fácil reclamar. Conforme mencionava⁹Dowbor (2016) em sua entrevista para o PNUD “as pessoas que não estão informadas, não participam, não adianta, ficam revoltadas como os problemas, mas não participam num sentido construtivo”.

Contudo, ao realizar o trabalho interdisciplinar, é necessário estar preparado às dificuldades e aos desafios encontrados, não bastando usar como modelo, ou seja, é necessário respeitar cada conhecimento e sua estrutura.

Com a preocupação em perceber se os projetos do PNUD estão a favor da interdisciplinaridade, analisou-se cada um, distribuindo-os na tabela.

A Tabela 3 apresenta os Projetos do PNUD e o objetivo de cada projeto para perceber que áreas do conhecimento estão contemplando.

Tabela 3 – 17 Projetos Desenvolvidos pelo PNUD

	Nomes do Trabalhos desenvolvidos pelo PNUD	Objetivo dos trabalhos
(a)	Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	Trabalhado com os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais no combate ao HIV/Aids, melhoria na educação, no desenvolvimento social - com foco na segurança alimentar e redução da pobreza e saneamento.
(b)	Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Produtiva	Projetos financiados nas áreas de biodiversidade, mudanças climáticas, águas internacionais, desertificação e proteção da camada de ozônio.
(c)	Justiça e Segurança Cidadã	Incluem assistência técnica na prevenção à violência no contexto dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, à realização da I Conferência Nacional de Segurança Pública, fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e o suporte a diversas atividades de formação policial.
(d)	Cooperação Sul-Sul	Colabora com o governo brasileiro por meio do compartilhamento de melhores práticas e da transferência de conhecimento, bem como da intensificação e da expansão de vínculos solidários entre os países cooperantes.
(e)	Iniciativas com o Setor Privado e a Sociedade Civil	Estimula as empresas a ser proativas na inclusão das pessoas de menor renda no seu negócio, bem como o maior

⁹Economista natural de França, com mais de 40 livros publicados sobre capital e educação. Foi entrevistado pelo PNUD sobre os limites e desafios do IDH e o uso da plataforma Atlas.

			engajamento da sociedade, e cria oportunidades de desenvolvimento de capacidades.
(f)	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS).	de	17 objetivos e 169 metas na busca do desenvolvimento sustentável
(g)	Redução da Pobreza		Trabalha para promover melhorias reais na vida das pessoas, dando-lhes acesso a oportunidades e a suas próprias escolhas.
(h)	Governança Democrática		Ajuda os países a fortalecer os sistemas eleitorais e legislativos, melhorar o acesso à justiça e à administração pública e desenvolver uma maior capacidade de prestar serviços básicos aos mais necessitados.
(i)	Prevenção de Crises e Recuperação	e	Ajudando a manter o emprego e os meios de subsistência, restabelecendo a governança e o Estado de Direito e promovendo a igualdade de gênero.
(j)	Desenvolvimento Sustentável e Energia		Estabelece parcerias; aplica recursos; e implementa programas que apoiem meios de desenvolvimento sustentáveis, de baixo carbono e resilientes às mudanças climáticas.
(k)	HIV/AIDS		Combate ao HIV/Aids; reforçando a governança e a coordenação das respostas ao HIV/Aids; promovendo os direitos humanos e a igualdade de gênero; e respondendo ao HIV/Aids entre as populações de maior risco.
(l)	Empoderamento Mulheres	das	Assegurar que as mulheres tenham voz ativa em todas as instituições de governança para que possam participar em igualdade com os homens no diálogo público e nas tomadas de decisão e influenciar as decisões que determinarão o futuro de suas famílias e países
(m)	Desenvolvimento Capacidades	de	Orientações na formulação e execução de políticas públicas, coleta e fornece evidências sobre o que funciona e o que não funciona, realiza pesquisas e análises e atua como uma fonte interna de recursos para o treinamento de colegas dos escritórios e das equipes de país
(n)	Fundo para o Meio Ambiental Mundial (GEF)		Projetos financiados na biodiversidade, camadas de ozônio e água

Fonte: Dados obtidos do PNUD

Percebe-se que os projetos trabalham diferentes áreas de conhecimento desde a economia, o social, o meio ambiente, a saúde e, até mesmo, as políticas em favor da ampliação da votação democrática e a interferência feminina nos cargos governamentais. No entanto, preocupação central é a eliminação da pobreza e cuidado com o planeta para garantir qualidade de vida às novas gerações. O trabalho do PNUD incentiva o empoderamento das pessoas para viverem com autonomia e com cidadania ativa. A Tabela 4 apresenta os projetos caracterizados com letras de (a) até (n), estando distribuídos por áreas de conhecimento.

Tabela 4 – Área de conhecimento que os projetos do PNUD contemplam

Projetos	Área das Ciências Biológicas	Área das Ciências Saúde	Área da Ciências Agrária	Área das Ciências Sociais	Área das Ciências Econômicas
(a)	X	X	X	X	X
(b)	X	X	X	X	
(c)		X			X
(d)				X	X

(e)				X	X
(f)	X		X	X	X
(g)				X	X
(h)				X	X
(i)				X	X
(j)	X		X	X	X
(k)	X	X			X
(l)				X	X
(m)				X	X
(n)	X		X	X	X

Fonte: Dados obtidos do PNUD

Percebe-se que cada projeto abrange mais de uma área de conhecimento. O projeto (a), especialmente, contempla todas as áreas, mostrando que existe a interdisciplinaridade.

Entretanto, a áreas das Ciências Sociais e Econômicas é o foco principal de todos os projetos do PNUD, salientando como elementos fundamentais para o desenvolvimento das macro e microrregiões.

As metas e objetivos que delineiam o trabalho do PNUD estão voltadas nas áreas de conhecimento, já citada na tabela 4. Desse modo, além dos projetos, são traçadas metas que os órgãos governamentais deverão consolidar com a população, e transformar em práticas a favor da melhoria do IDH.

1.5 METAS DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) E DESAFIOS PARA UM TRABALHO INTERDISCIPLINAR

As metas do PNUD estão cada vez mais voltadas de forma interdisciplinar. Desde seu início, há 56 anos, a preocupação central era terminar com a pobreza no mundo. O programa possui pactos com empresas públicas e privadas em prol da população em risco, de extrema pobreza, péssimas condições de saúde, sofredoras de discriminação étnica e violência, entre outras situações que o PNUD considera como um problema.

Nos discursos contidos nos documentos do PNUD, está dito que, no caso do Brasil, em especial, o Programa vem contribuindo para o sentido do “progresso”¹⁰, incentivando, por meio de projetos, o fortalecimento dos Estados e municípios a

¹⁰Termo “Progresso” utilizado pelas ONU quando os países cumprem todas as metas o ODM e ODS.

valorizarem a participação das comunidades em favor ao alcance do desenvolvimento humano.

A ideia de “coletividade”¹¹ apresenta-se intensamente como um meio de alcançar as metas que se esperam. Há um compromisso assegurado pelos órgãos governamentais em favor de ações que possibilitem solucionar os problemas observados em países em desenvolvimento. O IDH, em seu sistema *online*, demonstra os indicadores de cada região para que ocorra a atuação política e social, porém, talvez, essa não seja uma forma eficiente para alertar a população carente sobre os problemas e suas possíveis soluções, dificultando, assim, a participação coletiva.

O PNUD pode ser considerado um trabalho Interdisciplinar, quando seus projetos em favor do desenvolvimento regional são amplos, oportunizando a população em cooperar e ser responsável pelo desenvolvimento da sua região.

Os projetos do PNUD tendem a abranger todos os países. Seu foco é a coletividade e a parceria dos órgãos governamentais, privados e a população, porém, na prática isso muda, porquanto os projetos podem não ser abraçados pela população, deixando de se tornar um trabalho coletivo.

Outro fator interferente se dá quando os problemas sociais ainda não são atendidos ou não possuem caráter “resolvedor” pelos projetos, como o desemprego, crianças fora da escola, trabalho de exploração, violência contra a mulher, falta de saneamento básico, término de doenças como Zica Vírus, HIV e Gripe H1N1, povos isolados e sem atendimento à saúde e acesso à educação, como os índios e quilombolas, entre outras situações.

O PNUD não atende a uma região cujos problemas não se encaixam nos projetos ofertados ou em regiões nas quais não existam verbas para atender a sua prática; também, não contempla situações as quais mostram indicadores baixos apontados pelo IDH e não considerados importantes pelo povo e órgãos governamentais. É inegável que, ainda, existam lugares sem acesso às tecnologias e às informações que impossibilitam o trabalho do PNUD.

¹¹Parceria de todos na melhoria do IDH, pactos feitos entre os 191 países.

Existem limitações do PNUD, também, quando os municípios isolados em determinadas regiões do mundo, ainda, não apresentam intervenções de informações e conhecimentos em torno de seus problemas sociais. Desconhecem os indicadores e até mesmo os projetos.

Apesar dessas limitações, o PNUD é atualmente o maior mecanismo que trabalha interdisciplinarmente em favor do desenvolvimento regional, em prol do término dos grandes desafios sociais, a pobreza, a degradação ambiental e a desigualdade. O trabalho interdisciplinar do PNUD limita-se quando se considera a falta de envolvimento e parceria da população em resolver seus próprios problemas sociais.

Ainda, limita-se quando passa a ser visto com um único foco na renda por exemplo, ou quando os órgãos governamentais implantam projetos sem atender às especificidades da população e sem contar com a participação do povo.

Essa tentativa de resolver um problema que não está presente na vida da população, ou sobre o qual não possua reflexão, os projetos passam a não ter importância. O PNUD e seu trabalho possuem limitações em ser interdisciplinar quando o envolvimento é menor, restringindo a participação da população e o caráter solucionador.

Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um forte indicador e orientador que possibilita a tomada de decisões para transformar a realidade. O Programa das Nações Unidas (PNUD) desenvolve metas e projetos interdisciplinares em favor de parcerias e fortalecimento de pactos entre instituições públicas e privadas e a sociedade civil.

Apesar de o PNUD ser o maior programa de ações em favor do desenvolvimento humano mundial, está limitado na prática por desinteresse político e da própria sociedade que não está informada sobre os Programas para resolver os problemas em que está inserida e lhe dizem respeito.

Embora seja um Programa que possibilita Projetos interdisciplinares como ponto positivo a seu favor, é desconhecido e despercebido em seus indicadores, objetivos, metas e ações efetivas. Os Projetos do PNUD não estão atingindo ou contribuindo na vida da sociedade em geral. Conhecido como modelo de *ranking* que mais cabe para dados de comparações estatísticos, as políticas públicas não

oferecem informações para gerar conhecimento, nem tão pouco ação efetiva nos problemas regionais do Brasil.

Os dados sintéticos parecem pouco contribuir tanto para mudança macro e microrregionais e quanto para a coletiva. A necessidade pelo trabalho democrático e de cidadania ativa demonstra, nesse caso, certa urgência.

Inicialmente, um trabalho de cooperação, intervindo com informações e gerando conhecimento sobre os problemas existentes, com reflexão à ação, ampliando, em seguida, as possibilidades individuais e coletivas à participação democrática.

1.5.1 Índice de Desenvolvimento humano e os Desafios da educação da associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

O município de Caçador possui um índice de desenvolvimento humano municipal médio de 0,637, na dimensão educação. Entretanto, na dimensão longevidade apresenta um índice alto de 0,860. Percebe-se uma diferença significativa entre essas duas dimensões.

No entanto, é importante analisar, a partir da reflexão sobre o índice de desenvolvimento humano e os desafios da educação dos municípios da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, se todos os municípios (Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Videira, Arroio Trinta, Fraiburgo, Ibian, Caçador, Rio das Antas, Matos Costas, Timbó Grande, Lebon Régis, Macieira e Calmon), apresentam na dimensão educação um aproveitamento insatisfatório para o desenvolvimento da região a partir do cálculo do IDHM.

Isso significa que analisar o cenário dos municípios da AMARP, e constatar os resultados obtidos no IDHM nas dimensões da educação, longevidade e renda, pode levar a perceber se o quadro de municípios desenvolvidos está favorável ou se, ao contrário, possui limitações e desafios a alcançar.

Procura perceber, igualmente, se o Plano Nacional da Educação está a favor do Índice de Desenvolvimento Humano e ao desenvolvimento da educação. E se o mesmo pode contribuir para a qualidade e superação dos resultados baixos no IDHM dos municípios da AMARP na dimensão da educação.

1.5.2 As três dimensões do índice de desenvolvimento humano: educação, renda e longevidade

O IDH é mensurado por três “dimensões” (saúde, educação e renda), levando em consideração¹² que os países obtenham liberdade para o seu desenvolvimento, que sejam autônomos e procurem acompanhar pelo Atlas do Brasil seus resultados por estados e municípios.

Tabela 5- Critérios do cálculo do IDH por dimensões

Dimensão	Fonte	Critério
Educação	Acesso ao conhecimento É medida pelas taxas de matrículas	Médio de anos estudados a partir de 25 anos de idade Nº de anos estudados desde a entrada na vida escolar
Longevidade	Vida longa e saudável É medida pelos dados de mortalidade infantil	É medida pela expectativa de vida ao nascer
Renda	Padrão de vida Dados obtidos pela Renda Nacional Bruta e Poder de Paridade Compra	É medido pela renda total dos habitantes e dividido pelo nº de habitantes

Fonte: Dados obtidos do PNUD

Publicado pela primeira vez em 1990, o IDH tornou-se uma referência mundial. Suas publicações anuais despertam interesse aos estados e municípios para pesquisarem sua atual situação socioeconômica, qualidade de vida e educação, dados esses encontrados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) é realizado a partir dos dados do IDH, entretanto leva em consideração a mensuração da desigualdade entre os três pilares (saúde, educação e renda), ou seja, ajustando à desigualdade e descontando o valor médio de cada dimensão com o nível desigual. Desse modo, o esperado é progredir nas três dimensões ao mesmo tempo.

¹²PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 20 set. 2016.

O Gráfico1 apresenta o IDHM das dimensões da educação, renda e longevidade de 2010. As cores indicando a situação do índice dos municípios da AMARP, entre muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, mostram se os mesmos estão em desenvolvimento ou desenvolvidos.

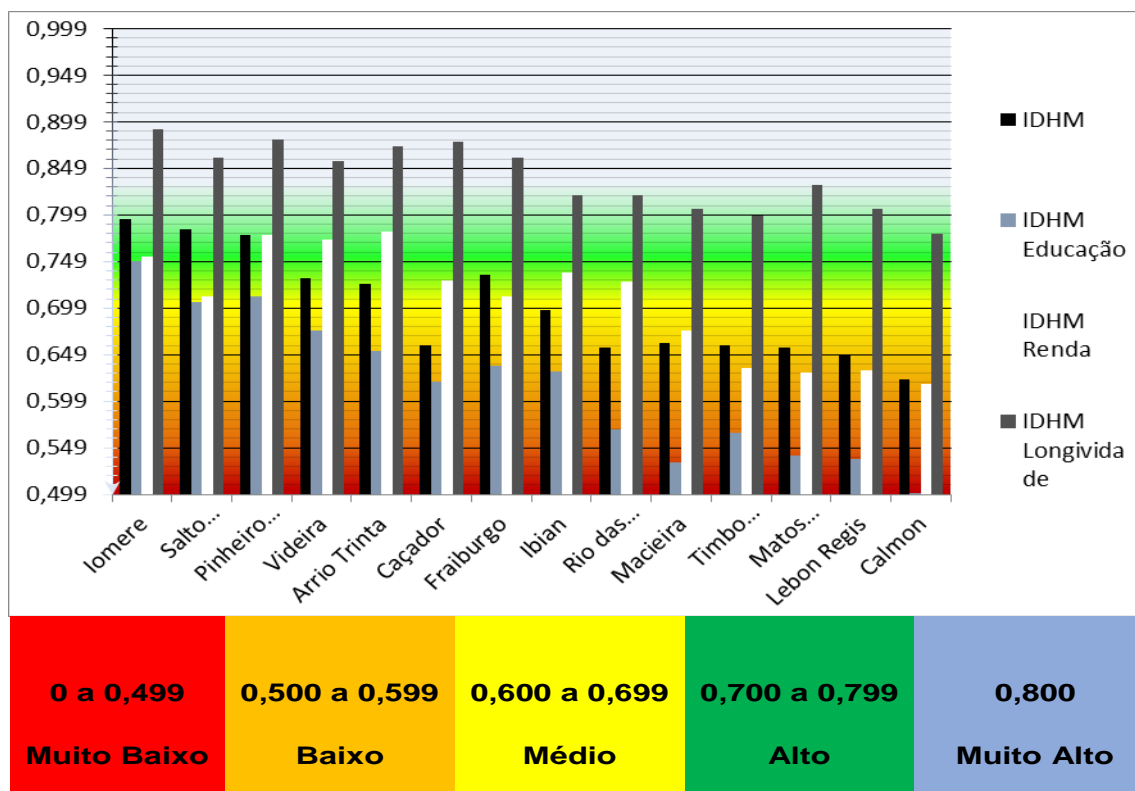
O índice “muito baixo” na dimensão da educação mostrou-se apenas no município de Calmon, já os índices “baixos” se deram em Lebon Régis, Matos Costa, Timbó Grande, Macieira e Rio das Antas.

Os municípios de Ibian, Fraiburgo, Caçador, Arroio Trinta e Videira se posicionam no “índice médio”. Já os de “índice alto” são: Pinheiro Preto, Salto Veloso e Iomerê.

Na dimensão renda, os municípios que obtiveram “índice médio” foram Calmon, Lebon Régis, Matos Costa, Timbó Grande e Macieira. Os demais municípios encontram-se no “índice alto”.

Na dimensão da longevidade, os municípios que se destacaram no índice “muito alto” foram Iomerê, Salto Veloso, Pinheiro Preto, Videira, Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo e Matos Costa. Os demais municípios permanecem no “índice alto”.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por dimensões: Educação, Longevidade e Renda do ano de 2010



Fonte: Dados obtidos do IDHM

A tabela 1 apresenta a comparação entre os dados do IDH de 2010 por municípios da AMARP e a média de cada um.

Os maiores índices na dimensão da educação foram dos municípios de Iomerê, Salto Veloso e Pinheiro Preto. Já os menores foram Rio das Antas, Macieira, Timbó Grande, Matos Costa, Lebon Régis e Calmom. Já os demais municípios se encontram na média.

Na dimensão renda os municípios com maior IDHM são: Arroio Trinta, Salto Veloso, Videira, Iomerê, Fraiburgo, Ibian, Rio das Antas, Caçador e Pinheiro Preto e o “índice menor” é o de Timbó Grande.

Na dimensão longevidade, todos os municípios apresentam um índice muito alto, exceto Calmom.

Algo que chama a atenção analisando as três dimensões é a grande disparidade entre os resultados da dimensão educação e a dimensão longevidade, provocando uma interferência significativa da dimensão longevidade nos cálculos do resultado do IDHM.

A tabela 2 apresenta a comparação entre os dados do índice de desenvolvimento humano de 2010, por municípios da AMARP, e a média das dimensões: educação, saúde e renda.

Tabela 6- Comparativo entre IDH/2010, por municípios da AMARP e a média de cada dimensão educação, saúde e renda

	MUNICÍPIOS	IDHM	EDUCAÇÃO	RENDA	SAÚDE
01	Iomerê	0,795	0,749	0,754	0,891
02	Salto Veloso	0,784	0,712	0,778	0,880
03	Pinheiro Preto	0,777	0,705	0,712	0,860
04	Videira	0,764	0,675	0,772	0,857
05	Arroio Trinta	0,764	0,653	0,781	0,873
06	Caçador	0,735	0,637	0,712	0,860
07	Fraiburgo	0,731	0,631	0,737	0,820
08	Ibiam	0,725	0,620	0,728	0,878
09	Rio das Antas	0,967	0,569	0,727	0,820
10	Macieira	0,622	0,565	0,634	0,798
11	Timbó Grande	0,659	0,541	0,630	0,831
12	Matos Costas	0,657	0,537	0,632	0,806
13	Lebon Régis	0,649	0,533	0,675	0,806
14	Calmon	0,622	0,500	0,618	0,779

Fonte: Dados obtidos do IDHM

Considera-se que a dimensão da longevidade apresenta a média de 0,839, que é considerado pelo IDHM como um índice muito alto. A renda possui a média 0,606 e a educação 0,616 com índice considerado médio pelo IDHM, que significa, ainda, estarem no processo de desenvolvimento.

Entre as três dimensões, a educação está desfavorecida nos resultados da grande parte dos municípios da AMARP.

Tal fato leva à elaboração de hipóteses como a de que a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem está baixo ou com possível evasão escolar, ou, ainda, com alunos fora da idade adequada na escola.

O Atlas do Brasil (PNUD 2016) adota, por questões de cálculo de dados, “faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo e 19 anos com ensino médio completo”. Assim, tendo em vista os alunos que não estão na idade certa para o nível de ensino esperado, o resultado dos cálculos desses municípios, no IDHM, ficam prejudicados.

Ainda existem limitações desses municípios, pois o IDHM, nos seus cálculos, “não inclui aqueles que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos”, segundo PNUD (2016).

Então, se os municípios apresentam alunos com atraso nos níveis de ensino ou aceleração no decorrer do ciclo educacional, ficam prejudicados nos cálculos do IDHM na dimensão educação.

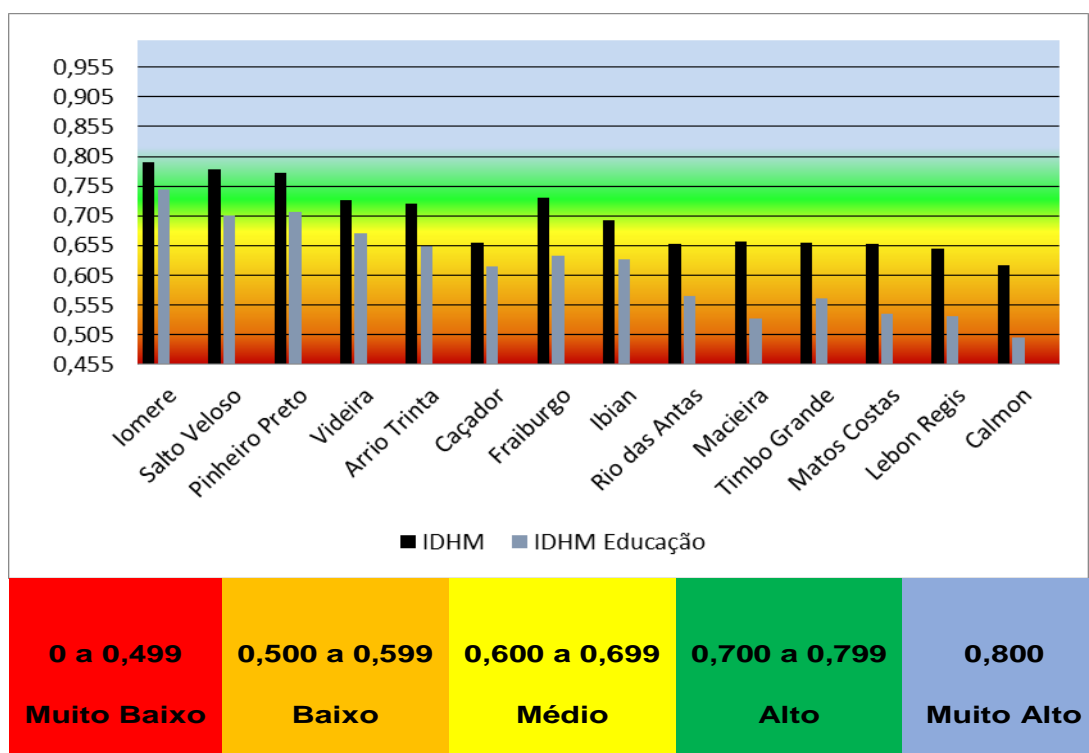
1.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: DESAFIOS DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO

O gráfico 2 apresenta uma comparação entre os dados do IDH de 2010, por municípios da AMARP e a média da dimensão educação.

Os maiores índices na dimensão da educação se deram em Iomerê, Salto Veloso e Pinheiro Preto com índice alto. Os demais municípios estão com índice entre “muito baixo” e “baixo”.

O Gráfico 2 apresenta a comparação entre os dados do IDH de 2010, por municípios da AMARP, e a média da dimensão educação.

Gráfico 2 – Comparação entre os dados do IDH/2010 por municípios da AMARP e a média da dimensão Educação



Fonte: a autora/ dados obtidos do IDHM

Nos cálculos do IDHM, considera-se que o grupo de adultos deverá ter ensino fundamental completo, mostrando limitações na educação, pois o mínimo que se espera é o ensino médio completo.

Também, se a idade no fluxo de jovens não estiver na idade e a série determinada pelo IDHM, não será possível alcançar pontuação adequada no cálculo.

A escola possui limitações por motivos como a reprovação, ou alunos com idade avançada ao nível em que estão. Existem quatro momentos considerados importantes no cálculo da dimensão educação, segundo IDH, segundo o PNUD (2016) que é a “entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo fundamental e conclusão dos ensinos fundamental e médio. Veja-se a tabela.

Tabela 7 – Quatro momentos importantes no fluxo da população jovem do cálculo do IDHM

Idade	Condição favorável/esperada
5 anos	Devem estar na escola, sendo o grande início na rede de ensino das crianças;
12 anos	Devem estar concluindo os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
16 anos	Devem estar concluindo os Anos Finais do Ensino Fundamental;
19 anos	Devem estar concluindo o Ensino Médio.

Fonte: Dados obtido do Atlas do Brasil

Esses indicadores acabam¹³captando idades e séries específicas, deixando grande parte dos alunos fora do levantamento, porque não fazem parte da idade ou da série esperadas pelo cálculo.

Assim, caso uma escola possua grande fluxo de repetentes, ou alunos com idade fora da série, por reprovação, desistência e retomada dos estudos, são desconsiderados pelo IDHM.

Desconsidera-se, ainda, aqueles que não concluíram o ciclo, ou marcaram, apenas, uma passagem no ensino. Do mesmo modo, pelos níveis considerados nos cálculos do IDHM serem amplos, muitos concluem com 16 anos o Ensino Fundamental, porém a grande maioria com essa idade está no Ensino Médio e com 19 anos de idade já está na universidade, e não mais no Ensino Médio.

¹³ Termo utilizado pelo Atlas do Brasil, considerando fluxos da população jovem e adulta com idade certa na série esperada.

1.7 PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO: COMPREENDENDO AS METAS

O Plano Nacional da Educação (PNE) é um documento legal que tem por objetivo colocar metas a serem alcançadas pelas instituições de educação.

Do ano de 2010 até o ano de 2014, as “20 Metas” do PNE estiveram em discussão nos parlamentos com equipes de profissionais interdisciplinares, e abertas à participação da população com o intuito de possibilitar a participação de todos que tivessem interesse nisso.

Segundo o MEC (2016, p.5):

O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

Há um aparato de programas criados pelo MEC para possibilitar que, de fato, ocorra a efetivação das metas pelas escolas. São auxílios a partir de recursos financeiros e administrativos que apoiam o caminhar da escola até o ano de 2024, prazo dado para alcançar as Metas.

Alguns princípios norteiam o documento legal, como o acesso de todos à educação, o zelar pela diversidade e acabar com o analfabetismo funcional. Para o MEC (2016 p. 6) “o Plano está contribuindo para que o País avance na universalização da etapa obrigatória e na qualidade da educação”. São meios para que o país se desenvolva e modifique as condições de precariedade das escolas e péssima qualidade da educação.

Tal documento acredita que a cidadania pode ser conquistada se houver população com trabalho e participação social. Além disso propõe que as verbas sejam redistribuídas à educação e que se alcance uma educação com resultados positivos sem evasão escolar.

No PNE, as “20 Metas” estão divididas da seguinte forma: o primeiro bloco aborda a questão sobre a educação com qualidade; o segundo bloco sobre a redução de desigualdade e valorização da diversidade; o terceiro, a valorização dos profissionais; e, o último, metas para o ensino superior.

O PNE¹⁴ se iniciou a partir de um debate na CONAE 2010 e foi aprovado em 2014 pelo Congresso Nacional pela Lei nº 13.005/2014 que está em vigor até 2024 para cumprir as “20 Metas” juntamente com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Tabela 8 – As 20 metas do Plano Nacional da Educação

Metas	Metas a serem alcançadas
Bloco Qualidade da Educação	
Meta 1	Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade
Meta 2	Ensino Fundamental de 9 anos para população de 6 a 14 anos de idade
Meta 3	Matrícula no Ensino Médio com 85% para população de 15 a 17 anos de idade
Valorização as diversidades e desigualdades	
Meta 4	A população de 4 a 17 anos de idade com transtornos, deficiência e altas habilidades ou superdotação, acesso à Educação Básica e atendimento especializado
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças no 3º ano do Ensino Fundamental
Meta 6	Tempo integral para 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da Educação Básica
Meta 7	IDEB 6,0 nos Anos Iniciais, 5,5 nos Anos Finais e 5,2 Ensino Médio
Meta 8	População de 18 a 25 anos de idade alcançar no mínimo 12 anos de estudos inclusive para a população do campo. Igualar a escolaridade entre negros e não negros (dados IBGE)
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização para população de 15 anos de idade ou mais para 93,5% E ao analfabetismo absoluto ou funcional redução de 50%
Meta 10	Para as matrículas de jovens e adultos no Ensino Fundamental e Médio elevar para 25% e integrar a educação profissional
Meta 11	Triplificar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio e assegurar a qualidade da oferta e pelo menos 50%
Meta 12	Elevar a taxa de matrícula bruta para 50% e líquida para 33% para população de 18 a 24 anos de idade
Ensino Superior	
Meta 13	Elevar a formação de Mestres e Doutores para 75% e 35% doutores
Meta 14	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores
Meta 15	Assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação de nível superior e específica obtida na licenciatura na área que atuam
Meta 16	Pós-graduação para 50% dos professores da educação básica
Meta 17	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas e equipar seu rendimento médio aos demais profissionais com equivalente
Meta 18	Assegurar plano de carreira para os profissionais da Educação Básica o tomar como referência o piso salarial
Meta 19	Assegurar efetivação da gestão democrática
Meta 20	Investimento público a 7% no mínimo do PIB

Fonte: a autora com base no MEC 2016

Pensar na educação como promotora do desenvolvimento no país podem demonstrar limitações. As metas do PNE demonstram preocupação com a entrada das crianças entre 4 a 5 anos de idade na escola e a saída de 15anos de idade no Ensino Médio, com pelo menos 85% dessa população.

¹⁴As Metas estão apoiadas pelo Fundo de Recursos articulados como o FNDE.

Isso demonstra a mesma preocupação pelo IDH, entretanto entre o PNE e o IDH a categoria de idade e série se diferem.

Assim, comparar os objetivos do Índice de Desenvolvimento Humano e as 20 metas do Plano Nacional da Educação pode levar a refletir sobre semelhanças, aproximações e diferenças que essas organizações nacionais delineiam ao pensar educação e quais são as influências desses pensamentos e legalidades norteadoras da educação. Seu desenvolvimento se torna importante para perceber quais desafios as escolas enfrentam perante todas essas metas.

Tabela 9 – Comparação entre as metas do PNE, as considerações do Cálculo do IDHM e das Metas na dimensão Educação

Metas Plano Nacional de Educação (PNE)	Metas IDH
Bloco Qualidade da Educação	Bloco Educação
Universalizar crianças de 4 a 5 anos de idade na educação infantil	Acesso ao conhecimento pelo fluxo escolar
Alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental com 9 anos Elevar a taxa de alfabetização para 93%	5 anos de idade devem estar na escola, sendo o grande começo na rede de ensino dessas crianças
Ensino fundamental completo com 14 anos de idade	12 anos de idade devem estar terminando os anos finais do ensino fundamental
Universalizar de 15 a 17 anos de idade a taxa de 85% de matrículas no ensino médio	16 anos de idade devem estar concluindo fundamental
25% das matrículas da educação de jovens e adultos no ensino médio integrada à educação superior	19 anos de idade devem estar concluindo ensino médio
A população com mais de 18 e 29 anos de idade ou possuírem 12 anos de estudo	Analisar o total de anos de escolaridade da população adulta, de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo
Triplicar as matrículas da educação profissional de nível médio	
Universalizar a população com 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais e altas habilidades	Garantir a educação inclusiva de qualidade

Fonte: Dados do MEC e PNE

A comparação entre o IDH e o PNE demonstrou que as Metas visam a manter as crianças estudando e os alunos frequentando a idade certa na escola.

O pano de fundo do PNE é controlar e/ou exterminar a evasão escolar já o IDH quer assegurar que todos tenham uma “reserva”¹⁵ de anos de estudos.

Outra preocupação do PNE é promover formação do Ensino Fundamental completo a fim de combater o analfabetismo.

¹⁵O PNUD considera que os adultos devem possuir no mínimo o ensino fundamental completo.

Talvez, o desafio da melhoria do IDH dos municípios da AMARP esteja justamente no fato de existirem contradições entre a idade-série dos documentos avaliadores dos quesitos PNE e IDHM.

Ao acompanhar o desenvolvimento da educação do seu município utilizam-se de dados do IDH. Mas esse não considera em seu cálculo as perspectivas das leis da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), plataforma que mede as notas obtidas nas avaliações, avaliando-se o nível de conhecimento entre outras categorias. O IDH se torna extremamente superficial nos seus cálculos, não levando em consideração a aquisição de conhecimento, mas sim, apenas, a idade de entrada, permanência e saída da vida escolar dos sujeitos.

O PNE também demonstra ser específico nas suas abordagens, pois não mensura a saúde e a renda como fatores de desenvolvimento da educação. Seu objetivo maior é assegurar educação de qualidade para todos, entretanto será que os critérios do PNE na educação estão sendo favoráveis ao desenvolvimento da região? E aferir o tempo de estudo e notas obtidas nas avaliações garante qualidade educacional? Assegurar formação continuada do professor e do aluno interfere no desenvolvimento regional? O IDHM desempenha, nas suas perspectivas, preocupação com o desenvolvimento da educação e a aquisição do conhecimento? Por que o índice não está sendo favorável para a educação?

Essas perguntas e reflexões sobre o desenvolvimento dos municípios da AMARP são fundamentais, pois os demonstrativos relativos à educação são um grande desafio a ser superado. Será possível um novo resultado do IDHM em 2020?

Pode-se afirmar que os municípios com índice baixo na educação não estão assegurando a idade com o nível de ensino que se espera pelo IDH.

Também, os municípios da AMARP estão com índice baixo na educação considerada Educação Infantil, Ensino Fundamental completo, Ensino Médio e anos total de estudos da população adulta por estarem com defasagem na idade-série, no nível de ensino esperado pela população adulta e no fluxo escolar.

A análise do Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios da AMARP, com ênfase na dimensão “Educação”, evidencia que os índices dos municípios não se encontram ainda piores nos seus resultados porque a dimensão “longevidade” se encontra bastante satisfatória, já que a expectativa de vida das pessoas está

bastante elevada. Se não fosse a dimensão “longevidade” seriam ainda mais problemáticos os índices.

Por outro lado, a maior preocupação do estudo está no fato de que o IDH na dimensão educação avalia apenas a idade de entrada, permanência e saída dos estudantes até 17 anos. Não se preocupa com os índices de aprendizagem dos estudantes, nem com os índices, como é o caso do IDEB, que é um excelente demonstrativo e grande referência do quanto os estudantes estão aprendendo e adquirindo conhecimento. Sendo assim, o IDH, que é um demonstrativo gerador de muitos outros relatórios e influente, inclusive na opinião pública e formal para avaliar o desenvolvimento, simultaneamente parece incompleto e superficial no que tange à educação.

Para se avaliar a educação, o IDH não parece servir como referência, pois não indica a aquisição de conhecimento dos sujeitos em idade escolar, avalia apenas se estão na escola na idade correta, nem mesmo avalia os que não estão na escola e deveriam estar.

Assim, caberá analisar, no próximo capítulo, como está estruturado o sistema educacional brasileiro e regional e, em seguida, verificar, através da análise de dados, em que medida a educação desenvolvida influencia os indicadores de desenvolvimento de uma região.

2 REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo, propõe-se escrever sobre as legislações educacionais em nível estadual, municipal e escolar. Além disso, observar se as leis fomentam propostas e práticas com vistas ao Desenvolvimento Regional.

As organizações internacionais como a ONU propõem fóruns e debates mundialmente para organizar a educação e desenvolver metas que contribuam para alavancar os resultados da educação. Segundo o PNUD, para um país ser desenvolvido é necessária uma educação que contribua para o desenvolvimento na economia, na educação e na saúde do país.

Desse modo, conhecendo o critério do PNUD, o qual garante que um país está desenvolvido, analisaram-se as leis educacionais e os indicadores do IDH.

O IDH mede, na dimensão educação, a taxa de alunos matriculados em todas as séries e a taxa de concluintes do ensino médio, sendo a população de mais de 18 anos que possuem o Ensino Fundamental completo; as crianças com 5 e 6 anos matriculadas e frequentando a escola; e as crianças de 11 a 13 anos nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Do mesmo modo, os jovens com 18 a 20 anos com Ensino Médio completo.

A partir desses critérios, o PNDU considera uma educação desenvolvida baseando-se no crivo do Marco Teórico, fazendo a relação entre o IDH e os documentos oficiais da educação.

Contudo, para esta pesquisa, priorizou-se análise documental com o intuito de relacionar o que consta nos documentos e se está direcionado às dimensões de Desenvolvimento Regional.

Do ponto de vista metodológico, o segundo capítulo também é uma pesquisa documental e bibliográfica, já definidas no primeiro capítulo deste trabalho.

2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Neste subtítulo, propõe-se a pesquisa sobre a Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Além disso, com o estudo documental buscou-se analisar se a lei está contribuindo para o Desenvolvimento Regional.

Para um país ser considerado desenvolvido, a educação deve contribuir ao aprendizado de qualidade e à cidadania.

Com esse intuito, comparam-se os critérios do PNUD porque é ele quem indica as dimensões do IDH necessárias para uma educação desenvolvida em nível planetário. Também, os artigos da lei LDB, pois é ela quem articula nacionalmente as diretrizes para a educação.

Na lei n° 9.394/96, a preocupação da educação se mostra como uma das exigências oficiais, no título I, da educação, em seu art. 1° no parágrafo 2° “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Nessa dimensão social, o aluno deve estar preparado ao sair da escola para a convivência humana e nas dimensões culturais, já empoderado para a organização em sociedade civil (BRASIL,1996).

Contudo, a escola deverá preparar para o trabalho e para a convivência social. Já que o PNUD (2016) indica que o trabalho deve ser igualitário entre homens e mulheres, garantindo a não existência do preconceito em relação às mulheres no mercado de trabalho, ou o próprio desemprego e discriminação feminista.

Nessa esteira, se ampliado o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, pode-se favorecer o país, havendo mais condições favoráveis ao seu desenvolvimento. As famílias podem viver com maior renda e dignidade. A família empregada e com renda maior possibilita obter alimentos em abundância, moradia limpa, condições básicas de eletricidade e saneamento, compra de bens materiais e lazer, saúde de qualidade e condições de acesso à educação.

No entanto, na lei n° 9.394 no título II, do art. 2°, “a educação é dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. As

finalidades da lei nº 9.394 nesse artigo é garantir preparo para o mundo do trabalho e exercício para a cidadania para desenvolver um país mais igualitário na renda (BRASIL, 1996).

O trabalho é fonte de renda e ocupação profissional das pessoas, pois essas constroem sua vida em torno do trabalho. Dão sentido emocional, expectativas e metas a suas vidas que só são concretizadas pelo trabalho. Por isso, deve estar claro ao educando, na vida escolar, qual o sentido do trabalho e o que ele pode proporcionar para a sociedade com a educação que está recebendo na escola.

Segundo o PNUD (2016), “o componente Educação – a dimensão ‘acesso a conhecimento’ é medida pela composição de dois sub índices: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem”. Para uma nação ser desenvolvida, a garantia do acesso ao estudo e sua continuação é fundamental.

Isso está também articulado na LDB no Art. 2º, conforme segue abaixo:

Tabela 10 - No título II, do Art. 2º Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Igualdade	Condições para o acesso e permanência na escola
Liberdade	Aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber
Pluralismo	Ideias e concepções pedagógicas
Respeito	Liberdade e apreço à tolerância
Coexistência	Instituições públicas e privadas do ensino
Gratuidade	Ensino público em estabelecimento oficiais
Valorização	Profissional escolar
Gestão Democrática	Ensino Público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino
Garantia	Padrão de qualidade
Valorização	Experiência extraescolar
Vinculação	Educação escolar, trabalho e práticas escolares
Consideração	Diversidade étnico-racial

Fonte: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2014)

É importante que as crianças, desde recém-nascidas, convivam com o ambiente escolar, e que os pais garantam a sua formação até a fase adulta. Que a própria família se una com a escola e, juntas, busquem a formação e aprendizagem de forma contínua. Países considerados desenvolvidos possuem taxas altas de educando que concluem seus estudos.

A lei nº 9.394 favorece obrigatoriedade no art. 4º, no inciso I, “Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade”. Com treze anos de estudos obrigatório, o jovem brasileiro tem por mérito estar formado no

Ensino Médio. Entretanto, espera-se que isso seja o mínimo, e que ele prossiga até o Ensino Superior (BRASIL, 1996).

Para facilitar às crianças pobres o acesso à escola e que não desistam no decorrer do processo, devido às dificuldades econômicas, o art. 4º, no inciso VIII garante que o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996).

O Brasil oferece programas de assistência que visam a garantir condições mínimas para educando chegar à escola com apoio financeiro do governo federal e do Ministério da Educação.

A preocupação de garantir o acesso à escola é priorizada em nível planetário. O PNUD realiza anualmente pesquisas e debates demonstrando a preocupação e os receios sobre a qualidade do ensino.

Nas propostas educacionais, existem muitos programas para medir a qualidade na aprendizagem como: o Programa Internacional de Avaliação de Alunos ou *Programme for International Student Assessment* (PISA). E as avaliações de larga escala existentes no Brasil como: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a Prova Brasil e a Provinha Brasil, as quais propõem avaliar o fluxo escolar e a média das aprendizagens na escola. Para o Ensino Superior, a avaliação que mede esta qualidade é o Exame Nacional Desenvolvimento da Educação (ENADE).

Na Lei N° 9.394, no Art. 5º, no Inciso III, “Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola” para a educação de fato se desenvolver. Dessa forma, o abandono escolar ou a evasão devem não existir. Assim a escola e os pais precisam garantir a permanência dos alunos em tal ambiente (BRASIL, 1996).

Aqueles que desistem antes de se formar, por motivos de falta de acesso, dificuldade financeira no transporte, falta de incentivo da família e por qualquer outro motivo, têm a possibilidade de voltar aos estudos e concluí-los. Segundo a LDB, no art. 24, inciso V, alíneas b, existe “a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar”.

O Programa de Aceleração garante que o aluno conclua, em curto período, a formação esperada para a sua idade. Segundo o PNUD (2016), o cálculo também leva em consideração, a partir dos 25 anos de idade, os anos estudados até essa idade. Então um meio de melhorar o fluxo escolar é resgatar os jovens que abandonaram os estudos (BRASIL, 1996).

Resgatar os alunos aos estudos é uma meta da legislação. E outra diretriz propor aproximar o aluno entre a aprendizagem e a sua realidade. No art. 26 da LDB, parágrafo 1º, consta que “os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

Para que todas as pessoas obtenham uma formação, adquiram conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, e, ainda sejam autônomas e possuidoras de sua escolha com princípios éticos e cidadãos é necessária uma educação de qualidade (BRASIL, 1996).

No art. 26, parágrafo 4º, “o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia”. Para um país se desenvolver, deverá levar em consideração suas especificidades, sua história e seu ambiente natural e o que ele pode proporcionar em nível geográfico (BRASIL, 1996).

Compreendendo a realidade cultural e geográfica da sua região, as crianças estão preparadas para solucionar os problemas e criar possibilidades de avanços sustentáveis. Para uma país se desenvolver com equilíbrio e com preservação da fauna e flora, a escola precisa desenvolver essa prática sustentável.

Isso está salientado no art. 26, no inciso 7º, “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL, 1996).

O desenvolvimento de uma região não é determinado apenas pela renda, pois possuir dinheiro não garante uma vida saudável e uma educação de qualidade. É necessário o ângulo social, o cuidado com as pessoas e a convivência pacífica e o pensar democrático.

Essas discussões aparecem salientadas nas propagandas educacionais do governo e pelo PNUD, discutida no IDH (2016) que demonstra preocupação com a “redução da desigualdade entre países e dentro deles”.

Segundo a lei nº 9.394 sobre o Ensino Fundamental o art. 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se as seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [...] II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 1996).

Nesse viés, entre LDB e IDH, procura-se perceber o que leva uma sociedade a se desenvolver. Pela lei educacional brasileira, percebe-se uma abordagem acentuada no trabalho e para a cidadania.

A tabela 5 apresenta as principais características da LDB e do IDH postos lado a lado:

Tabela 11 – Comparação dos discursos da LDB e IDH

LDB	IDH
Vincula-se no exercício da cidadania e qualificação no trabalho	Acesso ao conhecimento e padrão de vida
Condições de acesso e permanência na escola	Número total de escolaridade e número médio de anos de educação recebida
Respeito a liberdade e apreço à tolerância	Desigualdade de gênero na saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica
Progredir no trabalho	Obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero
Educação ambiental integrado aos conteúdos obrigatórios	Renda per capita por pessoa e condições de extrema pobreza, garantir saneamento básico, energia e alimentação saudável
Valores em que se fundamentam a sociedade, formação de atitudes e valores	Favorecer uma parceria mundial ao desenvolvimento

É perceptível, aparentemente, que há pontos divergentes entre a LDB e o IDH. A LDB assegura a educação para todos com preparação para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, no meio ambiente e formação política. Já o IDH enfatiza que a saúde e o combate a doenças é de urgência e primordial nos projetos e na reflexão social.

A convergência entre a LDB e o IDH é que a LDB garante a permanência da criança na escola, tendo a escola e a família o dever de assegurar sua frequência.

Distante disso, o IDH se preocupa com a saúde e as condições básicas de moradia, porque se a criança não possuir moradia e saúde favorável ao seu desenvolvimento, a educação não potencializa a aprendizagem.

2.2 O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (20 METAS)

A lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 é um documento legal que tem por objetivo estabelecer metas a serem alcançadas pelas instituições da educação.

De 2010 até 2014, as 20 metas da lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 estiveram sob discussão nos parlamentos com uma equipe de profissionais interdisciplinar e com a abertura à participação da população na sua construção.

Neste capítulo, a preocupação foi observar com análise documental quais são as 20 metas que devem ser alcançadas pelas instituições escolares até 2024. E se as 20 metas estão convergindo com os indicadores do IDH. Ou ao contrário. Também, olhar para as 20 metas e verificar quais os princípios que a fundamentam e se estão articuladas a partir do Desenvolvimento Regional.

Segundo o MEC (2016, p. 5):

O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

Há um aparato de programas criados pelo MEC (2016) para possibilitar que, de fato, ocorra a efetivação das metas pelas escolas. São auxílios a partir de recursos financeiros e administrativos que apoiam o caminhar da escola até em 2024, prazo dado para alcançar as metas estabelecidas.

Alguns princípios norteiam o documento legal, como o acesso de todos à educação, o zelar pela diversidade e a supressão do analfabetismo funcional. Para o MEC (2016, p. 6), “a contribuição para que o país avance na universalização da etapa obrigatória e na qualidade da educação”. São meios para que o país se desenvolva e modifique as condições de precariedade das escolas e a péssima qualidade da educação.

O documento acredita que a cidadania pode ser conquistada se houver uma população que trabalhe e participe socialmente. Além disso, que a política brasileira acentue verbas direcionadas e redistribuídas para a educação.

A lei nº 13.005/2014 determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. O primeiro grupo compõe-se de metas estruturadas para garantir direitos à educação básica com qualidade e promovendo a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades educacionais.

Um segundo grupo de metas diz respeito, especificamente, à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégia para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo refere-se ao ensino superior.

O PNE começou pelo debate na CONAE em 2010 e foi aprovado em 2014 pelo Congresso Nacional pela lei nº 13.005/2014, que está em vigor até 2024, para cumprir as 20 metas juntamente com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Metas com fundo de recursos articulados como o FNDE:

Tabela 12 – As 20 Metas do Plano Nacional da Educação

Nº Metas	Metas a serem alcançadas
Bloco Qualidade da Educação	
Meta 1	Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade
Meta 2	Ensino Fundamental para de 9 anos para população de 6 a 14 anos de idade
Meta 3	Matrícula no Ensino Médio com 85% para população de 15 a 17 anos de idade
Valorização as diversidades e desigualdades	
Meta 4	A população de 4 a 17 anos de idade com transtornos, deficiência e altas habilidades ou superdotação acesso à EB e atendimento especializado
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças no 3º ano do ensino fundamental
Meta 6	Tempo integral para 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da educação básica
Meta 7	IDEB 6,0 nos anos iniciais, 5,5 nos anos finais e 5,2 no ensino médio
Meta 8	População de 18 a 25 anos de idade alcançar no mínimo 12 anos de estudos inclusive para a população do campo. Igualar a escolaridade entre negros e não negros (dados IBGE)
Meta 9	Elevar a taxa de alfabetização para população de 15 anos de idade ou mais para 93,5%. E ao analfabetismo absoluto ou funcional redução de 50%
Meta 10	Para as matrículas de jovens e adultos no ensino fundamental e médio elevar para 25% e integrar a educação profissional
Meta 11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio e assegurar a qualidade da oferta e pelo menos 50%
Meta 12	Elevar a taxa de matrícula bruta para 50% e líquida para 33% para população de 18 a 24 anos de idade

Ensino Superior	
Meta 13	Elevar a formação de Mestres e Doutores para 75% e 35%, respectivamente
Meta 14	Pós-graduação stricto sensu atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores
Meta 15	Assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação de nível superior e específica obtida na licenciatura na área em que atuam
Meta 16	Pós-graduação para 50% dos professores da educação básica
Meta 17	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas e equipar seu rendimento médio aos demais profissionais com equivalente
Meta 18	Assegurar plano de carreira para os profissionais da educação básica e tomar como referência o piso salarial
Meta 19	Assegurar efetivação da gestão democrática
Meta 20	Investimento público a 7% no mínimo do PIB

Para cada meta, há programas do MEC estabelecidos para que aconteça na prática escolar. No entanto, as escolas precisam adaptar-se a fim de trazer resultados em números, por meio do fluxo escolar, a matrícula e a conclusão do ensino médio.

Se as instituições conseguirem conquistar esse quadro de números de modo positivo, o dinheiro ou aparatos físicos são distribuídas pelo MEC. Inclusive, há no site do MEC a análise por município para ver quais são os programas desenvolvidos em cada município.

A seguir, os 46 programas desenvolvidos pela Plano Nacional de Educação – PNE para apoiar a qualidade da educação, ou melhor, são suportes financeiros para ampliar as condições das escolas do Brasil, buscando melhorar suas estruturas físicas.

Para contemplar a Meta 1, criaram-se os programas:

Programa Brasil Carinhoso - apoio às creches com a meta de elevar a quantidade de matrículas das crianças de 0 a 48 meses de idade, pois elas merecem um carinho especial. O objetivo do programa é ofertar apoio financeiro no ano posterior da comprovação das matrículas às instituições, as quais recebem uma transferência automática de recursos financeiros, com intuito de favorecer aparato nas despesas.

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) – Criado em 2007 pelo Governo Federal, resolução nº6, de 24 de abril de 2007. A aquisição de bens físicos e estruturas das creches eram necessárias para a qualidade da

educação e o bem-estar, visto que o acesso das crianças à rede pública é fundamental.

Para contemplar a Meta 2, criaram-se os programas:

Programa Bolsa Família - é a intervenção com a bolsa família, ou melhor, é uma ajuda financeira às classes que estão desfavorecidas ou excluídas da sociedade por estarem em zona de vulnerabilidade. Cada criança recebe um valor. Para receber o valor mensal, é necessário um acompanhamento da frequência escolar, com 85% no mínimo para população de 6 a 15 anos de idade, e de 76% entre 16 a 17 anos de idade que recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ);

Programa Caminho da Escola - Objetivo é renovar a frota de veículos de transportes dos estudantes para assegurar segurança. Também para reduzir a evasão dos estudantes, principalmente os que moram distante ou isolados nas regiões rurais que não possuem meios de locomoção;

Programa Educação digital (PROINFO) - Programa Nacional de Informática na Educação foi criado pelo Ministério da Educação, pela Portaria N°522, para utilização da tecnologia como ferramenta pedagógica. Recebem-se, na escola, materiais como computadores e lousa digital, além de programas pedagógicos para o professor e alunos;

Programa Mobiliário Escolar - Ação realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDE, com objetivo de renovar e padronizar os mobiliários da escola, garantindo a qualidade e o conforto dos estudantes e sua permanência;

Programa Olimpíadas Escolares- Com seu primeiro ciclo em 2005, reúne milhares de atletas escolares de instituições de ensino público para uma competição nacional. É realizado em cidades diferentes e reúne a população de 12 a 17 anos de idade;

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) – Vigorou a partir da Lei N°10.880 de 9 de julho de 2004 e consiste em uma transferência financeira imediata para as despesas com impostos, taxas, mecânico, motor, pneus, combustível e outros pequenos aparatos necessários aos veículos. Os valores transferidos aos municípios se dão em nove parcelas anuais, com cálculo base em quantidade de alunos da zona rural, mas que varia de R\$ 120,73 a R\$ 172,24, informado pelo censo escola do ano interior;

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - Para auxiliar no trabalho pedagógico do professor, o MEC avalia as coleções a serem distribuídas na escola para que os livros atendam aos conteúdos programáticos do professor, dos currículos e documentos legais. Além disso, são distribuídas coleções para a população de educação especial.

O MEC procurou contemplar a Meta 3 com os mesmos programas oferecidos também na Meta 2, incluindo ainda:

Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) – estabelecido pela portaria nº971/2009, traz estruturação dos currículos do ensino médio. O PROEMI tem como proposta ampliar o tempo dos estudantes na escola para formação integral com práticas inovadoras que possibilitem participação ativa nas áreas do trabalho, ciências, cultura e tecnologia. Para o MEC (2016) “Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil e a Leitura e Letramento” são fundamentais nessa construção inovadora, e para sua realização as escolas recebem apoio do programa PDDE.

Programa o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – esse surgiu em 1998 e serve para avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da educação básica, daqueles que já concluíram ou concluirão. Também serve aos alunos para concorrerem à bolsa do PROUNI para cursar ensino superior.

Já a Meta 4 do PNE é contemplada pelos programas, Caminho da Escola e ainda:

Programa Benefício da Prestação Continuada (BPC) - A população com deficiência na faixa de 0 a 18 anos de idade tem um atendimento especializado. Assim, materiais são enviados às instituições e por meio do Censo identificam-se as escolas que possuem barreira ao acesso dessa população;

Programa Escola Acessível - São financiadas as escolas públicas de ensino regular para melhorar condições físicas. Esses recursos são disponibilizados pelo PDDE “rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis” (MEC, 2016);

Programa Escola de Recursos Multifuncionais - Os alunos com deficiências e incluídos no ensino regular possuem, pelo programa, um apoio de materiais pedagógicos e mobiliário necessários. A Meta 5, Alfabetização Infantil, foi contemplada com o **Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC** – com o qual o governo federal, o Estado e municípios possuem o compromisso de assegurar que as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Segundo o MEC (2016):

As crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

Essa parceria, chamada de Pacto, garante qualidade no ensino e aprendizagem, sendo uma prioridade nacional e que as crianças possam futuramente ser cidadãos ativos, não apenas reprodutoras da realidade que vivem.

A Meta 6, Educação Integral recebeu o Programa Ensino Médio Inovador e, ainda:

Programa Mais Educação – Criado pelo decreto nº 17/2007 com intuito de aumentar a carga horária dos estudantes na escola para futura organização integral. São oferecidas por meio de oficinas educacionais, isto é, a escola opta em escolher: atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (MEC, 2016).

Programa Quadras Escolas - Com o objetivo de construir quadras nas escolas que ainda não as possuam. Com objetivo de assegurar as atividades físicas em locais em que não há lugar para praticar essa modalidade.

Para contemplar a Meta 7, há o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Pacto Nacional pelo Ensino Médio, Programa Nacional do Livro Didático e, também:

Programa Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF) - Regulamentado pela lei nº 11.494/2007 de 1998, são constituídos pelo Distrito Federal vinte e sete fundos advindos de impostos e transferidas pelo Distrito

Federal, pelos estados e municípios. Exclusiva da educação, em 2009, atingiu 20%, segundo o MEC (2016) “[...] R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país”. Os valores distribuídos e arrecadados são possíveis encontrar pelo site do FNDE;

Programa índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) - É um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica com dados das notas que os estudantes alcançam na Prova Brasil e Enem e pela taxa de aprovação. Segundo o MEC (2016), o IDEB foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez “[...] aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática”. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. As metas a serem alcançadas são bienais e iniciaram em 2005. Assim, ano a ano, as escolas devem evoluir na avaliação e alcançar as metas de notas para mostrar que estão progredindo;

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Criado em 1995 para amparar financeiramente as escolas mantidas pelas entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Auxilia no planejamento da escola e oferta melhor estrutura física e aparatos pedagógicos por meio de transferência do dinheiro. O valor é calculado pelo número de alunos na escola e sua modalidade;

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - Oferta à educação infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos obras literárias em nível federal, Estadual e municipal. São levados em consideração, para sua redistribuição e escolha das obras, os currículos nas áreas de conhecimento e também o incentivo à leitura dos alunos e profissionais. Segundo o MEC (2016), são obras “clássicas da literatura universal; poema; conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; livros de imagens e histórias em quadrinhos”. O programa tem por iniciativa respeitar as diversidades culturais e procurar atender a todas as especificidades das populações, inclusive em Braille em todas as disciplinas;

Programa Entendendo o Salário Educação - O salário amparado pela lei nº 9.424/96, 9.766/98. Segundo o MEC (2016), é calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadado, fiscalizado e cobrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda - RFB/MF. Quem contribui com o salário da educação são entidades ou empresas credenciadas com a Previdência Social. O PNE possui o dever de redistribuir o montante arrecadado legalmente com taxas dos valores pela RFB, com devolução de receitas, MEC (2016):

Cota federal – correspondente a 1/3 do montante dos recursos, é destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis sócios educacionais entre os municípios e os estados brasileiros.

Cota estadual e municipal – correspondente a 2/3 do montante dos recursos, é creditada mensal e automaticamente em favor das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica.

A Cota Estadual - é redistribuída conforme o número de alunos matriculados na rede de ensino visto pelos dados colhidos pelo censo escolar. Entretanto os 10% restante são distribuídos para ações de projetos.

Para a Meta 8, os seguintes Programas foram pensados e postos em prática:

Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Quer possibilitar, aos jovens com 15 anos de idade ou mais, chances de superar o analfabetismo e realizar o ensino fundamental nas áreas “educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais” (MEC, 2016). Levando em consideração a diversidade dos estudantes, desperta interesse e a qualidade na educação;

Programa PRONACAMPO - Apoiar na oferta da educação em todos os níveis inclusive o ensino superior para o acesso e a permanência dos alunos com melhorias na estrutura física e também na qualificação dos professores com olhar específico ao campo e ao quilombola.

Para a Meta 9, apresentaram-se o **Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA)** e, também:

Brasil Alfabetizado (PBA) - O objetivo é alfabetizar os jovens, adultos e idosos, assim há chances de despertar o interesse pelos estudos e melhorar a

qualidade de vida para torna-se cidadão ativo. Os municípios que possuem um quadro com altas taxas de analfabetismo recebem apoio com ações de programas especializados.

As Metas 10 e 11 foram contempladas com:

Programa Mulheres MIL – tem o intuito de terminar com o preconceito ou exclusão de sexos, combatendo a violência e a falta de acesso à educação. O programa visa à autonomia da mulher, à sustentabilidade ambiental e o ao combate à fome e à pobreza. Assim, as mulheres podem elevar o seu nível educacional e também a economia da região. Há participantes cooperando para ofertar tais possibilidades: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC, Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro - AI/GM, Agência Brasileira de Cooperação - ABC, os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica - CEFETS, Escola Técnica Federal, Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica – REDENET e o Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica - CONCEFET. O governo canadense é representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - CIDA/ACDI e a Associação do Colleges Comunitário do Canadá - ACCC e Colleges parceiros. Em 2009, a SETEC tem como meta expandir o programa para outras regiões do País, visando a transformá-lo em uma política pública a ser implementada em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETS do país, ampliando a oferta para as mulheres desfavorecidas do Brasil;

Programa PRONATECEJA – estados, Distrito Federal e municípios já podem fazer sua adesão como unidades demandantes vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão - SECADI do Ministério da Educação para a oferta de EJA articulada à educação profissional no âmbito do PRONATEC, em turmas programadas para o segundo semestre de 2014. As pessoas estudam gratuitamente nas instituições técnicas e recebem dinheiro para custear as despesas como transporte e a alimentação.

A Meta 12 refere-se à Educação Superior, mas, por não ser o foco deste estudo, apenas serão citar os Programas para não tornar este bloco incompleto, porém o estudo não vai ater-se em explicá-los com mais detalhes:

O **Programa de Bolsa Permanência; Programa (FIES)**, que financia aos estudantes matriculados em ensino superior o curso de graduação; **Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR)**, que redistribui ações para a população com deficiência, melhorando a sua acessibilidade acadêmica; o **Programa Mais Médico**, para melhorar o atendimento dos usuários do atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS; **Programa Educação Tutorial (PET)**, para o aluno tornar-se bolsista, ele executa trabalhos e ações com um professor tutor no ensino superior; **Plano de Extensão Universitária (PROEXT); Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**, que demonstra preocupação com a permanência de alunos de baixa renda em curso de nível superior com intuito diminuir a evasão e igualar a educação e oportunidades “oferecendo assistência na moradia, alimentação, transporte e saúde (MEC, 2016); **PROUNI** oferta bolsas de estudo integral ou parcial voltadas para estudantes de baixa renda; **Programa Rede Federal da Educação Superior** busca aumentar os investimento do PIB, meta de 10%, pela exploração do petróleo e gás natural à educação; **Sistema de Seleção Unificada (SISU)** é um sistema no qual as instituições de nível superior públicas ofertam vagas aos candidatos estudantes que passaram pelo processo do Enem.

As Metas 13 e 14 estão voltadas para o Pós-graduação e conta-se com o **Programa Ciências Sem Fronteiras**, o qual busca a expansão científica dos estudantes, com inovação e tecnologia para fazer intercâmbio, e bolsas gratuitas para ficar um período de estágio no exterior; **Programa Portal de Periódicos da CAPES** é um acervo que disponibiliza pesquisas de universidades de todo o Brasil; **Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020** tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

As Metas 15 e 16 estão voltadas aos Profissionais de Educação e contam com os Programas **FIES, PROUNI: Programa Formação Inicial e Continuada de Professores e de Profissionais da Educação Básica** objetivam ampliar a oportunidade de formação continuada aos profissionais das escolas públicas; **Programa Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – (PARFOR)** - destinado ao ensino presencial, em colaboração com a CAPES, municípios e educação superior, possuem cursos de licenciaturas e aos que desejarem a segunda licenciatura ou formação pedagógica (tradutores de interpretes

de Libras) podem se beneficiar; **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**, que incentiva os estudantes de licenciatura, que serão os futuros professores da educação básica, a atuarem em projetos do PNE em parceria com as escolas da rede pública, para estarem preparados depois de formados; **Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)**, para a população que possui dificuldade de acesso em ir a uma universidade pública presencial, por meio de oferta de ensino a distância, em parceria com as universidades, oferece cursos gratuitamente.

As Metas 17, 18, 19 e 20 são contempladas com o **Programa Articulação com os Sistemas de Ensino e Controle Social (SASE)** – que foi criado em 2011 para estimular metas e perspectivas de planos à educação. Também é responsável pela assistência técnica aos Estados, Distrito Federal e municípios, na revisão de plano de carreira, remuneração, orçamentos e aparatos financeiros. **Programa Piso Salarial Profissional Nacional** – a partir da lei nº11.738 determina o piso salarial dos professores da educação básica, segundo o MEC (2016):

O piso salarial dos professores é atualizado em 11,36% e passa a valer R\$ 2.135,64. Piso salarial do magistério é de R\$ 1.917,78. O reajuste em janeiro deste ano foi de 13,01%. Piso salarial do magistério é de R\$ 1.697,00. O reajuste em janeiro deste ano foi de 8,32% Piso do magistério deve ser reajustado em 22,22% e passar para R\$ 1.451,00.

Trata-se de utilizar os recursos da união ao FUNDEB para pagamento integral do piso salarial.

Abaixo, a tabela com as 20 Metas e os Programas ofertados pelo MEC sintetiza e auxilia o leitor na compreensão desta fase do estudo.

Tabela 13 –Metas do PNE e Programas Implantados

Metas	Programas Implantados pelo MEC
Meta 1 Educação Infantil	Brasil Carinhoso Creches e Pré-escolas – PROINFÂNCIA
Meta 2 Ensino Fundamental	Acompanhamento de frequência escolar do Programa Bolsa Família Caminho da Escola Educação Digital - PROINFO Mobiliário Escolar Olimpíadas Escolares Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE Programa Nacional do Livro Didático – PNLD
Meta 3 Ensino Médio	Acompanhamento de frequência escolar do Programa Bolsa Família Caminho da Escola Educação Digital Ensino Médio Inovador Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

Meta 4 Inclusão	Acompanhamento dos Beneficiários do BPC na Escola Caminho da Escola Escola Acessível Salas de Recursos Multifuncionais
Meta 5 Alfabetização Infantil	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC
Meta 6 Educação Integral	Ensino Médio Inovador Mais Educação Quadras Escolas
Meta 7 Qualidade da Educação Básica IDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC Pacto Nacional pelo Ensino Médio Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Salário Educação
Meta 8 Elevação da escolaridade Diversidade Brasil Alfabetizado	EJA PRONACAMPO
Meta 9 Alfabetização de jovens e adultos	Brasil Alfabetizado EJA
Meta 10 EJA Integrada	Mulheres Mil Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC EJA
Meta 11 Educação Profissional	Mulheres Mil Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC
Meta 12 Educação Superior	Bolsa Permanência Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES Incluir Mais Médicos Programa de Educação Tutorial – PET Programa de Extensão Universitária – PROEXT Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES Programa Universidade para Todos – PROUNI Rede Federal de Educação Superior Sistema de Seleção Unificada – SISU
Meta 13 Qualidade da Educação Superior	Ciência sem Fronteiras Portal de Periódicos Pós-Graduação
Meta 14 Pós-Graduação	Ciência sem Fronteiras Portal de Periódicos Pós-Graduação
Meta 15 Profissionais da Educação	Formação Inicial e Continuada de Professores e de Profissionais da Educação Básica Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID Programa Universidade para Todos – PROUNI Universidade Aberta do Brasil – UAB
Meta 16 Formação	Formação Inicial e Continuada de Professores e de Profissionais da Educação Básica Pós-Graduação Universidade Aberta do Brasil – UAB
Meta 17	

Valorização dos Profissionais do Magistério	Articulação com os Sistemas de Ensino e Controle Social Piso Salarial Profissional Nacional
Meta 18 Planos de Carreira	Articulação com os Sistemas de Ensino e Controle Social Piso Salarial Profissional Nacional
Meta 19 Gestão Democrática	Articulação com os Sistemas de Ensino e Controle Social
Meta 20 Financiamento da Educação	Articulação com os Sistemas de Ensino e Controle Social Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB Salário Educação

Pensar na educação como promissora do desenvolvimento no país é um desafio. São muitas questões a serem levadas em consideração como a social, cultural, econômico e ambiental.

A educação pode oportunizar às pessoas olharem suas vidas e suas realidades a fim de movimentar o desejo de mudança. A educação deve ser assegurada coletivamente, dever ser idealizada e valorizada como o único meio de se chegar a uma vida mais digna e sustentável.

São duas instituições sociais que constroem quem se é: a família e a escola. Assim, comparar os objetivos do Índice de Desenvolvimento Humano e as 20 metas do Plano Nacional da Educação pode levar a refletir sobre semelhanças e diferenças.

Essas organizações nacionais delineiam o pensar da escola, metas internacionais que mudam e influenciam os conteúdos e conhecimentos que o professor ensina aos estudantes por meio da escola.

Veja-se abaixo:

Tabela 14 –Comparações entre os Programas do Plano Nacional da Educação e do Índice de Desenvolvimento Humano

As 20 Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)	Metas do IDH
Bloco Valorização às diversidades e desigualdades	Bloco Saúde
	Vida longa e saudável
	Perceber a Mortalidade infantil
	Olhar para os números de anos que as pessoas vivem
	Melhoria da saúde materna
	Reduzir ou combater a Aids e outras doenças
	Igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher
	Acabar com a fome
Oferecer educação em tempo integral	Assegurar uma vida saudável
Bloco Qualidade da Educação	Bloco Educação

Universalizar crianças de 4 a 5 anos de idade na educação infantil	5 anos de idade devem estar na escola
Alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental	12 anos de idade devem estar terminando o primeiro ciclo dos anos finais do ensino fundamental
Elevar a taxa de alfabetização para 93%	16 anos de idade devem estar concluindo fundamental
Universalizar de 15 a 17 anos de idade a taxa de 85% de matrículas no ensino médio	19 anos de idade devem estar concluindo o ensino médio
25% das matrículas da educação de jovens e adultos no ensino médio integrada à educação superior	Quantificar os anos de educação recebida durante a vida
A população com mais de 18 e 29 anos de idade ou possuírem 12 anos de estudo	Mostrar os anos de escolaridade das crianças na vida escolar
Triplicar as matrículas da educação profissional de nível médio	Analisar o total de anos de escolaridade
	Demonstrar as taxas de matrículas
Universalizar a população com 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais e altas habilidades	Garantir a sustentabilidade ambiental
	Igualar gêneros e empoderamento de todas as meninas e mulheres
	Garantir a educação inclusiva de qualidade
	Garantir acesso da água e manejo sustentável
	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável
Bloco Ensino Superior	Bloco Renda
Qualidade da educação superior e ampliação de mestres e doutores	Olhar para cada gênero e a participação no mercado de trabalho
Assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação de nível superior	Somar a obtenção da educação secundária
Formação continuada na área específica em que o professor atua	
Elevar as matrículas da pós-graduação stricto sensu	
Existência de plano de carreira	Soma da renda individual e dividida pela quantidade de pessoas
Condições de gestão democrática	Estabelecer uma parceria mundial pelo Desenvolvimento
Valorização dos profissionais da educação básica	Acabar com a pobreza
Ampliar o investimento na educação	Cidades e assentamentos inclusivos e seguros
	Assegurar padrões de consumo
	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável das florestas

	Conservar e promover sustentabilidade dos oceanos
	Tomar medidas urgentes para estabilizar o clima
	Promover industrialização inclusiva
	Reduzir a desigualdade dentro do país e entre os países
	Promover o crescimento econômico sustentável
	Garantir o acesso à energia barata, confiável e sustentável

Analisando as metas e os programas implantados pelo MEC, é possível levantar a hipótese de que as escolas precisam estar bem avaliadas para receberem as verbas, ou seja, mostrarem resultados nas avaliações em larga escala e no próprio IDH.

A partir disso, as escolas acabam sendo pressionadas com os números que devem mostrar nos sistemas, como o fluxo escolar pelas matrículas no Censo Escolar e pelas notas mostradas pelo IDEB e ENEM.

Além disso, há uma competição se formando nas escolas, pois aquela que recebe mais recursos é bem vista pela população, como escola de qualidade e isso se agrava em se tratando das escolas particulares, pois elas têm como público famílias com renda mais alta e nível de ensino mais elevado.

Já as escolas que estão inseridas em periferia possuem sérios problemas sociais, renda baixa, condições precárias na moradia e números de integrantes familiares maior. Isso vem dificultando a permanência na escola e a própria motivação aos estudos, já que estão em busca das condições básicas de sobrevivência.

Se uma escola não mantiver as matrículas elevadas, por exemplo, pode acabar recebendo menos recursos e se não mantiver as notas do IDEB pode ser considerada de péssima qualidade, por mais que a instituição esteja realizando atividades valorativas à realidade dos alunos.

Em comparação ao mostrado pelo IDH, a preocupação do PNE com as metas é manter as crianças na escola e elevar a educação superior. E, ainda, ofertar à população desfavorecida economicamente o ensino superior gratuito, inclusive mestrado e doutorado e auxílio às instituições com estrutura física para atendimento especial.

Também, demonstrou incentivo à pesquisa com bolsas de intercâmbio. O objetivo é desenvolver o país com renda mais elevada da população, acabar com o analfabetismo funcional e fornecer conhecimento científico para melhorar a realidade.

Aumentar os investimentos na educação, custeado pelo PIB, é uma das metas do PNE, já que, muitas vezes, a verba destinada para a educação não chega até as escolas.

O IDH salienta que para o país se desenvolver é necessário pensar nos recursos ambientais como água, florestas, clima, energia e consumo sustentável.

Além disso, mostra preocupação com a saúde e as doenças ainda não solucionadas como a Aids. Nas questões sociais, vêm a diversidade cultural, racial e a inserção das mulheres para o trabalho inclusive nas repartições pública.

Na saúde, mostra preocupação em relação à pobreza e à desnutrição, como sendo ainda um quadro de realidade preocupante.

O meio de perceber preocupações semelhantes com o do IDH é programa do PNE, como o PIBID, PNDL, Quadra Escolas, Mais Médicos, Bolsa Família e Mulheres Mil.

Esses programas favorecem trabalhos nas escolas favoráveis para dar suporte assistencial:

As crianças obtendo Bolsa Família podem se alimentar e vestir-se (combatendo a fome).

Com o PNE podem fazer leituras (conhecimento, social, cultural, ambiental e histórico).

Com o PIBID podem estudar em tempo integral (ter oficinas de meio ambiente, preservação e sustentabilidade, conhecimento histórico e econômico do país, valores e éticas e sair da vulnerabilidade das ruas).

Quadra Escolas para atividades físicas (podem combater doenças como a obesidade pelo hábito das atividades).

Mais Médico para haver atendimento de qualidade (combatendo as doenças e mortalidade infantil).

Mulheres Mil para a inserção das mulheres no mercado de trabalho (combater a desigualdade e melhorar a renda) únicos programas em que senotaram semelhanças à proposta do IDH.

Constata-se tudo isso nas 20 metas do PNE. Assim, é instigante pensar sobre qual a educação de qualidade que se espera, pois a formação deve ser social, cultural, ambiental, política e para a saúde. No entanto, os programas implantados e financiados não demonstram essa preocupação que o IDH coloca como fundamental para o desenvolvimento.

2.3 A PROPOSTA CURRICULAR DE SC

A Proposta Curricular de Santa Catarina, atualizada em 2014, foi formulada pela primeira vez em 1988 e após em 1991. Depois, a segunda versão em 1998, a terceira em 2005 e a última de 2014.

Para essa pesquisa, fez-se necessário um estudo documental sobre a PCSC. Também, fez-se imprescindível perceber se a lei está organizada conforme as dimensões necessárias para uma educação desenvolvida, segundo o IDH e o Desenvolvimento Regional.

O documento se organiza em três linhas gerais: formação integral; percurso formativo; e a concepção de diversidade e identidade. A última atualização consistiu em debates coletivos, com participação de professores e gestores das instituições públicas, privadas, estaduais e municipais.

A partir de reuniões com a Secretaria do Estado da Educação SED (2014), e também especialista para organização curricular, ocorreram cinco seminários presenciais chamados pela SED (2014, p. 20) de “grupo de produção”, incluindo profissionais da área do ensino superior e participantes com formação em áreas específicas.

2.3.1 Educação Básica e Formação Integral

A primeira linha de debates posiciona-se com a abertura do documento, o qual se preocupa pela emancipação humana. Para a SED (2014, p. 25), “quanto mais integral a formação dos sujeitos, maiores são as possibilidades de criação e transformação da sociedade”.

Atualmente, o aprender e o compreender a vida estão cada dia mais valorizados pela sociedade moderna. Nesse sentido, a Educação Integral vem como

meio de concretizar a inclusão ao esporte, à tecnologia, à saúde e à cultura, uma educação que se volte a todas as dimensões necessárias à formação do educando.

Assim, surge, entrelinhas no documento, o termo perspectiva histórico-cultural pela busca da autonomia e da liberdade que cada pessoa deve desempenhar, com caráter ativo sobre sua realidade e que, no desempenhar suas funções sociais, de fato, desenvolva sua cidadania. Essa pessoa pode mudar os seus hábitos e comportamentos para o sentido positivo, trazendo benefícios para o coletivo.

Segundo a SED (2014, p. 27), “uma formação que reconheça [...] a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional”.

A escola, no decorrer do seu processo formativo, deverá articular um trabalho interdisciplinar, culminando na formação cidadã, com currículo objetivando formar para a prática sustentável e para o trabalho tecnológico.

2.3.2 Percurso Formativo

As práticas pedagógicas devem propiciar todas as potencialidades do aluno para que ele compreenda suas atividades e seja capaz de perceber o que o cerca. Estimulá-lo, de todas as formas, pois SED (2014, p.31) afirma que “[...] sejam elas físicas/motoras, emocionais, efetivas, artísticas, linguísticas, expressivo-sociais, cognitivas, dentre outras, contribuindo assim para o desenvolvimento do ser humano de forma unilateral”.

O ser humano vive e convive entre diversos grupos, mas cada um com suas especificidades históricas. Nessa interação, o ser humano se apropria dos modos de viver e agir. Conforme a SED (2014, p. 34) “é por meio da apropriação cultural [...] que os sujeitos em sua singularidade se humanizam, o que resulta na ressignificação de aspectos emocionais, cognitivos, psicológicos e sociológicos”.

Criar possibilidades para que os educandos formulem, em seu espaço e tempo, a ampliação de conhecimento sobre a sua realidade é meta que deverá ser priorizada pela prática escolar. Mas não basta apenas isso: os alunos devem ser estimulados a pensar na sua função social para desempenhá-la sem passividade.

2.3.3 Diversidade e a Identidade

O ser humano, instintivamente, já nasce diferente de todos pela sua biologia. Na PCSC, essa abordagem pela diversidade e equidade está levando em consideração as maneiras de as pessoas se organizarem na sociedade, pela sua raça e etnia, pela sua nacionalidade, gênero ou orientação sexual e, ainda, pela sua religiosidade.

Para SED (2014, p. 53), importa “a ideia de uma educação comum e a ideia do respeito à diferença”. Tais direitos devem permitir que os educandos, por toda a sua fase escolar, possam obter e ter essas possibilidades de formação com respeito e tolerância.

A PCSC preocupa-se com todos sem distinção, pois leva em consideração em toda a sua íntegra a diversidade, incluindo aquelas referidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e Direitos Humanos: a educação para as relações de gênero; a educação para a diversidade sexual (orientação sexual e identidade de gênero); a educação e prevenção; a educação ambiental formal; a educação das relações étnico-raciais; as modalidades de ensino: a educação especial; a educação escolar indígena; a educação do campo; e a educação escolar quilombola.

Desse modo, a prática em sala de aula na educação básica deve-se voltar sem distinção entre crianças, jovens, adultos e idosos. Também não discriminar a mulher e suas especificidades, zelar pela igualdade no trabalho e educação, na saúde e preservação reprodutiva, e precaver contra violências físicas e psicológicas.

Segundo SED (2016, p. 62), sobre a parceria com o Ministério da Saúde, criou-se um trabalho chamado “Projeto Escola”, com vídeos sobre a prevenção e cuidado com a saúde para “minimizar a vulnerabilidade de adolescentes e jovens à infecção ao HIV/DSTs e à gravidez na adolescência”.

2.3.4 Sustentabilidade

Percorrendo o texto do documento, aparece a questão ambiental. Preocupados em mobilizar todos em prol do cuidado com o meio ambiente, a escola, por sua vez, desempenha o espaço dessa educação formal ambiental para

possíveis construções permeadas pelas reflexões, atitudes e valores culturais e sociais.

Essas abordagens, na prática escolar, deverão ocorrer por meio da orientação do currículo pedagógico. Conforme explícito no documento da SED (2016, p. 63) abordagens sobre “[...] os impactos negativos ambientais e sociais como a contaminação do ar, das águas, do solo, desflorestamento, extinção de espécies, violências, ocupações territoriais inadequadas [...]”.

Esses elementos levarão à preocupação com a educação e à necessidade de se voltar ao resgate e cuidado com as questões de sustentabilidade. A educação indígena, quilombola, sem-terra e a do campo, também, é ressaltada como importante componente a ser trabalhado na prática em sala de aula.

Figura 1 – Sobre a diversidade



Fonte: Proposta Curricular de Santa Catarina (2014)

A PCSC tem intuito de abranger todas as esferas possíveis de saberes e disciplinas para a construção integral do conhecimento do aluno. A sua estrutura abrange dois blocos: a das ciências humanas e da matemática, denominando suas contribuições na formação escolar.

2.3.5 Contribuições das áreas de conhecimento

A linguagem desempenha a função de permitir a interação entre as pessoas, hoje não mais só a verbal ou em códigos escritos, mas também nas ferramentas tecnológicas como computador, celular e TV.

Assim, deve ser inserida como importante instrumento na base culturas e histórica, e utilizada por todas as áreas de saberes. O papel da área da arte do encontro para observar a passagem do tempo, experimentar com interação a natureza, os sons, gostos, cheiros e sentidos. De acordo com a SED (2016, p. 102) “trata-se de um contato direto com a cultura do outro, da vivência de suas construções simbólicas e da descoberta contínua de seu universo na constituição da subjetividade humana”.

Na axiologia, ideologia: ética, estética, arte e industrialização, com seu mercado e consumo, são abordados como alimento intelectual ou habitual da cultura brasileira.

Sobre a massificação das culturas levadas pelas mídias e informações rápidas do mundo virtual, o homem criou ilusões sobre a sua realidade, desvalorizando o lado humano, como a relação social e o cuidado com o meio ambiente.

Dessa maneira, a importância em desenvolver o gosto pela ética, cuidado ao meio ambiente e qualidade de vida devem ser valorizados por meio de dança, música, alimento e a própria pintura que expressa a cultura do povo e suas apreciações.

Na educação física, ressalta-se a importância das competições, e que os educandos respeitem o desempenho de cada um (incluído a dos de educação especial). Do mesmo modo, que sigam regras e limites na construção do coletivo e o seu respectivo respeito. Além disso, o cuidado com o movimento corporal e sua linguagem que é marcada pelos signos.

Na área da língua chamada de “semiose”, a língua portuguesa é a língua valorizada e trabalhada, pois é a língua materna, mas também há que se aprender outras culturas como o inglês, espanhol, tecnologia digital e libras.

Nesse contexto, entram os diferentes sotaques e suas variedades (o do nordeste, do sul e do meio-oeste), devendo ser abordados, ainda, o conceito de letramento ecológico, que é o diferente uso da língua e sua interação com o grupo social e sua preservação.

2.3.6 Área das Ciências Humanas

Pensando no desenvolvimento individual e coletivo em todas as áreas de conhecimento, o que se pode trazer em sala de aula são momentos de experiência e ações em coletivo sobre o mundo e o tipo de sociedade em que se vive. Segundo SED (2014, p. 140):

[...] com vistas à desnaturalização das relações sociais, para fomentar posicionamentos emancipatórios, voltados particularmente ao enfrentamento de dilemas sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, éticos, estéticos e religiosos que compõem a história da humanidade.

A natureza se modifica pelo trabalho do ser humano. Essa interação no espaço mostra as manifestações e tipos de convívio entre os seres humanos. Desse modo, há a necessidade de que os alunos sejam preparados para essa leitura de mundo, do ambiente socioambiental e social. Assim, segundo a SED (2014, p. 142):

A área de Ciências Humanas se organiza em torno dos conceitos estruturantes: tempo, espaço e relações sociais, que se desdobram em outros conceitos, tais como ser humano, relações socioambientais, relações sociais de produção, conhecimento, território, ambiente, natureza, redes, transformações sociais, cultura, identidade, memória, temporalidade, imaginário, ideologia, alteridade, indivíduo, sociedade, poder, trabalho, tecnologia, economia, linguagem, ética, estética, epistemologia, política, Estado, direitos humanos, imanência, transcendência, patrimônio, corporeidade, sociabilidade, convivência, cooperação, solidariedade, autonomia e coletividade [...].

Cada região possui suas maneiras de produzir capital, pelas suas tradições, culturas locais e condições naturais. A produção de comércio e tecnologia no trabalho são relações de negociações que fazem parte de cada região.

Interessante se faz quando essas abordagens em sala de aula se dão a partir da compreensão dessa dinâmica. O capitalismo, por exemplo, que marca o

consumo da sociedade, deve ser caso de estudo para compreender a dinâmica da cultura social.

A diversidade de conhecimentos e integração, segundo SED (2016, p.14), “[...] de saberes e conhecimentos produzidos por diferentes culturas, principalmente aquelas que historicamente foram marginalizadas, excluídas, subalternizadas e inferiorizadas pela cultura escolar”.

O preocupar-se com o ambiente e lugar onde se vive é também perceber a sua relação com o contexto social. São fatores levados em consideração pela PCSC para compreender as relações estabelecidas em um determinado lugar, SED (2014, p.150): refere:

As questões sociais, como por exemplo: as condições de moradia, a infraestrutura básica existente, os tipos de serviços e as condições de acesso a eles, a distribuição de renda; b) a diversidade cultural e ambiental presente na paisagem desde a sua formação, seus elementos constituintes, interação com demais unidades espaciais; c) a sua dinâmica demográfica/populacional: o crescimento natural da população, as migrações, a diversidade étnico-racial, de gênero e diversidade sexual; d) as relações de poder: os conflitos territoriais, religiosos, a gestão das políticas públicas, as diferentes composições e hierarquias familiares; e) as formas de organização espacial: do trabalho, da economia, da cultura e do lazer, o planejamento territorial e as questões ambientais.

As ciências humanas relacionam as relações com o espaço natural e suas transformações, levando em consideração a história da região local a que cada ser humano pertence e buscando formar pessoas com valores e ética perante seus comportamentos com o outro e com a natureza.

2.3.7 Ciências da Natureza e Matemática

Na relação da matemática, a abordagem vem ao encontro da dinâmica nos esportes e transportes, a questão da energia, a biologia do ecossistema (litosfera, hidrosferas, atmosfera e biosfera).

Assim, o trabalho em sala de aula deverá manter essa base estrutural, perante a SED (2014, p. 162):

Representar elementos científico-tecnológicos desenvolvendo linguagens, imagens, símbolos, transposições e traduções das diferentes formas de expressão.

Compreender o universo científico-tecnológico por meio da formulação de questões e dúvidas, da elaboração de hipóteses e de sua verificação prática.

Para ser entendida, a natureza da matemática, como a mais próxima da vida do educando, inicia-se pela observação da situação ou problema encontrados na sociedade. Segundo a SED, (2014, p. 159) “[...] por exemplo, recursos como jogos, brincadeiras, visitas técnicas a museus, propriedades rurais, estações de tratamento de água e de esgoto, aterro sanitário etc”.

Figura 2 – Sobre Conceitos Fundamentais



Fonte: Proposta Curricular de Santa Catarina (2014)

O estudante deverá em sua vida escolar, de acordo com a SED (2014, p. 167) “lidar com questões ambientais, crise de energia, notícias, intervenções médicas, equipamentos tecnológicos e constituição do universo, entre tantas outras questões da contemporaneidade”.

A expansão excessiva das cidades e o crescimento econômico com o extrativismo da natureza trouxeram consigo problemas ambientais e sociais, como o acúmulo de lixo, resíduos químicos no solo e na água, falta de saneamento básico, poluição atmosférica, proporcionando aquecimento global.

A abordagem da ética a essa diversidade biológica e social para SED (2014, p. 168) leva “à promoção de valores éticos, junto da construção de saberes específicos, condição essencial para compreensão da responsabilidade humana [...]”.

A análise realizada entre a PCSC e o IDH teve como o intuito perceber quais são as questões levantadas pelos dois documentos e se existe divergência. A PCSC está norteando para o Desenvolvimento Regional, vislumbrando as dimensões da economia, saúde, social, ambiental e educacional. As tabelas demonstram os dados colhidos:

Tabela 15 – 8 Comparações da PCSC e IDH

Proposta Curricular	Índice de Desenvolvimento Humano
Indicadores à educação	
Formação integral	
Letramento ecológico (preservação de sotaques)	
Respeitar todas as idades incluindo idosos e preferência de 0 a 17 anos para a permanência na escola	Média de anos estudados
Integração da competição, regras e limites e o respeito com o outro (incluindo os da educação especial)	
Reconhecer e respeitar todas as raças, gêneros, orientações sexuais, religiosidade e nacionalidade.	Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade
Indicadores sociais à saúde	
Prevenção e cuidado com a AIDS e outras doenças	Vida longa e saudável
Reflexões, atitudes e valores com o meio ambiente e sustentabilidade	Qualidade de vida e garantia da sustentabilidade
Alimentação e nutrição para a integridade humana	Saúde e reprodutividade
Indicadores econômicos	
Compreender a vida e desempenhar funções sociais ativamente	
Preocupação com a industrialização, consumo, a sociedade capitalista e hierarquia	Renda per capita
Interação ao mundo tecnológico e sua massificação em mídias e informações	
Não discriminar as mulheres e luta pela igualdade na educação e trabalho	
Conhecimento do Estado, direitos humanos, solidariedade e coletividade	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes
Saberes e valorização aos que estão em vulnerabilidade, marginalizados, excluídos, subalternizados ou inferiorizados	Redução de pobreza
Saberes sobre questões de moradia, migração e demografia populacional / Educação como ideia de bem comum e respeito	Estabelecer uma parceria mundial pelo desenvolvimento
Educação indígena, quilombola e do campo a favor valorativo	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável as florestas

A abordagem da proposta curricular em forma de textos muito longos dificultou as análises e comparações de dados com o IDH.

Comparando os dois documentos, percebe-se na PCSC que há preocupação com as questões sociais humanas são relevantes. Diferente do PNE (as 20 metas), o qual é voltado ao fluxo escolar e avaliação como preocupação central.

Entretanto, a PCSC enfatiza mais crescimento pessoal do aluno, com entendimento de que ele deve ser autônomo, ter consciência da situação financeira, da marginalização, da política, da sua saúde, do meio ambiente e da equidade de gênero, etnia, religião e nacionalidade.

Sendo assim, considera-se que a PCSC está fortemente direcionada, em alguns aspectos, ao desenvolvimento econômico e social da região sul.

Para finalizar, pode-se dizer que os elementos que constituem a PCSC são fortemente favoráveis à dimensão da economia, demonstra em muitas situações a necessidade do trabalho, sustentabilidade e respeito às diversidades. Essa necessidade leva a pensar que o professor em sala de aula deverá fomentar a formação de alunos mais produtivos e com atitude crítica diante do crescimento econômico.

2.4 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR

A proposta deste capítulo foi analisar a lei educacional do município de Caçador-SC. Com a pesquisa documental e bibliográfica, possibilitou-se perceber quais são as propostas para a educação e o Desenvolvimento Regional.

Utilizando os critérios do Desenvolvimento Regional e do IDH, construíram-se análises a fim de verificar se a educação municipal está fomentando esse princípio para o desenvolvimento do município.

A aprovação da Lei nº 3230, de 19 de junho de 2015, que institui o Plano Municipal de Educação de Caçador, propôs artigos para as instituições escolares do município de Caçador, que está em vigor por 10 anos a partir da data publicada.

Seguem os artigos que direcionam a proposta de ensino municipal:

Segundo Caçador (2017), no Art. 2, são articuladas as metas de erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; promoção da cidadania; qualidade na educação; formação para o trabalho e valores morais e éticos; gestão democrática; formação humanística, cultural e tecnológica e a promoção da sustentabilidade socioambiental.

Já no Caçador (2017), Art. 5, serão executadas avaliações periódicas para avaliar e acompanhar a execução das metas propostas, ficando disposto que a Secretária Municipal da Educação tem a responsabilidade na divulgação e inclusive na realização dos fóruns, debates e conferências.

No Art. 10, Caçador (2017), o Sistema de Avaliação da Educação Básica coordenada pela União informará para a avaliação de qualidade e para as orientações políticas públicas do ensino.

Denota-se que a lei é breve e sutil em sua proposta, apesar de considerar dimensões sociais, que levem em consideração o meio ambiente, a tecnologia, a cultura e a cidadania como princípio norteador da educação. Não apresenta diretrizes que salientem a economia, a saúde e a política como proposta de fomento na formação dos alunos. E os demais artigos da lei não informam sobre dimensões formativas, mas sim técnicas com explanação de vigência e disposições gerais da lei.

Desse modo, fica evidente que as dimensões necessárias para possibilitar o Desenvolvimento Regional não são encontradas nessa lei, e, conseqüentemente, não está sendo norteador para as práticas dos professores em sala de aula.

Entretanto, apresenta, em suas metas, a erradicação do analfabetismo que indica esforços para melhorar o acesso das crianças à escola e melhorar a qualidade da educação. Também, o monitoramento da Secretária Municipal para acompanhar e informar sobre as avaliações, que podem apontar como está o ensino aprendido dos alunos, e quais desafios a serem superados pelos sistemas de ensino.

2.5 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS ANALISADAS

Os PPPs são diretrizes que informam sobre a história da escola, a estrutura física e material, os profissionais, as disciplinas, os conteúdos e os valores e objetivos que a norteiam.

Quem o executa é a equipe escolar e a própria comunidade. Os PPPs se fundamentam e se caracterizam pelas necessidades, especificidades e realidade da escola. As informações contidas no documento são cruciais para garantir um caminho que alcance a proposta de trabalho proposta pela instituição durante o ano letivo.

A busca a fim de vislumbrar os conteúdos existentes nas Propostas Pedagógicas das Escolas: EMEB Hilda Granemann de Sousa, Escola Municipal de Educação Básica Esperança, Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio e Escola Municipal de Educação Básica Henrique Júlio Berger, pode possibilitar o levantamento de informações que indiquem se estão fomentando perspectivas para o Desenvolvimento Regional do município.

Nesse processo de levantamento de dados, o trabalho se torna relevante para perceber a contribuição das escolas à formação de alunos cidadãos e se estão preocupados com o desenvolvimento da sua região. Ou, ao contrário, uma proposta formadora que direciona para outras circunstâncias.

A lei educacional do município de Caçador se manteve firme em reforçar a importância de avaliar os alunos e sua aprendizagem. Contudo, preparar para a cidadania e o mundo do trabalho foram mencionados com maior relevância.

Portanto, com a necessidade de desvendar qual a proposta das escolas para a formação do educando, analisaram-se os PPPs de cada escola e grifadas as dimensões e os saberes que acreditam ser primordiais à formação dos caçadorenses.

2.5.1 Escola Municipal de Educação Básica Hilda Granemann de Sousa

A EMEB Hilda Granemann de Sousa está situada no Bairro Martello. O perfil de seus alunos é classe baixa, oriundos de famílias de trabalhadores de empresas pequenas e subempregos. Segundo EMEBH Granemann (2017), as más condições sanitárias, de saneamento básico, de eletricidade e de higiene são desfavoráveis para a qualidade de vida dessa comunidade.

Os valores e a missão da escola buscam oferecer uma educação de qualidade e de criatividade. Além disso, formar para a cidadania e possibilitar atividades pedagógicas com interação social e real, considerando a cultura dos alunos. A escola propõe o aprender e o ser.

Também, pretende não apenas transmitir a aprendizagem, mas criar estratégias e avaliar periodicamente o aprendizado dos alunos. Para EMEBH Granemann (2017), é importante considerar os alunos e a sua realidade social, levando em consideração o seu conhecimento prévio.

Além disso, procura efetivar a interação entre a escola, a família e a comunidade. Para EMEBH Granemann (2017), o professor é o conhecedor dessa globalidade (aluno e família) e interage dinamicamente com os conteúdos e com a realidade. Os alunos são motivados a resolver os problemas do dia a dia.

A proposta pedagógica da escola é reduzir a evasão e taxa de repetência com proposta curricular para a leitura e interpretação. O currículo do ensino fundamental é formado pelas disciplinas de língua portuguesa, matemática, história e geografia, ciências, língua estrangeira (inglês), artes, educação física e ensino religioso.

Conforme EMEBH Granemann (2017):

- Língua Portuguesa: como se fala e o uso eficaz da língua, compreender os textos que circulam na sociedade e ensinar a interpretá-los e produzi-los.
- Matemática: interação com formas, grandezas e quantidade e a matemática por meio da linguagem falada, a pictórica e a gestual.
- História e Geografia: reconhecer a história passada e atual, transformar os acontecimentos contemporâneos e problemas históricos do passado em estudos a serem pesquisados, respeitar as diversas culturas sociais, conscientizar para a política, e estudos da nação brasileira. Estudo do espaço geográfico formado pelo ser humano, perceber as perspectivas econômicas e reconhecer a sua posição na natureza e na sociedade.
- Ciências: identificar os fenômenos físicos e redescobrir suas leis, experiências ativas e perceber suas consequências e causas.
- Língua Estrangeira (Inglês): entender, falar e compreender as diferenças e as diversas línguas e a escolha do vocabulário conforme as suas necessidades.
- Artes: apropriar-se do código da leitura e escrita, ampliar a percepção e reflexão e o fazer artístico, compreender os códigos e comunicação dos humanos.
- Educação física: cuidados com a saúde corporal, qualidade de vida, exercício da solidariedade para as dimensões culturais, sociais e políticas.

- Estudo do ensino religioso: reflexão das condições humanas e o papel do indivíduo na sociedade, diversidade cultural e religiosa e a postura comportamental.

Tabela 16 – Projetos realizados na escola

PROJETO NOVAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM Com exposições e feira de ciências
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO Período integral para o ensino fundamental.
PROJETO DIA DA CRIANÇA Atividades e brincadeiras lúdicas.
PROJETO DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO Amor pela pátria e desfile no município.
PROJETO RÁDIO NA ESCOLA

Fonte: PPP da EMEBH Granemann

A escola está preocupada com a formação social, inclusive realiza projetos que envolvem a comunidade, mas não está direcionando a formação à sustentabilidade, à saúde e à economia da região.

2.5.2 Escola Municipal de Educação Básica Esperança

A Escola Municipal de Educação Básica Esperança localiza-se no Loteamento Recanto da Alvorada – Bairro Martelo. Sua clientela possui uma renda baixa e ainda são marginalizados pela sociedade do município de Caçador. O bairro possui água encanada, energia elétrica e sistema de esgoto e a grande maioria trabalha no plantio e colheita agrícola ou em pequenas empresas.

Segundo a EMEB Esperança (2017), seus valores e objetivos são em torno da formação crítica da realidade social. A escola está constantemente interagindo com a comunidade. Também se propõe formar alunos que possuam a capacidade de solucionar os problemas sociais da sua comunidade.

Para EMEB Esperança (2017), a consolidação de práticas cidadãs se dá por meio de leitura interpretativa, compartilhando experiências de novos conhecimentos com trabalhos realizados dentro da escola.

A proposta pedagógica da escola é oportunizar aos alunos o acesso à escola e a permanência nela. De igual maneira, formar alunos que busquem a tecnologia e novos conhecimentos.

O currículo do ensino fundamental está organizado em formação: humana, comunicativa, leitora, escritora, matemática, espacial.

Segundo EMEB Esperança (2017):

- Humana: reconhecer regras de vivência, conhecer e interpretar os grupos sociais.
- Comunicativa: comunicar-se com diversas línguas.
- Leitora: capacidade de ler, habilidade de interpretar, fazer uso de diversos textos.
- Escritora: produzir textos com clareza e organização de ideias.
- Matemática: conhecer números, resolver problemas e cálculos mentais.
- Espacial: localizar-se no ambiente e reconhecer os espaços geográficos.

Tabela 17 – Projeto Realizados na Escola

COM-VIDA

As crianças criam conselhos sobre o meio ambiente e formas de se organizar na escola.

MEIO AMBIENTE NA ESCOLA COM VIDAS

Transformar o meio ambiente em que vivem com práticas de preservação.

MAIS EDUCAÇÃO

Período integral para crianças do ensino fundamental.

Fonte: PPP da EMEB Esperança

A escola direciona o seu PPP para a formação social. Salienta a cidadania como possibilidade de o aluno modificar a sua comunidade. Procura proporcionar formação à leitura e interpretação da realidade como motor para um aluno reflexivo. Entretanto não demonstra preocupação com a formação à política e à economia.

2.5.3 Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio José

A Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio José está localizada no bairro Kurtz. A população do bairro é constituída de microempresários, autônomos e trabalhadores de empresas locais, possuem saneamento básico de qualidade e ruas pavimentadas.

Para EMEBI Venâncio (2017), os valores da escola são pautados numa educação de qualidade. Por esse motivo quer preparar alunos que exerçamos seus direitos e deveres da sociedade. Assim, esses devem ser preparados para a vida em sociedade, para o envolvimento cultural, desenvolvendo atitudes e habilidades no contexto social.

A proposta pedagógica da escola é possibilitar um ambiente atrativo, com interpretação da sociedade e sua cultura, com formação de um sujeito integral e

solidário à economia sustentável. Um ser humano transformador da sua realidade social para um futuro planeta preservado e com a política de direito de paz mundial.

O currículo do ensino fundamental se baseia na compreensão da realidade e dos conhecimentos científicos. Os conteúdos são distribuídos em níveis: representação e comunicação, investigação e compreensão, contextualização sociocultural e ensino religioso.

Segundo EMEBI Venâncio (2017), busca-se:

- Representação e Comunicação: expressão por meio da comunicação e compreensão da língua materna portuguesa e interpretação da identidade.
- Investigação e Compreensão: aplicar a linguagem, representar manifestações e propagação de ideias, reconhecer os códigos e reconhecer as tecnologias de informação.
- Contextualização sociocultural: identificar as manifestações sociais, apreciação do patrimônio público e visão do mundo com conhecimento da sociedade.
- Ensino Religioso: análise do fenômeno religioso brasileiro, compreensão das diferentes religiões para optar por uma tradição.

Tabela 18 – Projetos Realizados na Escola

LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIA Criação de ambiente e momentos de leitura.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Estudo dos direitos e deveres das crianças e adolescentes.
MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM Comprometimento com a reciclagem e cuidado com o meio ambiente.
EDUCAÇÃO AFRO-DESCENDENTE Atividades para respeitar a cor de pele e a cultura negra.
EDUCAÇÃO PREVENTIVA Atividade para cuidar da saúde e higiene.
UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA SALA DE INFORMÁTICA Aprender conteúdos com a pesquisa na sala de informática.
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO Atendimento especializado para acompanhar a aprendizagem dos alunos de inclusão.
HORTA ORGÂNICA E ECOLÓGICA Práticas de plantio e alimentação saudável
Fonte: EMEBI Venâncio

A escola direciona à formação cultural e cívica. Os conteúdos estão fomentando a preparação do aluno para reconhecer as potencialidades da sua comunidade, com capacidade de aplicar os seus saberes para o desenvolvimento da comunidade.

2.5.4 A Escola Municipal Educação Básica Henrique Júlio Berger

A Escola Municipal de Educação Básica Henrique Júlio Berger está localizada no bairro Berger, no centro da cidade, e a população vive do comércio local, são servidores públicos e safristas.

Segundo a EMEBHJ Berger (2017), seus valores são caracterizados pela construção de alunos cidadãos e por uma sociedade mais justa e ética. Busca contribuir com a formação global do estudante a fim de que possa apropriar-se da sua história. Aproximar a família da escola para a formação de uma parceria preocupada com o ensino e aprendizagem dos educandos.

A proposta pedagógica para EMEBHJ Berger (2017) tem como princípio que os alunos sejam formadores do progresso social, econômico, político e cultural. Com consciência e visão do mundo e com valores pautados na honestidade, tolerância, humildade, respeito, solidariedade e compromisso.

O currículo do ensino fundamental tem por norteador as disciplinas, que compreendem a formação de conteúdos para a formação integral dos alunos, sendo elas: língua portuguesa, língua inglesa, artes, matemática, ciências, ensino religioso, história, geografia e educação física.

Segundo EMEBHJ Berger (2017):

- Língua Portuguesa: ampliar o vocabulário, identificar os gêneros textuais, interpretar e produzir textos, reconhecer os diferentes signos produzidos pelo ser humano.
- Língua Inglesa: possuir uma segunda língua, reconhecer a cultura e seu vocabulário.
- Artes: leitura do espaço social, identificar as representações sociais, reconhecer a história da arte humana em diferentes espaços e épocas.
- Matemática: conceitos fundamentais de quantidade, formas, espaço e cor, reconhecimento dos numerais e contas operacionais, resolução de problemas e soluções de cálculos mentais.
- Ciências: estudo do corpo humano, saúde e higiene, compreensão da alimentação, natureza e meio ambiente.

- Ensino Religioso: entender a identidade, o universo e a sociedade, identificar as regras sociais e os valores e a produção humana do trabalho e a economia.
- História: identificação da família, da comunidade, estudo do município e da sociedade brasileira, estudo das diversas profissões, o contexto socioeconômico e os três poderes (legislativo, executivo e judiciário).
- Geografia: conhecer o espaço geográfico e o universo, entender o meio ambiente e os recursos naturais, estudo das regiões e as divisões geográficas.
- Educação Física: atividade para motricidade, corpo saudável e atividades esportivas.

Tabela 19 – Projetos desenvolvidos pela escola:

PROJETO HINO NACIONAL
Resgate do patriotismo e respeito à nação brasileira.
ANIVERSÁRIO DA ESCOLA
Resgate da importância da escola e dos amigos.
PRAÇA DE LEITURA
Ensinar a ler e escrever; um espaço de leitura.
NOITE CULTURAL
Divulgar a cultura local e regional por meio de arte.
PROJETO FOLCLORE
Valorização da tradição do folclore e a cultura brasileira.
PROJETO AMIGAS DA ESCOLA
Possibilitar momentos de ajuda e solidariedade na escola.
SESSÃO CÍVICA
Resgate da cidadania e de viver em grupo.
O OLHAR DO BERGER PARA A ARTE BRASILEIRA
A manifestação artística das crianças e exposições de trabalho.
PROJETO RECREIO MONITORADO
Apoiar os alunos para ajudarem a cuidar das crianças nos intervalos.
Fonte: EMEBHJ Berger.

São quatro dimensões que levam ao Desenvolvimento Regional: social, cultural, ambiental e econômica. As escolas estão mais preocupadas com os conteúdos de língua portuguesa, matemática, linguagem, ciências, religião e educação física do que com a formação para as dimensões do Desenvolvimento Regional.

A lei municipal demonstra em seus artigos direcionamento para as avaliações e resultados obtidos, centrando na qualidade da educação a partir de resultados.

O discurso dos PPPs mostrou o foco ao preparo dos alunos à cidadania. Seus valores são articulados ao meio ambiente e o social, mas sem amplitude a todas as dimensões do Desenvolvimento Regional.

A escola cria oportunidade de articulação com a comunidade. Mas não aproxima resultados científicos da formação formal para a dimensão do Desenvolvimento da Região.

As escolas EMEB Hilda Granemann de Sousa e Escola Municipal de Educação Básica Esperança estão direcionando a formação social de alunos reflexivos para mudar a sua realidade social de baixa renda, já que os alunos não possuem as condições básicas de sobrevivência, como saneamento básico, eletricidade, alimentação saudável e saúde de qualidade.

Já a Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio e Escola Municipal de Educação Básica Henrique Júlio Berger estão priorizando uma amplitude social e cultural. Isso se deve por estarem em bairros de população de renda mais alta e já possuírem o básico para sobreviver. Então os alunos são preparados para compreenderem a sua nacionalidade e capacidade ética de viver em sociedade e se desenvolver.

2.6 CIDADANIA

A proposta da legislação educacional no Brasil demonstra que a educação escolar é obrigatória e deverá formar para a cidadania. Isso também está inserido nos programas desenvolvidos pela ONU e PNUD.

Torna-se importante a cidadania como fonte de mudança social e política. Cidadania não se cumpre apenas no exercer seu trabalho, fazer parte de um país e votar num partido. É preciso conhecer seu país, identificar sua região e sua cultura, compreender a dimensão comportamental e humana no âmbito planetário, potencializar seu trabalho como renda sustentável, reconhecer as dimensões e intenções materiais e imateriais e inclusive espiritual.

Com a pesquisa bibliográfica foi possível construir esse subcapítulo sobre o conceito de cidadania, visto que ele é primordial para o Desenvolvimento Regional.

O conceito de cidadania, segundo o dicionário DICIO (2016), tem o significado de “responsabilidade de um cidadão e a sua participação ativa”. Mas não se restringe a poucas palavras.

Martins e Mogarro (2017, p. 3) definem o conceito de cidadania como “um conjunto de direitos e deveres do indivíduo que pertence a uma determinada comunidade, que passa a designar-se como cidadão”.

No entanto, as pessoas cidadãs são aquelas que participam e cumprem o seu papel dentro da sociedade.

A cidadania, segundo Carvalho (2001), pode ser compreendida como a integração das pessoas no governo via participação política, via garantia de direitos individuais, via justiça social.

A cidadania política é aquela em que as pessoas conhecem e são reflexivas sobre os partidos e ações do Estado e do governo.

O direito da liberdade na votação dos candidatos é uma prática de cidadania política, que possibilita às pessoas escolherem seus candidatos.

Segundo Pires e Cavichioli (2016, p 3):

O cidadão tem de ser consciente das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um complexo que é a coletividade, a nação, o Estado, o qual para o bom funcionamento deverá haver contribuição de todos. Desta maneira, se chega ao objetivo final e coletivo, o bem comum.

As pessoas agem com autonomia, entretanto essa é limitada conforme as regras sociais e políticas. Conforme Bonamigo (2016) “o significado de cidadão político é a pessoa que tem um vínculo jurídico com o Estado, pois este institui a nacionalidade e os direitos políticos”.

A pesar de a cidadania não se limitar apenas na perspectiva política, ela também é social, cultural e econômica. Existem vários comportamentos cidadãos que definem suas ações na sociedade, tais como:

2.6.1 Tipos de comportamento cidadão

Carvalho (2007) menciona que se tornou costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno é aquele que desenvolve os três direitos. Já o cidadão incompleto é aquele que possui apenas algumas reflexões dos

tipos de comportamento cidadão. E o não cidadão aquele que não possui nenhuma reflexão.

Os tipos de comportamento são:

Direitos civis: são os direitos e deveres imposto pela lei;
Direitos políticos: a participação do cidadão nas decisões do governo;
Direitos sociais: são os direitos a educação, a saúde e ao trabalho, ou outras instancias criadas pela sociedade.

Para Fagundes, Zanella e Torres (2017, p. 3):

Os direitos civis são relacionados à questão individual, mais especificamente à sua liberdade. Os elementos sociais referem-se a direitos que variam desde o direito à segurança e ao bem-estar até o de ser um sujeito civilizado de acordo com os padrões vigentes na sociedade. No último âmbito, o político, são abarcados direitos de participação em exercícios políticos, seja como autoridade ou eleitor.

A cidadania se torna não exercida quando as pessoas não refletem sobre seus atos na sociedade. Pode ser chamada de cidadania passiva, aquela que a pessoa cumpre seu papel social e político sem saber o significado da sua prática.

Conforme Pires e Cavichioli (2016, p 2), “constituir-se cidadão é possuir consciência de que é sujeito de direitos. Direitos esses à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, aos direitos civis, políticos e sociais”.

A cidadania ausente, segundo o conceito de Dalarosa (2016), é a falta de consciência do papel do cidadão e do próprio Estado. Ambos não possuem uma análise profunda do seu papel na sociedade.

Para tais direitos políticos se efetivarem, é necessário que os cidadãos tenham o acesso a defensores públicos e a assistência jurídica do Estado.

Oliveira e Lima (2017, p. 10) expõem que “para efetivação dos direitos sociais, o Estado deve ter condições financeiras suficientes para propiciar serviços sócio assistenciais que garantam um mínimo de bem-estar social”. A luta de classes sociais é fundamental para a efetivação dos direitos e mudanças sociais, econômicas e políticas, pois um grupo social que possui reflexão da realidade política, econômica e social busca por resultados na sua vida prática. Já um país em que o povo não possui conhecimento, a prática é a da acomodação, não permitindo mudanças.

Oliveira e Lima (2017, p. 11):

A efetivação de tais direitos ocorre no interior das lutas de classes, uma vez que, se as classes trabalhadoras para efetivarem sua cidadania, assumem uma postura dinâmica e progressiva, as classes dominantes tendem a ser estagnacionistas e até regressivas, tornando o processo de criação de direitos conflituoso, porém, não contraditório

Afonso e Ramos (2017, p.5), no mesmo sentido de compreensão sobre o sentido e significado social do termo, esclarecem que a cidadania é, sobretudo, uma conquista das classes populares e não uma mera concessão do Estado.

2.6.2 A educação como processo de formação cidadã

A educação é importante para a formação cidadã, pois em sala de aula o professor pode contribuir para a reflexão do conceito de cidadania, e, a partir de suas práticas pedagógicas, possibilitar experiências aos alunos.

Além disso, é na escola que se encontra a educação formal. Ainda, há os conteúdos que preparam os alunos para a convivência

Pires e Cavichioli (2016, p 3)

Destarte, a educação deve estar voltada para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social e de seus deveres e direitos, a educação é fundamental para a abertura deste caminho de percepção até mesmo para que possa garantir melhores condições de vida em sociedade no que tange a igualdade.

O espaço escolar e a sociedade se articulam, formando-se. São espaços que permitem possuir grau de formação e preparação para escolher a profissão e a vida que se deseja desempenhar. Mas são as instituições de ensino apenas que permitem contribuir com os saberes científicos. É o saber que clarifica a realidade.

Para WANDERLEY (2017, p. 5) “com as práticas de enfrentamento dos governos autoritários, as pessoas participantes desses movimentos mudaram da postura tradicional do pedir às autoridades para a do reivindicar”.

A reivindicação deve ser cobrada dos governantes por meio de movimentos e de participação nas discussões sociais, políticas e econômicas, sempre visando ao bem comum. Quando se reivindica, ocorre um processo de transformação, ocorrem as adequações conforme a proposta dos movimentos sociais.

Mogarro (2017, p. 4) diz que “o sistema escolar público consagrou a escola como o espaço privilegiado para a socialização das crianças e dos jovens e para a interiorização dos valores fundamentais, quer individuais, quer sociais”.

Martins e Mogarro (2017, p. 13) argumentam que “é impossível realizar um ensino isento de valores devido ao papel exercido pelo currículo oculto”.

O planejamento do professor e as práticas exercidas por ele possuem uma intencionalidade pedagógica. Assim, os valores que são considerados importantes por ele são enraizados em seus planejamentos.

WANDERLEY (2017, p. 8) expõe: “sabe-se que se a educação é determinada pela realidade em que se insere, ao mesmo tempo ela contribui para determinar a constituição dessa mesma realidade”.

O papel da educação escolar é garantir a aprendizagem para a formação integral do aluno entre o conhecimento teórico e da realidade social do aluno.

Afonso e Ramos (2017, p. 6) comentam: “trata-se de projectos de autonomia pessoal e colectiva em que a educação e a cultura são consideradas como a autêntica riqueza de uma nação”.

É importante que o ambiente escolar valorize a proposta da formação do cidadão, desenvolvendo uma cultura de alunos que reflitam sobre os seus comportamentos e os contextos históricos da sociedade.

Ainda Afonso e Ramos (2017):

O essencial é considerar a escola como um espaço público de democracia e de cidadania, sendo que estas não somente se ensinam como também devem praticar-se, e assumir a escola como meio de confrontar as hegemonias.

A escola pode ser um espaço para a estruturação de significados sobre o mundo, os acontecimentos políticos e sociais, os fenômenos econômicos e ambiental.

Isso torna os alunos preparados para agir ativamente e refletir sobre o desenvolvimento da sua comunidade. Afonso e Ramos (2017, p. 16) mostram que “de alguma forma, trata-se de resgatar modelos anteriores que voltem a colocar no centro o desenvolvimento e a emancipação das pessoas e das comunidades”.

Oliveira e Lima (2017) dizem que a educação que prepara para a cidadania pode promover o olhar dos estudantes e professores a sua manifestação pela democracia, integrando todos os grupos sociais como parte da história da

sociedade, uma classe que luta pela sua voz, voto e pela construção de atores sociais.

Sobral (2000) expõe que a educação para a política é importante para a construção de justiça sociais, mas a concepção de política educacional amplia oportunidades de as pessoas possuírem um ensino voltado para melhorar as condições de vida e diminuir das desigualdades sociais.

A educação pode promover a cidadania e ampliar oportunidades emancipatórias para todos. A educação é formadora para a cidadania, mas depende de o cidadão ser ativo ou passivo.

Não há como desenvolver uma região sem a sociedade participar. Um lugar sem atividade humana é um espaço sem vida sem participação política e social. O que faz e quem faz o Desenvolvimento Regional é o poder humano sobre as terras, os bens naturais, os políticos e os culturais.

Quem decide o que quer fazer do seu território é a própria sociedade. Aquela que possui uma formação sobre a realidade geográfica, econômica e social possui condições cognitiva, espiritual e intelectual para domínio de seu território. Ainda aquela que consegue transformar e reaproveitar os bens materiais que há ou não na paisagem natural.

Ao longo dos capítulos percebeu-se que para ocorrer o Desenvolvimento Regional são necessárias as dimensões sociais, econômicas, saúde, política e cultura. Todas sistematicamente se desenvolvendo.

Vale lembrar que existe um IDH que mede se um determinado país está desenvolvido ou em desenvolvimento e, ainda, indica o que está desfavorável e o que deve ser melhorado no território e espaço da região, para sair do subdesenvolvido.

Ainda, analisou-se um aparato de programas internacionais da ONU que estão acontecendo dentro do Brasil, desempenhando empoderamento das comunidades para a melhoria da sua realidade territorial, visto que cada território possui limitações naturais.

A educação está articulando saberes e formação para futuros cidadãos atuarem na sociedade. Apesar de mostrar interesse em diversas dimensões,

como meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e política, ainda, é visível maior direcionamento para conteúdos e preparação para as avaliações em larga escala. Entretanto, ela é a responsável pela formação de pessoas compromissadas ou não com o Desenvolvimento Regional.

Com essa preocupação de avistar as leis da educação do município de Caçador, analisou-se a Lei N° 3230 de 19 de junho de 2015, que propõe artigos para a educação do município, atendendo às demandas sociais e específica da localidade.

O estudo realizado neste capítulo possibilitou perceber os critérios das legislações educacionais para o desenvolvimento da educação. Com o comparativo das leis com o IDH foi possível fazer considerações importantes para a pesquisa.

Em síntese, percebeu-se que as leis são propostas governamentais direcionando à construção de futuros cidadãos. Todas as leis possuem propostas para o Desenvolvimento e para a cidadania, e para empoderar as regiões a conquistarem uma vida de qualidade.

3 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA CIDADE DE CAÇADOR

Este capítulo refere-se ao estudo realizado a partir de pesquisa efetivada em quatro escolas do município de Caçador: Escola Municipal de Educação Básica Hilda Granemann de Souza, Escola Municipal Esperança, Escola Municipal de Educação Básica Irmão Venâncio e Escola Municipal de Educação Básica Henrique Julio Berger.

O capítulo adota a metodologia de pesquisa de campo para a sua composição e posterior confrontação com os dados da pesquisa documental.

Lakatos e Marconi (2003, p. 188) salienta as vantagens da pesquisa de campo, pois permite o

Acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisadas por outros pesquisadores, com objetivos diferentes. Facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos.

O instrumento usado para a pesquisa de campo na presente análise foi a entrevista semiestruturada. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 196), na entrevista não-estruturada:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Para a análise, as entrevistas foram desgravadas e fez-se uma tabela com todos os dados abstraídos das gravações.

Esse quadro comparativo possibilitou notar as divergências e semelhanças nas repostas alcançadas. As identidades das participantes foram mantidas anônimas, sendo que as referências as falas são identificadas com professora (a, b, c, d, e, f, g, h) ou diretora (a, b, c e d).

As categorias de análise das entrevistas foram extraídas a posteriori e os resultados foram confrontados com os dados da pesquisa documental empreendida nos primeiros dois capítulos deste trabalho. Isso permitiu analisar se o trabalho desenvolvido pelas interlocutoras está fomentando práticas para o Desenvolvimento Regional.

Na análise por categoria, optou-se por comparar as respostas repetidas ou salientada poucas vezes. O objetivo era perceber se as entrevistadas conheciam as dimensões do Desenvolvimento Regional e do IDH e se estavam realizando trabalhos nas escolas a fim de os alunos colaborarem com o desenvolvimento do seu município.

A estrutura do capítulo se divide da seguinte forma: na primeira parte, constam as respostas das professoras sobre saúde e qualidade de vida. No segundo subtítulo, o trabalho desenvolvido pelas professoras sobre as questões sociais e as atividades realizadas conforme as legislações educacionais. No último capítulo, as repostas das diretoras sobre as dimensões sociais, econômicas e de saúde, bem como os projetos realizados na escola e as interferências das legislações educacionais.

Ao realizar as entrevistas, notou-se que as professoras e as diretoras não estavam preparadas para responder às perguntas, afirmando que não conheciam as dimensões do IDH e a proposta do Desenvolvimento Regional.

3.1 VIDA SAUDÁVEL, SAÚDE E MELHORIA DA EXPECTATIVA DE VIDA

Nas entrevistas, as respostas sobre saúde e o Ideb não foram bem discutidas, pois os professores, ao dialogar, mudavam de assunto, não respondendo com objetividade às perguntas direcionadas.

Foi possível perceber que, a partir das falas das interlocutoras professoras, as dimensões acima não estão sendo reconhecidas e nem trabalhadas nas disciplinas.

Entretanto, a dimensão saúde mencionou-se na disciplina de Ciências. Algumas das professoras demonstraram não possuírem compreensão que a saúde pode ser trabalhada em todas as disciplinas, com um trabalho interdisciplinar que oportunize hábitos de higiene e de alimentação saudável na própria escola.

Além disso, saúde é um tema transversal. Porém as professoras fizeram apenas associações ao conteúdo da disciplina de ciências.

Nesse bimestre, por exemplo, a gente trabalha a cadeia alimentar, onde você desenvolve todas as suas atividades de saúde. E também diariamente você está sempre falando da questão da alimentação (professora A).

A **prática é falar**, as professoras acreditam que isso faz os alunos terem reflexão sobre o cuidado com a saúde. Para Figueiredo, Machado e Abreu (2017, p.400)

No entanto, a relação entre a Saúde e Educação, no que diz respeito à saúde escolar, nem sempre tem sido harmoniosa. Quando pensada numa perspectiva exclusivamente médica e focalizada no controle e prevenção de doenças, a educação em saúde tem sido pouco efetiva para provocar mudanças de atitudes que levem a opções mais saudáveis de vida

A saúde é um critério avaliado pelo IDH e uma dimensão do Desenvolvimento Regional, pois crianças que possuem um hábito saudável possuem maior expectativa de vida e apresentam condições de estarem dispostas aos estudos.

As professoras não apresentaram, em suas falas, que realizam atividades práticas e diárias de higiene e alimentação saudável com seus alunos.

As falas, das oito docentes, foram tomando direcionamento para as aulas de ciências. Das oito professoras, quatro entrevistadas disseram “**que isso é uma coisa lá do 5º ano**”, como se a saúde fosse um conteúdo a ser trabalhado uma única vez ou período do ano.

Segundo Figueiredo, Machado e Abreu (2017, p. 399) “capacitar os indivíduos para exercerem um maior controle sobre sua saúde e sobre os fatores que podem afetá-la, reduzindo os fatores que podem resultar em risco e favorecendo os que são protetores e saudáveis”.

Percebe-se ser a saúde uma temática que não faz parte dos hábitos de aprendizagem escolar e que ela se torna eminentemente uma disciplina.

Os alunos de quinto ano eles já vêm mais preparados, eles já estão passando da fase de crianças pra adolescentes então eu consigo conversar com eles mais abertamente sobre esse assunto. (Professora C)

Durante as entrevistas com as oito professoras, possibilitou-se perceber que suas práticas na sala de aula se dão por meio do **falarou alertar sobre o assunto decuidar da saúde e do corpo** sem vinculação com as práticas.

Cerqueira (2007, p. 36) afirma que “os professores frequentemente se queixam de que o setor saúde usa a escola e abusa do tempo disponível com ações isoladas que poderiam ser mais proveitosas, com um programa mais participativo e protagonista de atenção à saúde”

Uma das professoras argumenta “eu falo para conscientizar os alunos”.

Procuramos alertar sobre a questão da saúde e do processo de aprendizagem, porque eles precisam buscar o conhecimento pra ter uma saúde melhor. Nós procuramos alertar eles, sobre a vacinas, sobre os cuidados, a prevenção sobre a higiene. E muito sobre a questão de ir ao

dentista e ao médico. Temos que alertar sobre a questão do cuidado com o corpo, da roupa e do banho (professora H).

Segundo o documento do MEC para a Promoção da Saúde na Escola, a didática do professor vai além do diálogo. É necessário promover projetos que favoreçam a participação dos alunos e da comunidade para a prática diária do cuidado com a saúde, alimentação, escovação dos dentes, cuidados com o corpo, realização de esportes e manutenção da limpeza do ambiente.

BRASIL (2017, p. 29)

Projetos voltados ao cuidado do próprio corpo, ao desenvolvimento dos esportes, à valorização à vida podem ser projetos, cujas ações tenham objetivos comuns, dentre eles institucionalizar espaços para o diálogo, com maior participação dos estudantes, dos pais, dos educadores, dos profissionais de saúde e de outros parceiros da escola nas tomadas de decisões e nos compromissos de cidadania de todos da comunidade escolar.

O trabalho para a promoção da saúde precisa envolver todos os profissionais da escola. O espaço e o tempo deverão ser organizados para oportunizar aos alunos o hábito de práticas saudáveis.

Brasil (2017, p. 36) menciona que as “Atividades relacionadas à alimentação saudável, saúde física, mental, ambiental e cuidados com o corpo são atividades de valorização à vida e de promoção da saúde”.

Na análise das entrevistas, percebeu-se que 100% das entrevistadas culpam a e que a escola não possui responsabilidades com a saúde dos alunos.

As professoras estão centralizando o dever da família em cuidar da higiene dos alunos. Já a escola possui o compromisso em ensinar os conteúdos programados pela proposta do Projeto Político Pedagógico e livros didáticos da instituição municipal.

SED (2016, p. 62) afirma que a parceria com o Ministério da Saúde criou um trabalho chamado “Projeto Escola”, com vídeoaula sobre a prevenção e cuidado com a saúde para “minimizar a vulnerabilidade de adolescentes e jovens à infecção ao HIV/DSTs e à gravidez na adolescência”.

Eu tenho um aluno que é um caso que não cuida da saúde e higiene. Todos os professores se queixavam do cheiro. Chamamos a família e falei, efiz a minha parte. Mas eu não posso chegar no aluno e dizer, você precisa tomar um banho. A turma dizia durante as aulas que estavam sentindo um cheiro desagradável. Principalmente depois da educação física. (Professor C)

Bazon e Masini (2017, p. 1081) relata que “A escola, que se configura como espaço privilegiado de aprendizagem acadêmica e desenvolvimento social, pode

constituir uma significativa rede de apoio às famílias no processo educacional de um de seus membros”.

A escola pode oportunizar a participação da família na educação dos filhos, criando uma parceria de trabalho, incluindo práticas de saúde na escola e no ambiente de moradia. Bazon e Masini (2017, p. 1082) [...] expõem que “a interface entre família e escola deve ser construída na convivência diária e levar em conta as características dos alunos atendidos, da comunidade da qual fazem parte e do tempo histórico”.

Segundo o PNUD (2017), até 2030, a meta é acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

Nas entrevistas, percebeu-se que, **além da falta de higiene dos alunos, também, salientou-se a desigualdade social dos alunos.** Sobre isso, as professoras desenvolvem um trabalho apenas de falar e fazer comparativos entre as classes sociais. Acreditam que assim conscientizam os alunos.

Observou-se que não é realizado um trabalho pedagógico para mostrar alternativas aos alunos, possibilitando-lhes optar pela mudança econômica e de qualidade de vida, ou permanecer sem condições básicas de moradia e de qualidade de vida.

Porque que uns têm muito e outros não tem nada? Porque uns têm a casa pobre, cheio de lixo em volta poluído? Porque que eles são assim? E os outros tem uma casa bonita, uma casa boa, um carro? Porque que uns tem muito e outros não tem nada? Mas por que? ah porque não trabalha? A gente tenta colocar todo esse lado essa questão social e ele se vê enquanto sujeito eu moro aqui mas eu contribuo com o que? O que eu posso fazer? Será que eu vou continuar sendo desse jeito aceitando a minha condição ou não? Eu vou pensar diferente (professor D)

Mostrar a realidade aos alunos, falando e culpabilizando-os pela sua condição social, é o trabalho realizado pela escola. Não existe alternativa. O aluno não é o protagonista da sua realidade e do seu próprio destino.

Segunda a Proposta Curricular de Santa Catarina (2017, p. 102), “assim, para efeito da reflexão que propomos sobre a relação Educação e Trabalho, o trabalho é entendido como a atividade do homem pela qual ele transforma a natureza e é, ao mesmo tempo, por ela transformado”.

O trabalho pedagógico do professor deve proporcionar momentos de *práxis* em que o aluno compreenda como ele é importante à sociedade. Também, que ele é

o cidadão transformador de seu modo de vida social, com possibilidade de obter um trabalho rentável e desenvolver a sua região.

Nas falas, notou-se que o **professor espera os outros setores para fazer o trabalho dos conteúdos da saúde** e da higiene. Acredita que quem deve trabalhar sobre a saúde e a higiene não é a escola, mas sim o diretor, o Posto de Saúde, a prefeitura ou a Secretária da Educação.

O ano passado veio o posto de saúde na escola, fizeram uma triagem para ver quem tinha problema de visão e audição. Só que eu não soube a resposta. Se precisaria de encaminhamento (professor g)

Cerqueira (2007, p. 36) afirma que “a escola tem sido lugar de aplicação de controle e prevenção de doenças, porque o setor saúde costuma ver a escola como um lugar onde os alunos seriam um grupo passivo para a realização de ações de saúde”.

Entretanto, a escola deveria ser ativa, construindo com os alunos rotinas de cuidado com a saúde e com o meio ambiente. Do mesmo modo, desenvolver práticas sustentáveis e conhecer diferentes profissões e, ainda articular a comunidade na escola a fim de potencializar o efeito do trabalho. Segundo a Proposta Curricular (2017, p. 48):

Este desafio exige estabelecer processos de reflexão-ação-reflexão, nas diversas formas de interação entre sociedade e meio ambiente, bem como nas relações entre homem, sociedade e natureza, revisando seus próprios conceitos e procedimentos, a partir da sensibilização de si mesmo e da comunidade escolar sobre as causas reais dos problemas que a sociedade humana, de uma forma geral, enfrenta (degradação ambiental, fome, miséria, problemas sociais, exclusão...), com vistas à melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Os professores afirmam que **a saúde está relacionada aos saberes dos cuidados com os dentes, o cheiro ou banho**. Mencionam, ainda, não ser papel da escola resolver a falta de cuidado com a saúde, ou melhor, responsabilidade da família.

Foi trazido na escola o posto de saúde, com palestra sobre escovação e sobre higiene. Vou cobrando pra tomarem banho. Aí eles vêm com o banho tomado. Mas no final de semana eles que tem que tampar o nariz para poder ficar perto (professora f)

A Meta 2 segundo o Plano nacional da Educação, MEC (2017, p. 20):

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento [...] as situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

A articulação entre família e escola pode garantir a formação integral do aluno, pois os alunos que vivem em situação vulnerável e com baixa renda familiar necessitam de um atendimento prioritário e especializado.

É essencial um trabalho de qualidade e de oportunidade para que o aluno conquiste aquilo que não aprendeu na sociedade. Assim, a escola é a que oferece educação formal e saberes necessários para conviver e se desenvolver no mundo.

Entretanto, os professores argumentam que a **obrigação também passa a ser do aluno**. Eles devem ser pesquisadores e autônomos, buscando na internet ou no jornal sobre o que querem saber.

O dever de aprender é do aluno conforme a perspectiva abaixo:

Sempre dou atividade para pesquisarem e para que tragam novidades. Porque a professora também não sabe tudo. 50% da turma tem acesso à internet, e eles compartilham e trazem as informações para a escola. As notícias que passam no jornal da TV, eles têm que assistir, não é só função do adulto. E com isso eles conseguem render (professor C)

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2017, p. 29):

É fundamental que a escola, o professor e o aluno, tenham clareza de quais são os fins ou os motivos da atividade de ensino e de aprendizagem, contextualizem seus objetivos, definam as ações e procedimentos necessários para a consecução desses fins e considerem os objetos ou recursos disponíveis (tecnologias) para o trabalho escolar, partindo de uma análise crítica da realidade, criando condições para a formação da consciência crítica comprometida com a transformação da sociedade.

O professor na sala de aula precisa contextualizar as informações para que os alunos desenvolvam reflexões teóricas. Assim a prática e a teoria fazem sentido ao aluno.

Segundo os professores as crianças vêm de casa **com hábitos pré-determinados pela família**.

Então se em casa ele não mudar os hábitos, não é na escola que isso vai acontecer.

Sobre a alimentação, a saúde e a higiene, a minoria tem hábitos de escovar os dentes e lavar as mãos. Porque é uma questão familiar, já vem de casa essa desestrutura. Tenho alunos que não tem água encanada em casa e luz elétrica. Eles chegam sujos, com a roupa usada o dia anterior. (Professora a).

Para o PNUD (2017), a meta 7 propõe “garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”. O mínimo esperado pela ONU é que todas as pessoas possuam moradia com saneamento básico e energia elétrica.

Entretanto, ainda, existem moradias que não possuem estrutura básica isso dificulta a saúde física e psicológica do aluno. Só um ambiente de moradia saudável com esgoto e água tratada, luz e residência limpa é apropriada para a o desenvolvimento saudável da criança.

A professora comenta que a prática para trabalhar os hábitos das crianças deve se dar pela **conscientização**. Porém ninguém conscientiza ninguém.

É preciso cuidar desde já a saúde das crianças. Mas ele vivem da cultura de não ter higiene. Então tentamos conscientizar as crianças, pra que elas criem uma cultura diferente. (ProfessoraD)

Medeiros e Cabral (2017, p. 5) apontam que “o exercício da docência, enquanto ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática, requer necessariamente o desenvolvimento dessa consciência crítica”

Para mudar a prática ou o habito, é necessário passar por um processo de reflexão entre a teoria e a prática. O aluno precisa passar por um processo de *práxis*.

Segundo Villa e Miguel (2017, p. 3.757):

Assume-se que os homens são seres da práxis, do quefazer, pois seu fazer é ação e reflexão. É transformação do mundo. O seu quefazer, ação e reflexão, não podem dar-se sem a ação e a reflexão dos outros, se seu compromisso é o da libertação. Explica-se que na práxis revolucionária há uma unidade, em que a liderança não pode ter nas massas oprimidas objeto de sua posse.

3.2 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TENDO POR CRITÉRIO O IDH

Nesse âmbito entre teoria e prática, **a pergunta 2** indagou a respeito das práticas em sala de aula sobre o trabalho realizado pelo professor e de como é feito para os alunos compreenderem que estudar garante um futuro.

Notou-se, entre as respostas, que os professores compreendem que no conteúdo das disciplinas é o momento de realizar um trabalho com falas de incentivo aos alunos, abordando sobre a importância de estudar para garantir um emprego melhor.

Os 100% dos professores expuseram que a família é o único protagonista responsável por garantir que seu filho seja estudioso e com futuro nos estudos e no trabalho.

Nadisciplina de geografia e na data comemorativa do dia do trabalhador, por exemplo, são trabalhadas as profissões. Esse é o momento para os professores sensibilizarem sobre a importância em concluir os estudos.

Segundo o PNUD (2017), “até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia”. Segundo os indicadores do IDH, muitas regiões possuem renda per capita baixa.

No entanto, se os professores não realizam atividades rotineiras sobre profissões e economia, os alunos não compreendem a sua realidade social.

Procuramos trabalhar a partir das datas comemorativas por exemplo o dia do trabalho, cada aluno vai expondo em sala de aula onde os pais trabalham. E em matemática também, sobre a contagem de dinheiro. (ProfessoraA)

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2017, p. 101),

O tema Educação e Trabalho não aparece na grade curricular brasileira da educação básica como disciplina, nem tampouco no currículo formal. Não obstante, pela sua importância, é de se entender que deverá perpassar por todas as disciplinas e conteúdo de forma transversal. O trabalho, entendido como categoria teórico-prática e como tema, deverá ser fator gerador e, ao mesmo tempo, objeto da interdisciplinaridade.

Sendo assim, o tema trabalho deve estar na proposta pedagógica e no planejamento do professor. A prática utilizada pelos professores, segundo suas repostas, é **a dinâmica e a atividade** em sala de aula para trabalhar o incentivo aos alunos pelo estudo e pelo mercado de trabalho.

Tentamos trabalhar o concreto não só a teoria. Então fazer uma dinâmica ou uma atividade, que o aluno possa participar como um sujeito atuante. Que pense, reflita e que tenha atitude. (ProfessorD)

Falando e incentivando é a prática utilizada por 100% dos professores para que os alunos compreendam a importância de estudar.

As práticas que desenvolvemos em sala de aula é o incentivo para os estudos. Alertar para eles estudarem procurar um objetivo na vida. Explicando que é só com estudo que eles vão conseguirum futuro melhor, sair das condições precária e de muita dificuldade. Assim eles conseguem ver esperança e expectativa no estudo. (Professora B)

A Meta 19 do Plano Nacional da educação (2017, p. 59) sobre a gestão democrática explicita “dois outros princípios a serem considerados: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Para aproximar a família na escola, é necessário criar possibilidades de parceria e, ainda, assegurar um trabalho de aprendizagem científica e social. A escola pode coletivamente unir a formação formal e a informal.

Segundo as professoras, o papel da família é cuidar e incentivar os seus filhos. A responsabilidade é dos pais.

Entretanto, a família não está ativa no acompanhamento da aprendizagem dos alunos, pois, ainda, a escola não alcançou a proximidade junto à instituição familiar. Dessa forma, a oportunidade em trabalhar as questões sociais, econômicas, políticas e culturais se dá no conteúdo das disciplinas.

Sobre a educação, a família sabe da necessidade, mas eles não têm muito esforço para cobrar dos filhos. A família hoje, eu vejo que estão desestruturadas. E a maioria das vezes os alunos vem pra aula por vir (professoraH)

A análise da professora demonstra a **realidade de famílias que não acompanham a educação dos filhos na escola e salienta as divergências de alunos que são cobrados e outros não cobrados pela família.**

Eu sempre pergunto para os meus alunos: vocês querem a mesma profissão dos seus pais? Sabem que correria do dia a dia e que ganha pouco. Será que eles querem isso pra eles? Ou eles querem? Querem um futuro melhor? (ProfessoraG)

A prática do professor em sala de aula não favorece o aluno a pensar na importância de vir à escola. Além disso, não há atrativos para os alunos sentirem vontade de seguir estudando.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2017, p. 26) expõe que:

Uma formação mais integral do cidadão supõe considerar e reconhecer o ser humano como sujeito que produz, por meio do trabalho, as condições de (re)produção da vida, modificando os lugares e os territórios de viver, revelando relações sociais, políticas, econômicas, culturais e socioambientais.

O professor, para estimular seus alunos a pensarem sobre a economia e o trabalho humano, precisa dominar métodos didáticos. Posteriormente, deve possibilitar ao aluno reconhecer as profissões e associar a teoria aprendida com a prática na sociedade.

Essa formação integral está nas diretrizes da Proposta Curricular e na Lei de Diretrizes e Bases, no Plano Municipal de Educação- Caçador e nas Propostas Políticas Pedagógicas das Escolas que propõe a preparação do aluno ao trabalho e à cidadania.

As entrevistas revelaram, por meio das falas das interlocutoras, que a **maioria dos alunos têm consciência de que estudar garante o futuro**. A hipótese é de que as professoras estão generalizando que todos os alunos já estão resolvidos nesse assunto.

Eu acho que a maioria tem a consciência de que estudar é indispensável (professor D)

A afirmativa da professora pressupõe que não há necessidade de ampliar atividades para os alunos refletirem sobre os estudos e as profissões.

Contudo diverge afirmando que os alunos são de **cultura acomodada** e que, com isso, sentem-se impotentes no trabalho escolar.

Eu acho difícil, porque eles já vêm da cultura no qual os pais se acomodaram. Evivem às custas do governo com bolsa família. E tendo um empreguinho pra ter o que comer, tá bom. Talvez um dia, quando os alunos tiverem maturidade, ou personalidade de perceber, que querem mudar, talvez exista mudança. O que influencia muito é o meio em que eles vivem. (ProfessoraD)

Segundo Duarte (2017, p. 5), “na relação com a pobreza, impõe-se o gerenciamento de programas como saúde escolar, programas assistenciais de caráter compensatório, bolsa escola, bolsa família” o que proporciona novas funções nos aspectos da educação.

Para Torres e Palhares (2017, p. 5), “a cultura destaca-se como um pertinente campo de estudo do comportamento humano”.

A cultura é um processo dinâmico que pode ser reconstruído desde que ocorram influências educacionais. Nesse caso, a escola pode aproximar as famílias para vivenciar a educação das crianças, acompanhar a aprendizagem e usufruir experiências. Assim, pode auxiliar na garantia do sucesso escolar dos filhos.

As professoras acreditam que suas práticas realizadas em sala de aula não possibilitem a mudança do pensamento e do comportamento dos alunos.

Um dos motivos é “a cultura de acomodados”, expressão citada acima, e a outra é a **falta de estrutura da escola. Estrutura sem tecnologia** que desanima os alunos.

Os alunos não tem interesse de aprender. Eles gostam de computador e videogame. E na sala de aula infelizmente, desde do tempo dos Jesuítas, é o modelo do quadro e as carteiras. A gente concorre com situações mais atrativas que eles têm em casa, e não temos na escola (professoraH)

As professoras acreditam que o compromisso do sucesso da aprendizagem dos alunos é da **função da escola**.

Por isso o trabalho do professor é cumprir sua responsabilidade em ensinar e garantir a aprendizagem de qualidade. Mas, as tarefas, as obrigações com a higiene e a motivação para a dedicação aos estudos é responsabilidade do aluno.

É bem complicado, por que tem muito assistencialismo. Estão deixando tudo pra a escola (professora C)

A Bolsa Família, Posto de Saúde Domiciliar e na Escola e Laudo para deficientes e com Dificuldade de Aprender tem como objetivo emponderar as famílias e os alunos a motivarem-se em procurar melhorar as condições de vida. E não acomoda-los com esse recurso.

Na questão 3- sobre os desafios para que os alunos alcancem a aprendizagem de qualidade, 65% dos professores relataram que o maior desafio é o **abandono familiar**. A família não está presente na vida escolar do aluno e o próprio aluno não vê razões para dedicar-se aos estudos ou sentir necessidade de se empenhar.

Os pais não cobram muito isso dos filhos. Eles não levam a sério. Entendem que os filhos precisam de uma boa formação dentro da área da Educação e da aprendizagem. Mas a responsabilidade é dos professores e da escola para garantir a efetivação. Então o professor tem que dar conta de ensinar e de educar (professora H)

Segundo as professoras, a **falta de afetividade dos pais** está atrapalhando, também, no ensino e aprendizagem do aluno em sala de aula.

A questão maior e mais grave é a afetividade, a afetividade, partindo da palavra agressividade e carência. Os alunos aprontam para chamar a sua atenção. Uma forma de dizer, eu estou aqui, estou vivo e ninguém faz nada por mim. E isso dificulta a aprendizagem (professora A).

Essa falta de atividade é a aproximação da família no acompanhamento do trabalho do professor em sala de aula e nas atividades que o aluno desenvolve e leva como tarefa na escola.

Segundo o PNE (2017, p. 10), a Meta 6 é “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”.

Portanto a educação integral, segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2017, p. 99), valoriza as emoções, sentimentos e comportamento dos alunos, ainda comenta que esse trabalho “deve ser com os signos, como integração

entre formas que se prestam a diferentes funções na veiculação de sentidos em relações interpessoais situadas no tempo, no espaço social, ambiental e cultural”.

A **não existência da relação afetiva da escola e da família** dificulta o trabalho do professor em sala de aula, bem como em lidar com as próprias dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Na Proposta Curricular de Santa Catarina (2017, p. 38) sobre o trabalho para a formação emocional, consta:

A primeira delas, a comunicação emocional direta com os adultos, é a atividade principal, desde as primeiras semanas de vida. Essa atividade se forma pela necessidade de interação com outras pessoas e se torna possível mediante a percepção do sujeito.

O professor, intencionalmente, deverá trabalhar as emoções e sentimentos dos alunos diariamente, preservando-lhe a saúde psíquica. Esses valores sentimentais precisam estar diretamente relacionados em todas as práticas pedagógicas a fim de os alunos se sintam seguros e resolvam situações conflituosas com orientação profissional.

Eu acho que, o melhor aprendizado deles, é o da família. Eu percebo e é constante, a negligência. Tanto de pais e escolas, e de pais com os filhos. Os pais não levam os filhos à escola. É levado a informação a direção sobre as faltas, encaminhado ao conselho de tutelar. Mas ninguém toma atitude, e nada muda (professoraF)

Um dos indicadores do cálculo da dimensão da educação, segundo o IDH, é idade e série. Caso exista distorção por abandono escolar ou faltas consecutivas, os índices mostram em seus resultados.

A Meta 2 do PNE (2017, p. 10) prioriza:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE

Uma das dimensões para o Desenvolvimento Regional é a educação concluída na idade certa e aprendizagem significativa e de qualidade.

Entretanto, segundo as falas das professoras, a **cultura de acomodação dos pais e dos alunos, a falta de afetividade e ausência da família na escola** demonstram desinteresse com o futuro dos alunos.

A resposta dos alunos é não estarem preocupados com o estudo e não sentirem prazer em vir à escola.

Acredito vem da família, porque se acomodam. A criança não está preocupada. Na faixa etária eles não estão preocupados com isso. E a

comunidade é bem carente. Então é difícil você trazer eles para uma realidade que não tem nada a ver com aquela que eles vivem (professora E).

Segundo a Proposta curricular de Santa Catarina (2017, p.38):

Os processos de aprendizagem necessitam oferecer aos sujeitos um amplo leque de vivências e de atividades ao longo de todo o percurso formativo, haja vista que a realização de uma dada atividade não promove o desenvolvimento de todas as capacidades humanas; assim, importa que a escola promova atividades relacionadas a diferentes áreas do conhecimento, bem como a valores éticos, estéticos e políticos

Nas entrevistas, os professores afirmam que as **crianças carentes não são interessadas em aprender.**

A comunidade é de um bairro carente. Tem coisas que eles não sabem. Coisa que eles não conhecem. Então tento mostrar e estimular a aprendizagem dessa criança. Um dos maiores desafios é estimular as criança pra que elas não desistam da escola, pra que elas continuem buscando e aprendendo (professora B)

A relação da pobreza como fracasso escolar desvenda que:

A ampliação das funções escolares, a precariedade e desqualificação do atendimento escolar e a separação de seus usuários em função das desigualdades econômicas acabam por acionar mecanismos de diferentes modos de escolarização que ativam o “fracasso programado” na trajetória estudantil dos pobres (DUARTE, 2017, p. 5).

Os fatores econômicos, a precariedade higiênica e alimentícia, o desinteresse da família com o aprendizado dos alunos, os projetos desenvolvidos pelo governo são para emponderar as famílias, mas a desmotivação do professor em sala de aula está determinando **a falta de interesse das crianças pelo seu futuro na sociedade.**

O principal desafio é a falta de interesse. A falta de vontade de vir pra escola. Tem os que faltam, temos que diariamente indo atrás. Mas todo dia a direção passa pra ver quem está faltando. E todo dia tem um aluno que falta (professora G)

No entanto, a escola e o contexto da sala de aula podem sim mudar esse contexto de desinteresse pela aprendizagem.

Para Duarte (2017, p. 7), “a causa do fracasso é então apontada como a inadequação da escola decorrente da representação negativa da capacidade intelectual dos alunos e da conseqüente desvalorização social da população em situação de pobreza”. Essa se esquece do potencial da educação para a mudança socioeconômica.

Um das potencialidades é **formar para a cidadania.**

O maior desafio do professor vai muito além do que você ensinar, um conteúdo em sala de aula. O nosso papel é formar cidadãos. É fazer o aluno pensar, refletir sobre o que ele está fazendo na sociedade? Como ele

vive? Porque que ele vive assim? O que eu posso fazer para mudar?
(ProfessoraD)

Pires e Cavichioli (2016, p 2) argumentam que: “constituir-se cidadão é possuir consciência de que é sujeito de direitos. Direitos esses como à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, direitos civis, políticos e sociais”.

É possível mudar a realidade econômica e a desigualdade social a partir da cidadania ativa, a partir de uma pessoa que pense e modifique seus comportamentos.

Só assim será possível, mas é inevitável se a aprendizagem não for significativa para o aluno no espaço escolar e se o próprio professor se sentir impotente.

Segundo os professores, a **cobrança é toda do professor**. A responsabilidade de que a aprendizagem e o sucesso do aluno na vida escolar dependem da escola é recorrente.

Realmente a cobrança é grande, cada vez mais. Porque tão cobrando de nós? As autoridades estão cobrando do professor. Mas o professor infelizmente, está de mãos atadas. Porque se você cobra demais, você é ruim, se você não cobra, você é simplesmente está matando aula
(professoraC)

Percebe-se uma transferência entre responsabilidade da família e dever do professor. Isso penaliza o aluno no processo escolar.

A preocupação no momento é encontrar quem assume o sucesso escolar do aluno, desfavorecendo os esforços para a parceria da família e escola. Isso desestimula o comprometimento e o desejo da aprendizagem do professor, do aluno e da família.

3.3 A PROPOSTA DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A LDB e o PNE dimensionam que a escola e a família devem garantir a educação dos alunos e essa educação está redimensionada para a aprendizagem integral do aluno.

Além disso, a escola deve assegurar a qualidade da educação e a permanência do aluno.

A **pergunta 4-** sobre as ações da escola para evitar a reprovação, 62% dos professores alegam que **é devido aos índices do IDEB que não se pode reprovar os alunos**.

A mesma porcentagem afirma que a secretaria ou o governo federal estão implementando **projetos para aceleração dos alunos** e ações para melhorar a aprendizagem.

Tá bem complicado, porque não podemos reprovar. Chega o final do ano e a secretaria quer aprovação, por causa do índice. Pra ficar bonito no resultado do Ideb. E quem sofre somos nós os professores (professora C).

No Plano Nacional da educação (2017, p. 10), a Meta 7 aborda:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

O desenvolvimento da educação esperado pela dimensão do IDH é o fluxo escolar. Para uma educação ser desenvolvida é necessário que as crianças estejam no fluxo idade e série corretas.

Alguns programas são apresentados pelas professoras com a finalidade de **evitar a reprovação**.

Existem o NOA e o AEE que são programas que acontece na escola, para evitar a reprovação. Esses programas verificam as dificuldades, e na sala de aula damos a continuidade. Para não ter o índice de aprovação (professora B)

Segundo Duarte (2017, p.9):

O foco desse programa é a família em situação de pobreza ou de extrema pobreza, e a exigência da frequência à escola das crianças e adolescentes caracteriza política pública que compreende a educação como um dos eixos de emancipação das famílias beneficiárias.

Os programas desenvolvidos pela política educacional nacional têm como objetivo a aprovação dos alunos. Mas essa aprovação deve estar associada à qualidade da aprendizagem.

As professoras estão sentindo a obrigação de aprovar os alunos e, ainda, empregar esforços para garantir o sucesso escolar.

Contudo, estão se sentindo culpadas quando não atingem a meta estabelecida.

Antes que a reprovação venha, devemos mudar, ver onde estamos errando e o que podemos mudar. Ver qual é a maior dificuldade dos alunos, e o que podemos fazer para que ele possa ter uma qualidade boa do ensino, pra que ele possa ter aprendido. Para que não aconteça a reprovação (professora B).

Portanto, a cobrança das legislações educacionais brasileiras e a secretaria da educação municipal reforçam a não reprovação, dando preferência para recuperar o aluno, suprimindo as suas dificuldades.

As professoras afirmam que **a não reprovação empurra os alunos**, porque existem alguns que não aprenderam o suficiente no período esperado e não possuem condições de seguir na próxima série.

Porque esse é um processo que vem da cobrança da sociedade e da educação. E aí chega no 4º ano, um aluno que não sabe ler, analfabeto. E isso para mim, enquanto educadora, entendo que o aluno tem que passar de ano, mas ele precisa de conhecimento. Vem uma pressão do sistema educacional, mas não me preocupa. Eu entendo que o aluno precisa ter o conhecimento pra poder passar para o ano seguinte (professoraH)

Visivelmente, 50% dos professores relatam que a secretária da educação **coloca que não pode reprovar**. Mas as professoras não compreendem o porquê.

Do mesmo modo, não sabem que práticas pedagógicas em sala podem transformar a não reprovação em benefício para o aluno. Muitos alunos possuem dificuldades e precisam de atendimento especializado.

Até o ano passado a Secretária da Educação veio conversar para evitar a reprovação. E estão acompanhando a escola pra ver a situação dos alunos. Porque se o aluno reprovar, o gasto é o dobro. Então para uma administração e para o próprio índice de desenvolvimento, não é bom (professoraG)

Os 37% dos professores alertam que os **laudos são subsídios para a não reprovação**, pois afirmam que os alunos portadores de laudo têm apoio financeiro do governo. Obviamente, acreditam existir um interesse da família pela busca desse recurso.

Segundo a Meta 4 PNE (2017), é importante haver o acesso da população de quatro a dezessete anos na escola, estudantes com deficiência, ¹⁶transtornos globais e altas habilidades e superdotação.

Esses alunos com deficiência ou superdotação são obrigatoriamente alocados no ensino. No entanto, os professores não possuem formação para lidar com as dificuldades de aprendizagem desses alunos.

Tem mães que elas não estão preocupadas se o filho aprende ou não aprende. Porque o interesse maior delas, é que eles tenham um laudo. Porque o laudo o neurologista, ele vai dizer que a criança precisa de custeio do governo, uma ajuda financeira. O interesse dela é ganhar o um subsídio do governo (professoraD)

¹⁶Termo utilizado pela LDB, que significa.....

Existem dois desafios salientados pelas professoras: a primeiro é a existência de alunos que não podem reprovar; o outro, os que possuem dificuldade, deficiência e com laudo. Ambas as situações precisam ser aprovadas.

A escola não está oferecendo uma aprendizagem de qualidade e o aluno não está sendo formado integralmente e nem para o Desenvolvimento da sua região. Desse modo, subentende-se que não estão sendo preparados para conviver em sociedade e para compreender o seu papel cidadão.

A Meta 5 do PNE (2017) preocupa-se em alfabetizar todas as crianças, no máximo até seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano.

Isso demonstra que as instituições escolares estão preocupadas com a aprovação e esquecendo os princípios básicos como os valores, a ética e a formação social.

Os 37% das professoras mencionam a **prática da prova escrita** como documento para recuperação do aluno. Afirmam que a prática traz nova possibilidade para os alunos serem recuperados.

Precisamos fazer um trabalho diferenciado para cada aluno, em cada nível que ele está. Enquanto escola, se recebe pressão de aprovar, pelo conselho de classe. Se recorre aos pais, e no final do ano, no conselho final, é exigido que se aprove. Porque para você reprovar, você tem que constar em ata, ele vai ter que fazer uma prova, se você der uma nota mais ou menos razoável, e ele atingir a média 5 você tem que aprovar. Mesmo ele não tendo condições. E enquanto secretária também, se coloca isso (professoraA)

A Meta 8 do PNE (2017) prioriza “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano”.

As escolas possuem uma obrigatoriedade de garantir a aprendizagem e a aprovação dos alunos. Esse trabalho exige do professor a avaliação periódica e acompanhamento dos resultados.

As professoras argumentam que a reprovação não tem efeito positivo, pois o aluno se sente impotente.

A reprovação desmotiva o aluno, pois não garante que ele vai aprender.

Porque eu acho que a criança, se voltar para trás, ela não vai ter aquele incentivo e motivação. Eu sou contra. Eu acho que você trabalha uma coisa, bem trabalhado, para que aquele aluno vá pra frente. Se fica só reprovando ele nunca vai sair do mesmo lugar, que motivação que ele vai ter? (ProfessoraE)

Nas entrevistas, as professoras afirmaram que são cobradas para aprovar os alunos.

As diretoras, fez-se a **pergunta 1**- se as determinações superiores cobram para manter a idade série.

Todas as diretoras disseram que **a aceleração é o caminho** a ser seguido e a preocupação é não deixar acontecer a distorção de série-idade.

Nossa a escola é centralizada, então a comunidade é diferente do que uma escola de periferia. Mas existem pela Secretaria da Educação o programa de aceleração (diretoraD)

A afirmação das diretoras é que as determinações vêm de todos os lados, ou melhor, da Secretaria da Educação, do conselho Tutelar e do Ministério Público para aprovação dos alunos.

A família não oferece a proteção numa perspectiva de vida. Cobrar que o aluno estude. Mas a justiça vem para cima de mim! Uns continuam estudando porque tem bolsa família, então se parar perde a bolsa. E outros porque, sabe queo conselho tutelar, o Ministério Público vai em cima, e cobra que tem que colocar o filho na escola. Se eu diretora não tivesse esses órgãos,eu digo que 50% dos alunos estariam já em casa sem estudar e saindo nas ruas. (diretora A).

Segundo o PNE (2017), a Meta 7 se propõe a fomentar a qualidade da educação com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, atingindo as médias no IDEB.

As diretoras estão nutrindo perspectivas para melhorar a nota. Entretanto, precisam, ainda, melhorar o fluxo escolar por isso estão evitando a reprovação na escola.

As diretoras, também, anunciam que a bolsa família está contribuindo para assegurar as crianças na escola. Mencionam que cobrança do conselho tutelar favorece o compromisso da família com a escola.

Essa necessidade de cobrar a aprovação é porque o aluno se torna um produto caro hoje. Se olhar nossos alunos dentro da escola, ele está repetindo, repetindo, repetindo, e quem está pagando por isso? O governo e nós. O programa de aceleração previsto pela LDB já existe. A lei é justamente pra atender essa alunos, da distorção série idade (diretoraA)

A determinação é vista igualmente pela **Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (LDB)**. Por isso existem **programas na escola** para auxiliar na eliminação da defasagem idade série.

Programa implementados pela Secretaria da Educação que a escola desenvolve é o Noa que é Novas Oportunidade de Aprendizagem. Um reforço escolar para os alunos de 1° a 3° ao,5° ano. Oferecemos o AEE que é também um programa institucional. Para os alunos que tem laudo. O

atendimento é individualizado para os alunos. E a partir desse ano nós temos a aceleração de estudos (diretoraB)

As diretoras possuem entendimento de que a LDB instituiu no seu artigo a garantia de aprovação dos alunos. Acreditam que os programas são implantados para recuperar e acelerar os alunos a fim de diminuir a repetência e, conseqüentemente, os gastos do serviço público com alunos que repetem esporadicamente.

A própria **Secretária da Educação Municipal de Caçador** determina a não reprovar.

Preocupação mesmo é da secretaria da educação é que esses alunos não fiquem perdendo seu tempo com a reprovação. Enquanto eles poderão estar lá na frente. Trabalhando numa empresa. Uma preocupação de não reprovando para não ter distorção de série e idade (diretoraC)

Segundo o PNE (2016, p. 6), a Meta 3 propõe “aumentar a matrícula do Ensino Médio com 85% para população de 15 a 17 anos de idade”.

A meta é eliminar as reprovações. Isso também é vislumbrado pelas políticas de desenvolvimento nacional e internacional. O indicador planetário, o IDH, afirma que os países que são considerados desenvolvidos não possuem distorção de idade série.

O cálculo realizado no IDH, na dimensão educação, dá-se, segundo o PNUD (2016), pelo total de anos estudados desde o início da vida escolar (taxa de matrículas por idade).

São políticas internacionais, que asseguram metas para desenvolver a educação em todos os países.

Na pergunta 2, as diretoras refletiram a partir do seguinte questionamento: por que não querem que os estudantes não reprovem?

Nitidamente, 50% dos diretoras afirmam que **existem programas para acelerare ajudar o aluno a não reprovar**, por isso não há necessidade de reprovar.

Eu sou contra a reprovação. Sou contra pela questão de distorção série idade. A criança apresenta uma dificuldade,mas existe a sala de atendimento, projetos de reforço. Ambos para reconhecer a dificuldade da criança. E se ela tem um problema físico ou psíquico não adianta reprovar (diretora A)

As diretoras afirmam que a existência de aceleração e o atendimento especializado aos alunos de inclusão garantem a aprovação. Por outro viés, o

Ministério da Educação favorece as escolas com recursos de financiamentos para auxiliar na aprovação.

O Ministério da Educação tem proporcionado as escolas o PDE que é um programa de desenvolvimento da educação em nível Nacional. Justamente eles fizeram os programas pra mandar mais dinheiro para as escolas. Onde foi criado o Mais Educação, Atleta na escola entre outros. Todos para atender a questão da reprovação (diretora B)

Além disso, o próprio **investimento da família na educação dos repetentes** proporciona gasto financeiros.

Cada ano que o aluno reprova ele perde tempo. Se perde investimento, porque a família de certa forma investe nesse alunos. Por exemplo, na escola, o que que nós observamos, é que as famílias muito desestruturadas e com filhos repetentes não acompanham os filhos, e não aparecem na escola (diretora B)

A diretora afirma, ainda, que a reprovação **desmotiva o aluno.**

A desmotivação dos próprios profissionais e professores. Dando aula, dois...três... anos pro mesmo aluno. Então um dos questionamentos que nós temos feito é que: reprovação ajuda o aluno crescer? Não ajuda nada! As vezes acaba desmotivando. Em alguns casos se percebe que a reprovação amadurece o aluno, no ano seguinte ele volta a melhor ele se esforça em todos os sentidos para ser melhor, mas em alguns casos isso vira um fracasso (diretora B)

No entanto, a reprovação não é mais necessária, pois gera gastos para os órgãos públicos e à própria família, desmotiva os alunos e professores e prejudica nos indicadores avaliativos da educação.

Observa-se que 50% das diretoras afirmam **que não reprovando os alunos aumentam as notas no IDEB.**

Somos informadas que não pode reprovar. Pela questão do IDEB. Porque se o aluno reprovar cai o IDEB e daí a escola não recebe as verbas do governo (diretora C).

Não existindo reprovação, a colocação no IDEB melhora.

A questão do IDEB é o índice. A qualidade deve existir, porém se tornou mais em quantidade. Em termos financeiros principalmente. Quanto mais reprovação, mais o índice fica baixo e menos verba (diretora D)

Associar a nota como qualidade é fomentado na educação. Entretanto a escola está devidamente preocupada com a aprovação do aluno, esquecendo da formação para a vida social, econômica e política.

Conforme a LDB (2016), no art. 1, a escola deve vincular a prática social. Nesse sentido, às diretoras realizou-se a pergunta 3- quais as ações da gestão para garantir a qualidade da aprendizagem?

As gestoras afirmaram que **a cobrança está direcionada na ação e na prática do professor**. Esse é o responsável pelo ensino-aprendizado do aluno.

A realidade culturalmente não vai mudar. Quem tem que mudar o perfil, é o profissional. Ele que vai atender essa criança. Quem tem que mudar a forma de trabalhar é o profissional. Quem tem que entender o que fazer com esse aluno é o profissional. Precisa pesquisar. Usar a internet, os documentos e os colegas de trabalho como experiências (diretora A)

As diretoras, ainda, mencionam que os projetos podem garantir a qualidade de ensino.

O projeto de leitura faz eles lerem texto. O próprio trabalho do laboratório de ciências, faz com que eles possam trabalhar com atividades práticas. Precisam de atividades práticas, para que eles possam entender melhor o conteúdo. Como a horta, as parcerias com as empresas, no SENAI ou no IFSC e a UNIARP onde os alunos vão conhecer o trabalho (diretora B).

Nota-se, entre as falas das diretoras, que existe o IDEB como indicador da qualidade da educação. Também, menção à prática do professor na sala de aula que pode garantir aprendizado e melhora na qualidade do ensino.

Além disso, os projetos desenvolvidos na escola com ajuda coletiva podem garantir a relação teoria e prática e o trabalho de temas que envolvam a realidade do aluno.

Pode-se dizer que os temas para a formação social, ambiental, econômica e política não estão sendo desenvolvidos nas disciplinas.

Metade das diretoras reforçam que se **investe na capacitação do professor** para garantir a aprendizagem.

A Secretaria da Educação de Caçador está fazendo de tudo. A questão do Penaic, que oferece cursos. Incentivo e apoio com os materiais. A gente investe nos professores pra estarem trabalhando. Não só no quadro e no pincel. Mas de forma lúdica (diretora C)

A diretora, ainda, afirma que os professores precisam estar se atualizando para desenvolver um trabalho pedagógico atrativo.

O professor tem que estar sempre se atualizando e estudando. Porque hoje nós recebemos alunos, que ele já vem de casa com muita informação. E a escola já não está mais atrativa. Então pra ele, a escola é chata realmente. Então como nós vamos repassar conteúdo? Vamos repassar a informação de uma maneira, onde o aluno se interesse (diretora D)

Nessa esteira de falas relatadas das diretoras, mostra-se que a prática do professor direciona a qualidade da educação. Não importa a estrutura física da escola e as dificuldades dos alunos, depende inteiramente de o professor ampliar as oportunidades para a construção de alunos interessados aos estudos.

Na questão 4- para que os alunos sejam comprometidos com o seu futuro, 100 % das diretoras afirmam que a **realidade cultural familiar desmotiva os alunos**. A família não incentiva seus filhos a lutarem para serem profissionais de sucesso.

Todo dia vou pra sala e digo, gente é isso que vocês querem pra vida de vocês? Tem aluno que você fala do futuro ele pensa que isso é coisa lá da Disneylândia. Não aqui da vida dele. Mas o que você faz? Você tenta? A Escola dá um pouquinho da falta de amor que ele tem em casa. A afetividade do professor com o aluno é tudo na escola. Temos que mostrar um mundo bonito para ele. Um mundo diferente do que ele tem. Daí ele se encaminha para a realidade. Essa é a nossa função hoje. É assistente social, é amigo é pai, é mãe é tudo. Você tem que estar ali a disposição dele, para que o futuro dele possa ser bonito pra ele. Mas oferecendo dentro da escola uma realidade gostosa de se viver (diretora A).

A falta de afetividade é protagonista do desinteresse do aluno em estudar e melhorar as condições de vida. A família não oferece os pilares necessários ao desenvolvimento da criança, tais como o cuidado e o acompanhamento do aprendizado, ou mesmo valorização pela escola. Em casa, não há condições mínimas de higiene e saúde. Os pais são trabalhadores que possuem renda baixa, sem condições econômicas para ampliar as oportunidades aos estudos.

Esses fatores citados pelas diretoras afetam a vida física e psíquica dos alunos. O único momento, por exemplo, em que os alunos têm acesso ao atendimento de saúde é na escola.

Então a gente faz parceria com a secretaria da saúde, que vem aqui fazer trabalhos de sexualidade. Temos parcerias com o COMAD que é um conselho antidrogas, parcerias com a Polícia Militar que vem fazer alguns trabalhos, para se motivarem a ter uma perspectiva de futuro. A falta de perspectiva é devido o entorno social que eles vivem hoje, os grupos de adolescente não tem perspectivas (diretora B)

A própria vulnerabilidade que a pobreza proporciona prejudica os alunos a saírem das condições atuais.

Alguns tem uma perspectiva de vida, e pensam de um dia ser alguém, e estudar. Outros já vão para outros caminhos. A gente já percebe que eles já estão indo por outros caminhos. Porque na família já tem problemas, Tem alunos que você conversa com eles. Mas para eles é normal estar na cadeia, estar no cemitério. Fazemos de tudo pra que eles sejam alguém na vida. Enquanto escola existem trabalhos. Mas enquanto família, não há. A gente direciona para o melhor da vida. Mas não está fácil (diretora C)

Segundo o PNUD (2017), “estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável”.

A pobreza e a violência são preocupações da ONU e da própria legislação da educação.

A LDB (2016), no seu art. 22, diz que a educação deverá fornecer-lhe meios para progredir no trabalho.

Então se percebe que a educação cada ano está decaindo. Pelos problemas da família. A família não está fazendo o papel dela. Então a escola tem o compromisso social. Nós também estamos exercendo o papel da família (diretora D)

Outra dimensão comentada é a realidade cultural da sociedade que influencia no futuro dos alunos.

A sociedade está mudando. E as pessoas estão mudando. Está cada vez mais difícil, enquanto escola. Um dia o professor não vai querer ficar numa sala de aula, porque não tem segurança (diretora C)

Os problemas sociais e econômicos dos alunos e de suas famílias estão gerando professores desmotivados com a educação.

Na verdade os alunos não querem mais pensar. Cada vez mais alienados. Mas é uma geração diferente, daqui uns anos vai estar no comando. Uma geração que não quer estudar e não quer trabalhar. Tudo é muito fácil com a internet. E a herança cultural da Guerra do Contestado. O povo Caboclo sofrido e bitolado (diretora D)

Ao decorrer da análise, percebeu-se que as professoras estão preocupadas com a aprovação e a recuperação dos alunos. Contudo, o foco está nos conteúdos das disciplinas e sua realização durante o ano letivo.

Ainda, afirmam que a indisciplina dos alunos e a falta de interesse da família pelos resultados da aprendizagem de seus filhos estão prejudicando o desempenho escolar e a participação de aluno críticos à realidade social e econômica em que vivem.

Portanto, não estão sendo realizados trabalhos escolares que favoreçam os alunos a conhecerem a sua participação no Desenvolvimento Regional do seu município.

As gestoras e as professoras salientam, nas entrevistas, a preocupação com as avaliações. Acreditam que todos os alunos precisam ser aprovados. Havendo, por exceção, os que possuem laudo ou dificuldades de aprendizagem, que são encaminhados para o atendimento especializado.

Portanto, não sentem necessidade em trabalhar sobre a economia, o meio ambiente e a política com os alunos. E nem a dimensão da saúde. Essa fica a

critério da secretaria da saúde ao vir até a escola e oferecer palestras e tratamento dentário.

Relatam que não está previsto em seus planejamentos ou legislação municipal essas dimensões propostas pelo IDH. Apenas abordam esses assuntos nas disciplinas, quando aparecem. E suas práticas são determinadas pela fala para ocorrer a conscientização dos alunos sobre o seu papel cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IDH tem, como mecanismo, indicar, em nível planetário, quais países estão desenvolvidos e subdesenvolvidos a cada dez anos. Os países indicados com baixo IDH precisam desenvolver potencialidades para melhorar as suas condições nas dimensões econômica, política e social. O cálculo do IDH é realizado mediante o equacionamento das dimensões, que, por sua vez, são constituídas de uma série de indicadores. Na dimensão educacional, os dados são obtidos pela idade, série e fluxo escolar dos alunos. Todavia, na dimensão saúde é calculado pela taxa de mortalidade ao nascer e a idade até ocorrer o óbito. Isso tendo em vista que, na renda, a medida é realizada pelo PIB com a soma total da renda produzida pela população dividida pelo número de habitantes.

Decifrados os cálculos de cada dimensão do IDH, foi possível perceber que os dados são quantitativos e só quantificam três dimensões. Nessa perspectiva, observa-se que são necessárias outras variáveis para desenvolver um país, apesar de o próprio PNUD perceber as limitações no cálculo e criar os programas interdisciplinares para melhorar o IDH dos países. Certamente, os trabalhos realizados para a sustentabilidade, o saneamento e a luz elétrica renovável, mulheres no mercado de trabalho e nos órgãos governamentais, o combate à desigualdade social e a pobreza e o combate as doenças e melhoria da saúde pública não estão garantindo o desenvolvimento das regiões brasileiras.

Todavia, a compreensão do Desenvolvimento Regional se torna significativa na pesquisa, pois revela diferenças entre localidade, espaço, território e região. O território é aquele cujas população e política dominam o espaço e o transformam conforme as suas necessidades. Essa transformação deve ser garantida com equidade pelas cinco variáveis, sejam elas: social, saúde, política, economia e meio ambiente.

Caso a população desconheça as variáveis, não resolvem os projetos já que as ações individuais e coletivas só serão concretizadas quando houver reflexão para desempenhá-las. Simultaneamente, ocorre o mesmo com os critérios indicados pelo IDH, cogitando que os professores e gestores demonstraram, nas entrevistas, o não

entendimento sobre o IDH e o Desenvolvimento Regional. Os dados são sintéticos porque a instituição escolar não acompanha os resultados do IDH e as melhorias que devem ser feitas na educação, saúde e renda. E, também, porque se desconhecem as variáveis do Desenvolvimento Regional.

A questão que norteava a pesquisa era: como as quatro escolas de educação básica do ensino fundamental, anos iniciais, do município de Caçador estão fomentando práticas para uma formação cidadã com vista ao Desenvolvimento Regional?

Do mesmo modo, a pesquisa se preocupou com a dimensão educação. Nesse sentido, acredita-se que a educação permite formar pessoas interessadas ou não pelo Desenvolvimento Regional. Além disso, a escola é a primeira organização que forma as crianças para o ensino e para a vida. Ela é a responsável pela aprendizagem formal e para a preparação dos jovens cidadãos.

Mas a educação das quatro escolas pesquisadas no município de Caçador não está estimulando práticas para formar um cidadão preocupado com o Desenvolvimento Regional. Para isso acontecer, far-se-ia necessário que a escola, por meio de seus documentos legais, subsidiasse as suas práticas em sala de aula para a formação ao conhecimento político, social e econômico. E imprescindivelmente o trabalho em sala de aula realizada pelas professoras e alunos estariam contribuindo com as leis educacionais e os critérios do IDH. Entretanto, nas entrevistas, notou-se que não estão acontecendo práticas para uma formação ao Desenvolvimento Regional.

Os resultados das entrevistas mostraram que as legislações federais (LDB) estão fomentando a garantia das crianças na escola por meio das matrículas e aprovação idade/série. Dessa forma, consiste, também, realizar avaliações como meio de acompanhar a qualidade da educação embora a legislação estadual (PCSC) priorize a formação integral, com disciplinas que ofereçam a preparação para o trabalho, tecnologia, meio ambiente e cidadania. Conquanto, a lei municipal de educação (Caçador) propõe-na como formadora para a preparação ao trabalho e a garantia de avaliação para acompanhar o ensino aprendizagem. Em contraposição, os PPPs das escolas fomentam os conteúdos a serem trabalhados em seu ambiente.

Nesse quesito, foi perceptível que as leis e a proposta das escolas municipais estão preparando para os conteúdos teóricos das disciplinas de ciências, matemática, português, educação física, ensino religioso, inglês e história. Desde já, os professores se sentem pressionados para desenvolver os conteúdos proposto pelas legislações durante o ano letivo. Do mesmo modo se sentem engessados com os planejamentos das aulas e a preparação dos alunos para as avaliações cobradas da escola e do MEC com a finalidade de acompanhamento dos resultados e melhoria das notas.

Não há como resultar uma reflexão em torno do Desenvolvimento Regional. Certamente, os professores e gestores mostram-se impotentes e desvalorizados pela família e comunidade escolar. Inesperadamente, ao analisar as entrevistas, a falta de interesse dos alunos e da família gera frustrações para o professor e ao aluno no desempenho de aprendizagem.

Consequente, a desmotivação em estudar vem de fatores familiares, culturais e econômicos. Com efeito de que a família acredita que a escola é a responsável pela educação e preparação para a vida. Ora, isso é cultural. Os pais não possuem educação formal e não compreendem a sua importância, tão pouco cobram dos filhos. Igualmente nas questões econômicas porque as famílias são pobres e desfavorecidas socialmente. Dessa maneira, as crianças não possuem condições mínimas de vida, como saneamento básico, moradia e alimentação saudável.

Como se não bastasse, existe uma divergência entre o papel da escola e da família. A escola não se sente responsável em assegurar ao estudante a reflexão sobre o Desenvolvimento da região. Já a família elimina as responsabilidades de garantir e acompanhar a formação dos filhos até a fase adulta. Possivelmente, também, não se esforça para melhorar a sua renda e condições sociais.

Diante disso é necessário um trabalho de capacitação aos professores e gestores sobre o IDH e os projetos desenvolvidos pela ONU visto que, conhecendo sobre o Desenvolvimento Regional, é possível desenvolver práticas que auxiliem no desenvolvimento do município de Caçador. Esclarecidas as escolas e as comunidades escolares, acabam sendo empoderadas. Assim, podem construir PPPs que fomentem estratégias para modificar as situações políticas, econômicas e sociais que interferem no modo de viver dos caçadorenses. As escolas, os alunos e

as famílias podem apreciar os resultados do IDH e superar as limitações indicadas politicamente.

Assim sendo, a pesquisa precisa ser ampliada, por exemplo, ao conhecer e analisar as estratégias dos prefeitos e da secretaria da educação. Além disso, a partir de entrevistas também junto aos alunos e à comunidade para compreender o seu entendimento sobre o IDH e Desenvolvimento Regional. Além, é claro, das instituições municipal, estadual, particular e de educação superior. Por conseguinte, levantar pesquisa documental sobre a nova plataforma SIDEMS que foi construída pelo governo catarinense para indicar a situação sociocultural, econômica, ambiental e político institucional dos municípios do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ATLAS. Consulta. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.

BRASIL. **Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

_____. **Conheça a OIT**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. **Enem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310>. Acesso em: 09 de mar. 2016.

_____. **PNE em movimento**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/trabalhando-juntos/programas-do-mec-metas>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Ações do MEC no seu município**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/trabalhando-juntos/acoes-do-mec-no-seu-municipio>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **O Pacto**. Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

_____. **Programa Escola Acessível – NOVO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. **Entendendo o Salário Educação**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. **Formação Inicial e Continuada de Professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18726:formacao-inicial-e-continuada-de-professores&catid=194:secad-educacao-continuada>. Disponível em: 13 fev. 2016.

_____. **Rotas de Integração Nacional.** Disponível em:
<<http://www.mi.gov.br/web/guest/rotas-de-integracao-nacional>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **PNDR I - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **Entendendo o Salário Educação.** Disponível em:
<<http://www.fnede.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. **Rotas de Integração Nacional.** Disponível em:
<<http://www.mi.gov.br/web/guest/rotas-de-integracao-nacional>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** <<http://www.mi.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

BRASILESCOLA. **Mecanismo formado por países chamados “emergentes”, o BRICS possui um grande peso econômico e político e pode desafiar as grandes potências mundiais.** Disponível em:
<<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/bric.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **BRASIL: subdesenvolvido ou emergente?** Disponível em:
<<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/brasil-subdesenvolvido-ou-emergente.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **BRICS.** Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/bric.htm>>. Acesso em: 06 maio 2016.

_____. **Brasil: subdesenvolvido ou emergente?** Disponível em:
<<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/brasil-subdesenvolvido-ou-emergente.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios.** Disponível em:
<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Texto1_politicas_publicas_no_br_TaniaBacelar.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

CARE. **Inovação da Gestão Pública.** Disponível em:
<<http://www.care.org.br/desenvolvimento-local/gestao-publica/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

COMTE, Auguste. **Os pensadores.** São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.

DSPACE. **Crescimento e desenvolvimento regional.** Disponível em:
<<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/26116>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança Territorial e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://fundacaoalphaville.org.br/blogdoces/wp-content/uploads/sites/3/2015/01/Educac%CC%A7a%CC%83o-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. **Desenvolvimento Humano em Debate**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Yf-PodBng_c. Acesso em: 11 maio 2016.

_____. Ladislau Dowbor. **Economia**. Disponível em: <<http://dowbor.org/>>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. **Política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://dowbor.org/2008/03/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-3.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. **O sistema financeiro atual trava o desenvolvimento econômico do país**. Disponível em: <<https://dowbor.org/category/artigos/page/4/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

_____. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://dowbor.org/tag/desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

_____. **Políticas para o Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

DICIO. **Significado de Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/desenvolvimento/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Significado de Regional**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/regional/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o Cidadão?** São Paulo: Editora Papyrus, 1998.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Papyrus Editora, 1999.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Revista Educação & Sociedade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

FECAM. **Metodologia IDMS**. Disponível em: <<http://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/621>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Biblioteca Universitária, 1975.

G1. **Chefes de Estado chegam à Fortaleza para reunião de cúpula dos BRICS**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/chefes-de-estado-chegam-fortaleza-para-reuniao-de-cupula-dos-brics.html>> Acesso em: 21 jul. 2016.

_____. **Entenda o BRISC**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/entenda-brics.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. São Paulo: Editora Universidade Hoje: Presença, 6ª edição.

_____. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere (antologia)**. São Paulo: Estaleiro Editora, 2011.

GLOBO. **A Cúpula**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/chefes-de-estado-chegam-fortaleza-para-reuniao-de-cupula-dos-brics.html>>. Acesso em: 10 julh. 2016.

_____. **Economia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/entenda-brics.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENOIR, Yves. **Três Interpretações da Perspectiva Interdisciplinar em educação em função de Três Tradições culturais distintas**. Disponível em: <<http://www.usherbrooke.ca/crcie/fileadmin/sites/crcie/documents/2049.pdf>> São Paulo: Revista E-Curriculum. Acesso em: 18 abr. 2016

HAYEK, F. A. **O caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

INDEX MUNDI. **Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/pt/brasil/>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

IBIC. **Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=desenvolvimento&type0%5B%5D=AllFields&page=44>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. **Desafios da educação para o Desenvolvimento Socioeconômico: experiência santa cruz do Capibaribe-Pernambuco**. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_014bbee3e0b6730b2d9cc09eb3730014>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **Da renda às capacitações: analisando e avaliando o Desenvolvimento Humano.** Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_4c4441af577c0f23e0a648153476e604>.
Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. **Educação e desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas.** Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_04bd9cfde83e977a70255c21bd7650df>.
Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **Democracia, desigualdade e desenvolvimento em perspectiva comparada.** Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_e26e7edcfe99be155a99dd647aba8279>.
Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. **Desenvolvimento Meio Oeste Catarinense.** Disponível em:
<<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=relevance&join=AND&lookfor0%5B%5D=desenvolvimento+meio+oeste+catarinense&type0%5B%5D=AllFields&lookfor0%5B%5D=&type0%5B%5D=AllFields&lookfor0%5B%5D=&type0%5B%5D=AllFields&bool0%5B%5D=AND&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2009&publishDateto=2015>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. **IDH Meio Oeste Catarinense.** Disponível em:
<<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=IDH+meio+oeste+catarinense%29&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. **Índice de desenvolvimento humano.** Disponível em:
<<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Indice+de+desenvolvimento+humano&type=AllFields&page=35>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

_____. **Meio Oeste Catarinense.** Disponível em:
<<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Meio+oeste+catarinense&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Desenvolvimento social e Meio Oeste Catarinense.** Disponível em:
<<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=desenvolvimento+social+e+Meio+oeste+catarinense&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

IBGE. **Dados Gráficos.** Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150450>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

_____. **Santa Catarina-Iomerê.** Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420757&idtema=3&search=santa-catarina|iomere|censo-agropecuaria-2006>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

MACHADO, Guilherme Rocha e PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD Campinas: **Revista Economia e Sociedade**:v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Editor Victor Civita, 1974.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MEC. **Histórico**. Disponível em:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100>. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. **Histórico**. Disponível em:

<http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100>. Acesso em: 04 maio 2016.

ONU. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: < [http:](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceaccordion=0&li=li_dh)

[//www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceaccordion=0&li=li_dh](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceaccordion=0&li=li_dh)>. Acesso em: 25 dez. 2015.

_____. **Nosso Trabalho**. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PNUD. **Ranking IDH Global 2014**. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

_____. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. **Ranking dos municípios**. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>> Acesso em: 15 maio 2016.

RODRIGUES, Saulo Filho. **Indicadores de Sustentabilidade Sinergias e Trade-Offs em diferentes escalas geográficas**. Disponível em: < file:///D:/saulo_rodrigues_cds-unb.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SPUTNIK BRASIL. **Iniciativa dos BRICS de reformar Conselho de Segurança da ONU terá apoio de Ban Ki-moon**. Disponível em:

<<http://br.sputniknews.com/mundo/20150709/1523503.html>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SPUTNIKNEWS. **Iniciativa dos BRICS de reformar Conselho de Segurança da ONU terá apoio de Ban Ki-moon**. Disponível em: <

<http://br.sputniknews.com/mundo/20150709/1523503.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SBU. **Biblioteca Digital da UNICAMP**. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219657>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SED. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Disponível em:
<http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/?p=arquivo>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SMITH, Adam. **Os pensadores**. São Paulo: Editor Victor Civita, 1974.

SZTOMPKA, Piotrsan. **A sociologia da mudança social**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1998.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa. Brasil**: São Paulo: Editora eBooklibris, 2002.

SIDEMS. **Rede SIDEMS**. Disponível em:
<<http://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/61902>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Desenvolvimento região e poder regional**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

UFSC. **Abordagem sistêmica para a promoção do Desenvolvimento Local: diagnóstico e intervenção no Meio Oeste Catarinense**. Disponível em:
<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86446>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

_____. **Estratégia de desenvolvimento do 2º governo Vargas (1951-54): uma análise a partir da economia política dos sistemas-mundo**. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90090>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. **Desenvolvimento local e participação: avaliação das ações do Programa Territórios da Cidadania no Meio Oeste Contestado a partir da teoria da gestão social**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107554>>. Acesso em: 12 març. 2015.

_____. **Gestão territorial baseada na vulnerabilidade da ocupação do solo como ferramenta de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em:
<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88632>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **Proposta de um Índice de desenvolvimento Amplo Municipal**. Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_105804bbb359de923f42c27cbe3b8b45>. Acesso em: 10 fev. 2016

_____. **Capital social e desenvolvimento: um estudo exploratório a partir da dimensão confiança e do índice de desenvolvimento humano**. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91786>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

UNESCO. **O Atlas**. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016

_____. **Longevidade**. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_longevidade>. Acesso em: 14 fev. 2016

_____. **Educação**. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/>. Acesso em: 10 fev.2016

_____. **Lista de municípios de Santa Catarina por IDH**. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Santa_Catarina_por_IDH>. Acesso em: 14 jul. 2016.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Coordenador**. Rumo ao Brasil desenvolvido: em duas, três décadas. São Paulo: editora Campus, 2013.

WIKIPÉDIA. **Ciclo PDCA**. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_PDCA>. Acesso em: 09 jul. 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

YOUTUBE. **IDH**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=U1YAZGWu1j0>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIOS PARA AS DIRETORAS




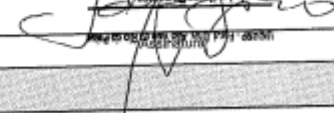
1. Quais determinações superior os diretoras recebem para manter a idade e série certa?
2. Tem programa de aceleração?
3. Por que, que não querem, que os estudantes não reprovem? Sabe porquê?
4. Quais as ações da gestão para garantir a qualidade da aprendizagem?

ANEXO 2

PERGUNTAS AO PROFESSORES

1. Que práticas são desenvolvidas em sala de aula visando a vida saudável, saúde e melhoria da expectativa de vida?
2. Que práticas são desenvolvidas em sala de aula visando que os alunos compreendam, que estudar podem garantir um bom emprego no futuro?
3. Quais seus maiores desafios para que os estudantes alcancem uma aprendizagem desejável?
4. Quais as ações da escola para evitar a reprovação?

ANEXO 3
FOLHA DE APROVAÇÃO COMITE

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo de caso do município de Caçador do Alto Vale do Rio do Peixe -AMARP			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 8			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: THAIS IVETE KUSINSKI GATTI			
6. CPF: 079.789.129-30	7. Endereço (Rua, n.º): RUA DAS PALMEIRAS São Cristóvão VIDEIRA SANTA CATARINA 89560000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (49) 3566-1789	10. Outro Telefone:	11. Email: thaiskusinski@hotmail.com
<p style="font-size: x-small;">Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>15, 04, 2016</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP		13. CNPJ: 82.798.828/0001-00	
14. Unidade/Orgão:		15. Telefone: (49) 3861-6200	
16. Outro Telefone:		<p style="font-size: x-small;">Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>	
Responsável: <u>Ludimara Pizzaro</u>		CPF: <u>393 160 410 - 15</u>	
Cargo/Função: <u>Coord. Mestrado Acadêmico</u>		 <div style="font-size: x-small; text-align: center;"> Comissão de Ética em Pesquisa Conselho Nacional de Saúde Ministério da Saúde </div>	
Data: <u>15, 04, 2016</u>		 <div style="font-size: x-small; text-align: center;"> Comissão de Ética em Pesquisa Conselho Nacional de Saúde Ministério da Saúde </div>	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			